



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO
SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA - PPGSCA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Os processos identitários do quilombo Sagrado Coração de Jesus do
Iago de Serpa no município de Itacoatiara no Amazonas: As trajetórias
das famílias**

Mestranda: Silvia Melo Moraes

Bolsista: CAPES

Orientador: Prof. Drº. Sidnei Clemente Peres

**Manaus / AM
2026**

SILVIA MELO MORAES

**Os processos identitários do quilombo Sagrado Coração de Jesus do
Iago de Serpa no município de Itacoatiara no Amazonas: As trajetórias
das famílias**

Dissertação de mestrado apresentada aos membros da Banca Examinadora do Programa de Pós- Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, como requisito para Defesa do curso de mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Linha De Pesquisa 2: Rede, Processos E Formas De Conhecimentos

Orientador: Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres

Coorientador: Prof. Dr. Bruno de Oliveira Rodrigues

Manaus – AM

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M827p Moraes, Sílvia Melo
Os processos identitários do quilombo Sagrado Coração de Jesus do Iago de Serpa no município de Itacoatiara no Amazonas: As trajetórias das famílias / Sílvia Melo Moraes. - 2026.
165 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Sidnei Clemente Peres.
Coorientador(a): Bruno de Oliveira Rodrigues.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Soc. e Cultura na Amazônia, MANAUS, 2026.

1. Escravidão. 2. Comunidade. 3. Famílias. 4. Território. 5. Quilombola. I. Peres, Sidnei Clemente. II. Rodrigues, Bruno de Oliveira. III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Soc. e Cultura na Amazônia. IV. Título

Silvia Melo Moraes

**Os processos identitários do quilombo Sagrado Coração de Jesus
do lago de Serpa no município de Itacoatiara no Amazonas: As
trajetórias das famílias**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para Defesa do curso de mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Linha De Pesquisa 2: Rede, Processos E Formas De Conhecimentos

Orientador: Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres

Coorientador: Prof. Dr. Bruno de Oliveira Rodrigues

Aprovada em 12 de maio de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres - Presidente
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Claudemilson Nonato Santos de Oliveira - Membro
Secretaria de Estado da Educação do Amazonas/SEDUC

Prof.^a Dra. Lúcia Marina Puga Ferreira - Membro
Universidade Estadual do Amazonas/UEA

**Manaus/ AM
2026**

Dedico este trabalho acadêmico primeiramente à Deus e a comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, que a mais de um século e meio possui trajetória de vidas digna de trabalho e sobrevivência, os quais ao longo dos anos resistem para existir.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer, ao meu Deus Senhor Jeová, e ao seu filho Jesus, por permitir e conceder condições para adentrar, de modo a prosseguir nesta jornada acadêmica, tão relevante em minha vida, tanto profissional quanto pessoal. A minha mãe Maria do Rosário Melo de Moraes, que esteve comigo nos momentos mais difíceis, a Isa que cuidou da minha casa e dos meus animais, quando precisei me ausentar. Ao Prof.º Dr.º. José Gil Vicente e Prof.º Dr.º. Bruno de Oliveira Rodrigues, que me incentivaram e estiveram presentes neste processo de amadurecimento acadêmico, ministrando disciplinas, e o estágio desta formação. Ao meu orientador Prof.º Dr.º. Sidnei Clemente Peres, que esclareceu muitas questões sobre a temática quilombola, me apoiando na conclusão deste mestrado. Também as professoras e Gestoras das escolas que trabalho Prof.ª. Kalise Lamago, e Prof.ª. Socorro Félix, que me compreenderam nos momentos que necessitei me afastar da escola, para cursar as disciplinas. Ao José meu marido que, muitas vezes mudou de planos para que, eu pudesse me dedicar aos estudos e a pesquisa. Ao senhor Ernando Soares Macedo, atual Presidente da Associação Comunitária Quilombola Serpa, que sempre me recebeu amigavelmente, quando fui em busca de informações sobre a comunidade. A Célia Barbosa minha colega de viagens de Itacoatiara x Manaus, A dona Èbia me recebeu como hospede em sua casa neste período. A Jézika Cortez representante de nossa turma de mestrado de 2024, que se mostrou sempre simpática e solidária conosco. Agradeço a CAPES pela parceria com o PPGSCA, pois o presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, concedendo-me a bolsa de mestrado, de doze meses de fomento à pesquisa, no último ano desta pesquisa. Em especial, ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), que contribui para o fortalecimento e valorização de povos tradicionais da região amazônica. Em suma, sou grata a todos que direta ou indiretamente me apoiaram neste percurso, e a possível realização deste sonho.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto, Os Processos Identitários do Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, no município de Itacoatiara no Amazonas, com foco nas trajetórias das famílias. Esta aborda a questão da presença negra no Amazonas, e o mutismo desta, trazendo as procedências históricas que colaboram para elucidação desta presença no Estado do Amazonas. Expõe as sequelas da escravidão, a condição de transição dos escravos à africanos livres, o cenário da Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa, e os africanos livres inseridos nesta, bem como a decorrente busca de refúgio, e sobrevivência nas margens e terras do lago de Serpa. É importante destacar que a comunidade (SCJ) é formada por 145 famílias cadastradas e reconhecidas pelo INCRA, que se autodefinem como remanescentes de quilombo, assinalando que, este quilombo também é conhecido como “Quilombo dos Carvoeiros”. Além disso, aponta para a problemática que a comunidade enfrenta, a saber um conjunto de conflitos fundiários, devido à especulação imobiliária, política e turística. Nesse ínterim, aborda-se o conceito de quilombo e a ressemantização deste, bem como a importância da comunidade (SCJ) para estas famílias. A necessidade de organização coletiva (ACQ-Serpa), o festival da consciência negra, tal qual instrumento de valorização da memória e luta negra. Levanta também a questão, e apontamentos sobre a educação escolar no quilombo do Lago de Serpa. Em seguida, disserta sobre a trajetórias das famílias quilombolas do quilombo (SCJ) do lago de Serpa, fornecendo dados que esclarecem às dinâmicas do deste corpo social. Além de analisar as interações familiares, resultante da convivência dos personagens que a partir da segunda metade do século XIX, encontraram neste território refúgio. Desta forma, sendo possível entender a atual estrutura de parentesco familiar, conexões sociais parentais que contribuíram essencialmente, na formação identitária deste quilombo “afro-amazonense”. Portanto, analisa essas estruturas e interações existentes neste corpo social, ao contribuir cientificamente para a construção do conhecimento sociocultural sobre comunidades tradicionais quilombolas na região Amazônica.

PALAVRAS-CHAVES: Escravidão, Comunidade, Famílias, Território Quilombola.

ABSTRACT

This research focuses on the identity-forming processes of the Sagrado Coração de Jesus (SCJ) quilombo at Lake Serpa, in the municipality of Itacoatiara, Amazonas, specifically examining family trajectories. It addresses the presence of Black people in Amazonas—and the silence surrounding it—by presenting historical backgrounds that help elucidate this presence within the state. The study outlines the aftereffects of slavery, the transition from enslaved status to that of "free Africans," the context of the Vila de Serpa Agro-industrial Colony and the free Africans integrated into it, as well as the subsequent quest for refuge and survival along the shores and lands of Lake Serpa. It is important to note that the SCJ community comprises 145 families registered and recognized by INCRA who self-identify as quilombo descendants; notably, this *quilombo* is also known as the "Quilombo dos Carvoeiros" (Charcoal Burners' *Quilombo*). Furthermore, the research highlights the challenges the community faces, specifically a series of land conflicts driven by real estate, political, and tourism speculation. In this context, the study explores the concept of the *quilombo* and its re-signification, as well as the community's significance to these families. It discusses the need for collective organization (ACQ-Serpa) and the Black Consciousness Festival as a means of honoring Black memory and struggle. It also raises issues and observations regarding formal education within the Lake Serpa *quilombo*. Subsequently, the study details the trajectories of the SCJ *quilombo* families, providing data that clarify the dynamics of this social group. It analyzes family interactions resulting from the coexistence of individuals who found refuge in this territory from the second half of the 19th century onwards. This approach makes it possible to understand the current family kinship structure and the social and kinship connections that played a fundamental role in shaping the identity of this "Afro-Amazonian" quilombo. Therefore, it analyzes the structures and interactions within this social body, contributing scientifically to the construction of sociocultural knowledge regarding traditional quilombola communities in the Amazon region.

KEYWORDS: Slavery, Community, Families, Quilombola Territory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SCJ - Sagrado Coração de Jesus

MPF - Ministério Público Federal

ACQ - Associação Comunitária Quilombola

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

FCP - Fundação Cultural Palmares

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

EEQ - Educação Escolar Quilombola

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

**IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
Renováveis**

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa das localidades quilombolas no Estado do Amazonas - IBGE- 2022.

Imagem 2 – Mapa de localização do Território quilombola do lago de Serpa.

Imagem 3 - Certidão de batismo de Paulo, um dos Africanos Livres da Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa.

Imagem 4 - Planta do território pertencente à companhia de navegação e comércio em Serpa de 1864.

Imagem 6 – Foto da Serraria Firmeza com africanos livres trabalhando, na antiga colônia agroindustrial de Vila de Serpa.

Imagem 7 - Foto da capela Sagrado Coração de Jesus do lago de Serpa.

Imagem 8 - Foto de uma reunião da (ACQ-Serpa).

Imagem 9 – Imagem extraída do Instagram da prefeitura de Itacoatiara de serviços oferecidos na semana da consciência negra.

Imagem 10 e 11 – Foto da exposição de alguns artesanatos quilombolas (canoas, arco e flecha, e outros) expostos no Festival do Quilombo do Lago de Serpa, durante a semana da Consciência Negra.

Imagem 12 – Foto da apresentação da dança carimbó.

Imagem 13 – Foto da escola Municipal do território quilombola (SCJ) do lago de Serpa.

Imagem 14 - Foto da entrega do RTID da comunidade quilombola (SCJ) do lago de Serpa.

Imagem 14 - Foto do porto da casa de Sebastião Gonçalves de Melo

Imagem 15 - Foto do lado direito do lago de Serpa.

Imagem 16 – Mapa das terras indígenas do município de Itacoatiara.

Imagem 17 – Foto da família de Sebastião Gonçalves de Melo.

Imagem 18 – Foto da fabricação de carvão em uma caieira.

Imagem 19 – Anúncio feito em rede social da empresa SEVEN.

Imagem 20 – Foto de uma exposição de artesanato quilombola (SCJ) na Câmara Municipal de Itacoatiara.

Imagem 21 - Foto do artesanato dos filhos de Sebastião G. de Melo

Imagem 22 – Foto de Ernando soares Macedo

Imagens 23 – Foto extraído de uma matéria do Jornal A Crítica.

Imagem 24 - Foto da placa da empresa M.I. Incorporadora.

Sumário

INTRODUÇÃO:	12
CAPÍTULO 1 - A PRESENÇA NEGRA NO ESTADO DO AMAZONAS	21
1.1 - A Historicidade e Mutismo da presença negra no Amazonas.....	21
1.2- Procedências históricas na elucidação da Presença Negra na Amazônia.	24
1.3- Sequelas da Escravidão	27
1.4- De Escravos à “Africanos Livres”	30
1.5 - Os “Africanos Livres” da Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa (Atual Itacoatiara).....	37
1.6 – A Busca do Refúgio e sobrevivência nas margens e terras do Lago de Serpa	51
CAPÍTULO 2 - O QUILOMBO, A COMUNIDADE (SCJ), O COLETIVO (ACQ-SERPA).....	57
2.1 O Quilombo	57
2.2 - A comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa	59
2.3 O Coletivo (ACQ-Serpa)	65
2.3.1 - O Festival da consciência Negra, Valorização da Memória e luta Negra	68
2.3.2 A Educação Escolar no Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa	74
CAPÍTULO 3 - AS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS DO QUILOMBO (SCJ) DO LAGO DE SERPA.	82
3. 1- Família Melo: Ancestralidade em um Mosaico Familiar	83
3.2 Família Macêdo: Vida, Sobrevivência e Resistência	107
3.3 Desdobramentos da Família Marques, Macedo e Nascimento.....	117
3.4 - Família de Sabino e suas Interações Familiares	121
3.5 - Família dos Clarindos de Cabral, Sobrevivência e Permanência	127
Considerações Finais	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	136
ANEXOS:	147

INTRODUÇÃO:

Essa pesquisa explana sobre os Processos Identitários presentes no Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa do município de Itacoatiara no Estado do Amazonas com cerne nas Trajetórias das Famílias. Para isto, foi apropriado utiliza-se de metodologias de investigação pertinentes a referida temática que, esclarecem estes fenômenos dentro da holística da pesquisa acadêmica. Pois, de acordo com Schütz, “analisar como se dá os processos interpretativo do sujeito sobre a realidade de suas consequências na configuração da sociedade e conceber o empreendimento da investigação sociológica é analisar fenômenos sociais específicos” (Schütz, 2018 p.166).

Sendo esta, uma investigação substancial no tocante a formação da identidade étnica, deste corpo social, colaborando na construção do conhecimento científico. O que consequentemente, contribui à mais adequada compreensão, da história e memória locais, considerando os aspectos envolvidos na constituição deste quilombo afro-amazonense. Neste sentido,

“O conceito da identidade social a que me refiro, dá espaço para o reconhecimento das instâncias organizativas dos grupos que se auto reconhecem a partir de noções de pertenças construídas e legitimadas no interior dos próprios grupos embora decorrentes de dinâmicas e forças sociais em movimento. O direito intitulado “quilombola” emerge no cenário de redemocratização do país como um dos vetores representativos de grupos até então invisíveis no cenário político nacional. Emerge como reivindicação de grupos até então com reduzido grau de mobilização, mas esta era a situação de todos os demais, após duas décadas de regime militar. O que não quer dizer falsificados, ou ancorados em premissas infundadas. Se assim fosse estaríamos desconsiderando todos os fundamentos que instituem o social, e os próprios Estados-Nação não teriam qualquer base de sustentação como organizações humanas criadas com autênticos propósitos políticos e sociais.” (ALMEIDA, (Orgs). [et al] 2010, p.20).

Com base, na apreciação de Almeida, a identidade social e categoria analítica de “Quilombo”, ou “Quilombola”, conduz o reconhecimento de grupos étnicos como o quilombo (SCJ) do lago de Serpa, que emerge como um direito de pertença legítimo. Pois, segundo Almeida, o “respeito ao princípio de autodeterminação dos povos, o qual se inclui a autoidentificação, está descrito na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho ao qual o Brasil é um dos signatários.” (ALMEIDA, (Orgs)... [et al] 2010 p.20). De modo que, a identidade social de um grupo autodefinido como quilombola, é atrelada do modo

indissociável a tomada de consciência dos Negros acerca de seus direitos territoriais já ocupados tradicionalmente há gerações (ALMEIDA, (Orgs)... [et al] 2010).

Assim, ao considerar, a categoria analítica “Quilombola”, frequentemente utilizada no contexto desta dissertação, passa-se a analisar a realidade do dia a dia, bem como a luta pela sobrevivência, e permanência no território do lago de Serpa desses personagens, pertencentes a esta comunidade quilombola afro-amazônica. Para tanto, neste cenário de comunidade remanescente de quilombo surgem as seguintes questões: O que é um Quilombo? O que é ser um Quilombola? De modo que, nesta pesquisa é tratada essas questões, juntamente aos aspectos da identidade social do Quilombo (SCJ) do lago de Serpa no município de Itacoatiara no Amazonas. Realizando um processo de observação e reflexão, de como se efetua as dinâmicas de pertencimento dentro das famílias deste território amazônico, os quais auto reconhecem-se como quilombolas.

E conseqüentemente, o que isso significa para esta comunidade, e suas famílias que possuem sentimentos de pertencimento? Ao considerar o cenário de redemocratização do país, atentando para o fato de que, antes estes eram considerados invisíveis. Mas que atualmente emergem no cenário político nacional, o que lhes garante representatividade, junto a direitos sociais e culturais legítimos.

De modo que, ao analisar os processos identitários do Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, no município de Itacoatiara no Estado do Amazonas, com enfoque nas trajetórias das famílias núcleos. Investiga-se o eixo histórico das trajetórias dessas famílias e suas ancestralidades, ao realizar o levantamento das origens e das cinco principais famílias desta comunidade quilombola, mediante a reconstituição da árvore genealógica social destes grupos familiares (SIQUEIRA, GONÇALVES, 2024). Para isso, foi realizada pesquisa profunda por meio de leitura especializada, exame de documentos, entrevistas e observação participante e ordinária. Assim, chegando à compreensão de como se deu a chegada dos “africanos livres” e ex-escravos ao lago de Serpa, Laços parentescos internos, casamentos entre as famílias da própria comunidade, bem como a relevância dos patriarcas e matriarcas da comunidade, ao considerar a interação com indígenas que já habitavam a região amazônica, e nordestinos que imigraram para Vila de Serpa no final século XIX, e inícios do século XX. (RIBEIRO, 2012; GONÇALVES, SIQUEIRA, 2024).

No contexto histórico e social desta unidade de estudo, encontra-se uma comunidade quilombola composta por famílias descendentes de negros africanos, que foram enviados a Amazônia em meados do século XIX. Dos quais 36 chegaram à Vila de Serpa para trabalharem no território da Colônia Agroindustrial, em sua olaria, serraria, e outros serviços necessários para manutenção desta colônia. Sendo este local, atualmente conhecido como o bairro da Colônia da Cidade de Itacoatiara, e um dos mais antigos deste município. (RIBEIRO, 2012).

Atualmente, esta comunidade remanescente de quilombo é formada por 145 famílias, reconhecidas pelo INCRA que, se auto identificam como quilombolas, em face ao fato de sua ancestralidade pertencer a um grupo de ex-escravizados. Os quais, neste território, foram residir a mais de um século e meio, e estabeleceram convivência, laços familiares e comunitários, em torno do lago de Serpa (SILVA, 2018). Além disso, a comunidade tem enfrentado um conjunto de conflitos sociais, que desenvolveu um cenário de múltiplos fatores recorrentes, encontrando-se a “prevalência de um contexto de tensões e conflitos territoriais” (O'DWYER, (org,) 2002 p.24). que desafiam a permanência da população, desta comunidade de remanescentes quilombolas, estabelecida neste território amazônico.

Ao considerar que, estas famílias convivem com desafios significativos, ao lutar pela permanência, e continuidade de sua comunidade, enfrentado obstáculos que podem ser externos e internos, que amiúde os outros povos tradicionais (Quilombolas) passaram e, diga-se de passagem, continuam enfrentando (ALMEIDA, 2010). Como por exemplo discriminação social, e complexos de inferioridade, não raro infligidos por uma sociedade segregacionista, a ponto de que, muitos destes se sentem impróprios a sua própria formação étnica. Todavia, há outros lutam para sua valorização e respeito dentro da sociedade vigente. Havendo diversos aspectos que podem contribuir ou dificultar, o processo de reconhecimento identitário deste Quilombo, o que possivelmente não foge às regras dos desafios que outras comunidades tradicionais encaram. Mas vale salientar que, nesta pesquisa leva-se em consideração o contexto sociocultural e as conexões típicas da região amazônica, ao compreender que, cada quilombo possui identidade específica (BARTH, 1998).

Logo, compreendemos que os processos sociais e culturais são dinâmicos e complexos, possuindo lacunas a preencher, na contínua busca da compreensão coerente desses fenômenos. Ao acrescentar fatos que se mostram essenciais à compreensão de cenários locais existentes como no caso, do quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa. Dessa forma, é possível contribuir para o enriquecimento dos capítulos da História local, no encaixe de peças anteriormente dadas por perdidas, em uma totalidade da essência histórica, social e cultural, contribuindo para o fortalecimento da consciência e cidadania da comunidade.

De modo, a cooperar para a construção da história e memória regional, além da revitalização da histórica local, agregando base de pesquisa em âmbito acadêmico. Ademais, é significativo que consideremos que, o Brasil recentemente inseriu nos conteúdos de ensino a história das populações afro-brasileiras, e com isto apresentou uma versão sonhada da história, uma história que precisa ser contada. Para tanto, as transformações que foram conquistadas pelas articulações dos movimentos sociais, como o indígena, negro e quilombola, representam processos de transformação, do qual traz realidades sociais que anteriormente haviam sido narradas a “contrapelo”, assim ao abordar versões outrora silenciadas, traz-se à tona verdade necessárias.

Valendo apontar às questões pertinentes à temática, ao expor o problema dos conflitos fundiários presentes neste quilombo, visto que este sofre pressões externas como especulação imobiliária e política, que tenta retirá-los de suas casas (terras), os quais nestas residem por gerações. Discorrendo um contexto de conflitos e reconhecimento histórico e social, em que é importante salientar que, o fenômeno quilombola carrega questões sociais, históricas e culturais que atravessam gerações. Para tanto, é apropriado arrazoar tais questões, ao se considerar que, existem um conjunto de políticas estatais e proteções direcionadas aos povos tradicionais (RODRIGUES, 2024).

Em vista disso, é necessário apontar para a questão de que ainda há poucos trabalhos, de pesquisas sobre este quilombo afroameríndio (CLEMENTINO, 2021). Por isso, o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, traz uma análise sobre os processos identitários do Quilombo Sagrado Coração de Jesus do lago de Serpa, do município de Itacoatiara no Amazonas, o que tem colaborado à compreensão das estruturas e o funcionamento deste fenômeno social. De modo que, tal investigação mostra-se relevante no campo acadêmico,

pois contribui para o fortalecimento da cadeia de conhecimentos teóricos, sobre a temática quilombola, bem como a práxis mediante o dinamismo sociocultural.

Este estudo é feito a partir da necessidade de compreensão pessoal e acadêmica sobre a historicidade do quilombo Afro-amazonense Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, apresenta-se organizado em três capítulos. Sendo que, no primeiro capítulo aborda as pesquisas históricas sobre a escravização no Estado do Amazonas. Fundamentando-se em evidências de um passado velado, abrange a realidade dos “Africanos livres” da memorável colônia agroindustrial de Itacoatiara, e em sequência a abolição da escravidão no Amazonas, e as condições enfrentadas pelos ex-escravos e “africanos livres” no pós emancipação. E assim, a posterior busca de refúgio e sobrevivência, nas margens e terras do Lago de Serpa, da Antiga Vila de Serpa no médio Amazonas, o atual município de Itacoatiara no Estado do Amazonas.

O segundo capítulo, discute as questões de pertencimento e reconhecimento desta comunidade quilombola com os tópicos: O Quilombo no Lago de Serpa, A comunidade (SCJ), A Associação Comunitária Quilombola-Serpa, O Significado e repercussão do Festival da Consciência Negra, A Escola Municipal existente nesta comunidade, e os aspectos da Educação Escolar neste quilombo. Adicionalmente, um breve apontamento sobre a necessidade de adequação educacional, pautada na valorização dos saberes e conhecimentos que emergem do próprio território Quilombola. Dando atenção aos impactos e perspectivas destes aspectos nos modos de como as famílias e comunidade acessam práticas educacionais emancipatórias (SOARES; ALVES; MONTEIRO et al., 2025).

No terceiro capítulo a abordagem terá como foco, “As Trajetórias das Famílias” do quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, mostrando-se essencial para a compreensão da formação da comunidade. Bem como a importância da base formadora dos principais núcleos familiares, junto aos processos de afirmação étnica no Lago de Serpa. Por conseguinte, é considerada as características ínsitas acerca das trajetórias dessas famílias, tendo em vista o marcador social deste quilombo, conhecido como “dos pretos carvoeiros”, e ou, do “Lago dos Pretos”, do município de Itacoatiara no Amazonas. Sendo este localizado na “área de influência do Complexo Madeira” (JUNIOR, 2007, p.01).

Ao apresentar relatos de vida de personagens deste grupo, aborda o papel econômico da produção de carvão como ofício de sobrevivência. Assim, reportando essa atividade, como objeto de “Memória” recente, na verificação da dinâmica deste serviço. Ao atentar que, atualmente é mais voltado para uma prática tradicional, indicando como esta ocupação impactou os modos de vida das famílias desta comunidade, as relações sociais, o meio ambiente, e as questões com o órgão do IBAMA.

Ademais, contempla a relevância do Lago de Serpa para as famílias, na necessária manutenção desses recursos naturais, dos modos de vida, ao considerar a dinâmica de outras atividades exercidas na comunidade, em relação ao Lago. De tal modo que, através desses “testemunhos dos descendentes dos ex-escravos, os remanescentes quilombolas, constroem não somente a sua identidade, mas auxiliam os brasileiros, a descobrirem mais sobre a sua essência e cultura, sobre a riqueza de seu território”, (PEREIRA, 2023 p.342)

De modo que, esta pesquisa promove contemplações teóricas, sobre estudos que envolvem a temática quilombola na Amazônia, por meio de uma metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa, com análises documentais, bibliográficas, observação ordinária e participante, conversas informais, entrevistas abertas e dirigidas (SORIANO, 2004 p. 145- 153, BARDIN, 2016). Em virtude disso, houve um empenho em estudos reflexivos sobre etnicidade, encontrando-se a seguinte definição:

“A etnicidade define ao mesmo tempo o contexto no qual emerge como contexto pluriétnico. Ao contrário da antiga concepção do grupo étnico como isolado, as teorias da etnicidade afirmam que o grupo não pode se tornar uma categoria pertinente de agrupamento humano senão nas situações plurais. Em consequência, a análise se desloca do conteúdo cultural do grupo étnico para a análise da emergência e da manutenção das categorias étnicas tais como elas se constroem nas relações intergrupos.” (POUTIGNAT, 1998 p.82)

Dessa forma, podemos compreender que os processos identitários de cada grupo étnico, possui plurais fatores, a exemplo as relações intergrupais, como no caso as observadas nesta comunidade quilombola, Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa. Essas decorrentes de uma constituição étnica específica, com características próprias da região, encaixando-se nas múltiplas realidades encontradas no cenário amazônico. Tendo em vista, os pressupostos

da etnicidade étnica, busco ancoragem na teoria dos Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth, que examina conceitos de grupos étnicos e sua aplicabilidade. Estabelecendo uma conexão entre a abordagem teórica e empírica que:

“Primeiramente, dá-se uma importância primordial ao fato de que os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre pessoas. Nós tentamos relacionar outras características dos grupos étnicos e este traço fundamental. Em segundo lugar, todos os ensaios aplicam um ponto de vista generativo as análises: mais que nos servimos de uma tipologia de formas dos grupos étnicos e de suas relações, tentamos explorar os diferentes processos que parecem estar envolvidos na geração e manutenção de grupos étnicos. Em terceiro lugar, para observar tais processos, deslocamos o foco de investigação da história e da constituição interna de grupos distintos para as fronteiras étnicas e a manutenção dessas fronteiras.” (BARTH, 1998 p.189)

De acordo com Barth, para se ter um marcador de identificação étnica, requer-se um alinhamento teórico, para ajustes de conceitos a fatos empíricos, que possam elucidar adequadamente as implicações envolvidas a cada grupo analisado. Levando em conta, aspectos socialmente relevantes nos processos de diagnóstico de pertença e reconhecimento dos indivíduos do grupo étnico.

Em consonância a consultas instrutivas, realizadas com o meu orientador, foram dispostas orientações determinantes para direção da pesquisa, juntamente a leituras e consultas de conceitos teóricos próprios das ciências sociais. Apropriando-se de conceitos e tipos sociais, com aplicabilidade nos processos identitários e reconhecimento da comunidade de Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa do município Itacoatiara no Estado Amazonas”. Assim, é oportuno utilizar o método de tipologia de Weber que;

“lança mão do sistema de tipos ideais, que seria um esquema conceitual apto a permitir uma pesquisa com rigor científico. O sistema de tipos ideais é apresentado como uma ferramenta metodológica fundamental no pensamento de Weber, pois é a partir desse sistema que se poderão fazer comparações com os fatos e realizar uma pesquisa adequada.” (TOMAZETTE, 2008 p.03)

Dessa forma, obtendo orientação sociológica e antropológica, a partir de estudos sobre quilombos na Amazônia, que embasam uma compreensão bibliográfica, na combinação de duas técnicas, a observação participante e a revisão de literatura especializada. Assim, foi possível estabelecer as bases do processo de análise e interpretação dessas experiências amazônicas, e melhor

refletir no contexto desta unidade que aqui é estudada. Para tanto, utiliza-se de sustentação científica, com consultas de literatura especializada sobre grupos étnicos, e documentos sobre este assunto já realizados.

Por tanto, neste estudo há o intento de combinar conhecimentos das áreas como sociologia, antropologia, história, educação e direito constitucional. Lançando-se base para progressiva elucidação de processos sociais e culturais no atual contexto nacional. Em especial, nesta comunidade quilombola aqui pesquisada, considerando também a literatura de outros grupos com trajetórias tradicionais e contextos semelhantes ou distintos. De modo que, traz-se ajuste no entendimento sobre a temática, como efeito um olhar mais apurado, por meio do enfoque nas ciências sociais e humanas. Isto posto, assim se inicia essa dissertação, observando a historicidade do fenômeno sociocultural, da escravização de negros e formação de quilombos na Amazônia.

“Como objetivo o das ciências sociais é pensar a realidade social e compreendê-la profundamente, é fundamental lançar mão de mecanismos técnicos que permitam tal análise.” (TOMAZETTE, 2008 p.16) De tal forma que, ao pensar a realidade social, interpretá-la ou sugerir qualquer alteração, o uso de conceitos é acertado. Sendo que nesse sentido, Weber nos adverte que os conceitos não são cópias da realidade, mas são eles que nos permitem ordenar a realidade do pensamento de modo válido a compreendê-la. (TOMAZETTE, 2008)

Isto posto, é relevante apontar que, o território amazônico foi e é roteiro de muitas viagens e empreendimentos, trazendo uma ampla variedade de personagens a essa região, dos quais muitos se estabeleceram. Homens e mulheres que constituíram a base da colonização da província, com sua mão de obra, de modos de vida e histórias, contribuições culturais e memórias, que se entrelaçam na constituição histórica, social e cultural do estado. Em razão disso, “a expressão afro-brasileira, evocativa de um processo étnico e histórico, se incorpora ao viver amazônico, com a missão de tornar o mais democrático e rico em valores e diversidades culturais.” (BENCHIMOL, 2021 p.136).

Em vista disso, optou-se por destacar nesta pesquisa, a historicidade da presença negra e quilombola no Estado do Amazonas. Entretanto, cabe destacar que, este não é um estudo histórico stricto sensu, mas sim uma investigação socioantropológica, que dialoga com os conhecimentos históricos referentes à comunidade, sobre a formação, e as condições sociais de existência

deste quilombo afro-amazonense. Assim, é neste cenário da região amazônica que, ao observarmos sua formação, encontramos vários grupos étnicos, povos indígenas e comunidades tradicionais, compondo uma população diversificada. Sendo neste contexto que, encontra-se o objeto de estudo, a identidade da constituída comunidade quilombola (SCJ) do lago de Serpa.

Logo, iremos aqui direcionar a atenção aos escravos negros, aos “africanos livres”, e a sua descendência, na verificação dos parâmetros indicadores desta presença, que por muito tempo foi calada. Sendo digno de nota, salientar que esta pesquisa, tem compromisso com o registro de memórias, relatos e documentos históricos que subsidiam uma outra narrativa sobre o passado silenciado.

Vale apontar que, comumente, as pesquisas que tratam das relações raciais ao longo do tempo, por si só já carregam incorporadas as questões relativas ao racismo, como estruturas sociais constituintes e estabelecidas desde outrora. Pois, nesse sentido passamos a refletir que, o “racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-o inevitavelmente à sua trivialização e banalização” (WEDDERBURN, 2007 p.12).

Isto posto, vem a ser propício observar na longa, média e curta duração temporal, esses fatos, a fim de se ter subsídios para desmontar tais atitudes, pois o problema é de estrutura histórica social. Sendo importante destacar que, a “incompreensão e rejeição ontológica do Outro”, (WEDDERBURN, 2007) apresenta diversas facetas, além do tempo. Então aqui nesta dissertação, há o intento de se ir além de pura observação e registro do passado, mas também, sendo útil para ponderar e alterar positivamente a visão sobre estes povos, na possível influência da formação de consciência das futuras gerações.

CAPÍTULO 1 - A PRESENÇA NEGRA NO ESTADO DO AMAZONAS

1.1 - A Historicidade e Mutismo da presença negra no Amazonas

Ao observar o percurso da escravidão negra na Amazônia, em especial no Estado do Amazonas, é nítido que que esses fatos históricos, por um bom tempo foi profundamente silenciado. Isso porque, entendeu-se erroneamente durante uma época, que não se devia dar importância a este fato da história amazonense, deixando de se relatar e registrar o que aconteceu. Houve um período em que não havia a intenção de se falar neste assunto, julgava-se que era de pouca importância devido a alguns fatores, que na realidade não justificam tal omissão. Isso se sucedia porque,

“O tema da escravidão negra na Amazônia costuma provocar grande estranhamento, quando mencionado. Isso ocorria porque acreditava-se que o uso de pessoas escravizadas de origem africana foi limitado na economia regional nos séculos XVII e XVIII. O alto custo da aquisição de tais trabalhadores seria um fator impeditivo relevante em razão da precariedade e baixa liquidez dos empreendimentos agrícolas na região” (QUEIROZ, 2020 p. 250).

Aqui segundo Queiroz, é esclarecido aspectos como o alto custo para compra de escravos negros e uma economia local com baixa liquidez que influenciavam em menos demanda financeira, em comparação a outros estados do Brasil. De modo que, houve um menor fluxo de compra de escravos, do que em outras regiões do País, porém, mesmo assim, não quer dizer que não houve.

Além disso, erroneamente predispunha-se que a população nativa indígena em grande quantidade seria convencida ao “trabalho compulsório”. Além do que, não se dava atenção ao fato de que já se havia negros integrados junto a população indígena, e por isso espalhados na Amazônia, labutando juntos aos índios nas colheitas das florestas e lavouras (QUEIROZ, 2020). Devido a aspectos como estes, dava-se mais atenção a questões indígenas, imaginando-se que a participação dos negros era de pouca importância. Isso foi um grande equívoco, que por muito tempo embaçou fatos relevantes, tanto para a memória e direitos dos negros e seus descendentes, como da população amazônica como um todo.

Ainda assim, apesar de tais condições, não se deixou de trazer para o Amazonas negros como escravos. O historiador Aguinaldo Figueiredo relata sobre a constituição da força de trabalho dos seringueiros. Entre eles se achavam trabalhadores que eram, “Oriundos das camadas mais baixas da população, eram representados pelos imigrantes nordestinos, índios destribalizados, ***caboclos e descendentes negros***, a maioria vivendo num hediondo regime de escravidão de barracão”. (FIGUEIREDO, 2011, p. 114, ***grifo nosso***)

Diante disso, para melhor elucidação dos fatos, há evidências comprovadas, desta presença no Amazonas, em que se pode fazer um quadro mental histórico, na reflexão das reais condições por estes grupos vivenciadas. Compreendendo assim por meio de pesquisas acadêmicas, que foram feitas a respeito do assunto, que atestam a vinda de escravos negros e de “africanos livres” tanto na região amazônica, como no estado do Amazonas. Inclusive existindo registros no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), os quais relatam a relevância dessa participação, que se referindo sobre a temática da presença negra no Amazonas diz que,

“nos últimos anos o interesse dos pesquisadores e o empenho em desconstruir a sua negação. Para tal é importante a divulgação, o acesso e conhecimento de documentos relacionados. Os chamados “africanos livres”, aqueles especialmente identificados como traficados ilegalmente após a lei Eusébio de Queiroz, seguiam tutelados e prestando serviços obrigatórios ao Estado por 14 anos até sua emancipação, configuram parte importante da temática do pré-abolição. O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, apresenta a candidatura de 4 processos judiciais selecionados de seu acervo, no recorte de 1.859 a 1.866, envolvendo parte desses personagens em contexto mais personalizado e pouquíssimo conhecido que é o da região amazônica, podendo eles colaborar significativamente para a pesquisa e reversão da já citada minoração da presença na região e historiografia nacional.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, 2018, p. 3-4)

Consistindo esses registros, partes elementares na constatação do elemento negro na província do Amazonas, como mais um testemunho respeitável em torno da questão negra nesta região. Nestes documentos, se encontram casos judiciais de “africanos livres,” traficados ilegalmente, apontando este como um possível motivo adicional para se estear a ocultação da presença negra no estado.

De tal modo, que esses documentos contribuem significativamente para o preenchimento de lacunas da historiografia não só regional, mas também nacional. Nestes autos se encontram, “os processos – datados de 1859, 1863, 1865 e 1866 – que tramitaram no Tribunal do Júri e oferecem um registro da presença negra na Amazônia, no período pré-abolição da escravidão no País.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, 2018 p.3). De forma que, os invisíveis venham a ser vistos, e não omitidos, mas sim reconhecidos, como parte da história social e cultural do Amazonas. Pois, é devido que:

“Muito embora a região e o estado possuam na sua formação demográfica e cultural uma diversidade étnico-racial e cultural, sempre associada sobretudo ao elemento indígena, bem como a miscigenação com o branco, nenhuma das suas raízes é tão negada e ocultada quanto a do elemento negro, daí ser esse o foco do texto, uma vez que tal presença precisa ser afirmada.” (DA SILVA JUNIOR, 2020 p.416).

Logo, é justo que se trate esse assunto com a devida responsabilidade, sob escopo de reparação para com o grupo de pessoas aqui alegados. De modo que, seja assegurado o reconhecimento da presença negra, cooperando na desconstrução de atitudes relativas a preconceito. As quais, por muito tempo ocasionaram prejuízos não só históricos, mas também pessoais, sociais, culturais, muitas vezes físicos e psicológicos, as populações negras. Pois, segundo Pereira:

“Mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, o negro não foi acolhido pela sociedade em igualdade como ser humano em seus direitos fundamentais respeitados, sendo alvo de racismo, preconceito, violência física, psicológica, contra a mulher e crianças, sendo marginalizados pela sociedade, e excluídos de diversas formas, do exercício de sua cidadania” (PEREIRA, 2023 p.334)

Tendo em conta que, tal discriminação social generalizada, que homens, mulheres e crianças negras, mesmo após a abolição da escravidão no Brasil sofreram, e ainda por um determinado tempo não foram reconhecidos como cidadãos do país, ocasionou entraves e barreiras a esta população. Apresentando infortúnios a seus filhos, netos e gerações posteriores, ao marcar profundamente suas perspectivas de vida. Até mesmo porque, a questão da cidadania dos “africanos livres” e posteriormente libertos no Brasil, demorou para ser resolvida (MAMIGONIAN, 2017), em um cenário de contínua postergação de direitos humanos.

Nesse sentido, compreende-se que esclarecer essa temática é dever histórico e social, de se registrar nas páginas da história não só nacional, mas também na historiografia da região amazônica. Conferindo o devido reconhecimento dessa população, e o não esquecimento, e ou, apagamento outrora dado a esta população.

1.2- Procedências históricas na elucidação da Presença Negra na Amazônia.

Diante de tais questões, ao se inquirir evidências sobre a população negra, bem como as gerações de seus descendentes na Amazônia, encontramos registros e relatos da vinda, da participação de escravos negros, e “africanos livres”, e de pessoas de “cor”, mulatos e mestiços (DO NASCIMENTO, 2012). De tal modo, a incorporar elementos esclarecedores a esta temática tão pertinente, para tanto, vem a ser imprescindível trazer à tona tais fatos históricos, para que assim sejam cada vez mais tornados públicos e dignamente reconhecidos.

Outrossim, a pesquisadora Julia do Nascimento, em seus estudos sobre os relatos de viajantes no período da Amazônia oitocentista, relata as seguintes informações:

“Apesar de poucos detalhes, inúmeros trabalhos acerca da população nativa presente nos relatos foram desenvolvidos. Sendo possível também, identificar a presença negra nessa região através dos mesmos. Os viajantes, através de seus discursos demonstram o olhar do europeu sobre a Amazônia e sobre o branco, o índio, o negro e suas misturas. Em uma época em que existia ainda a escravidão.” (DO NASCIMENTO, 2012 p.07).

Diante dessas evidências narrativas, acham-se registros de viajantes, e de pessoas instruídas da época oitocentista, estes relatam as impressões e marcas da presença de muitos personagens negros quer escravos, africanos livres, negros alforriados, quer da sua mistura com indígenas e ou brancos. Dentre essas narrativas de viajantes, podemos apontar o médico e explorador Alemão Robert Avé-Lallemant, que em seu livro *No Rio Amazonas*, de 1859, relata suas experiências nesta região, sua observação dos modos de vida dos habitantes, tanto de Manaus, como de Vila de Serpa, e outros locais por ele visitado (AVÉ-LALLEMANT, 1961).

Descrevendo o que viu, ele diz: “Aliás, todos mandriam também em Manaus, todas as categorias e classes em geral, brancos, de cor, livres e escravos” (AVÉ- LALLEMANT, 1961 p. 101). Considerando que Avé-Lallemant percorreu o território amazonense, observando além da fauna e flora, este testemunhou situações, hábitos e costumes ocorridos nesta província no século XIX. Ao contemplar o cenário exuberante, também fez registros sobre os habitantes da região norte, fazendo citações em ocasiões diferentes sobre pessoas “de cor”, em diferentes localidades do Amazonas.

Por conseguinte, encontram-se evidências que atestam esta presença, através de elementos históricos, dentre eles escritos e orais, testemunhos da participação do elemento negro no território Amazonense. A começar pela Capital de Manaus, apresentando-se registros em jornais da época, de comercialização de escravos negros. Considerando digno de nota que, como em outras regiões do Brasil, os escravos também eram postos à venda como uma mercadoria. Como se pode constatar nos anúncios de venda, no quais, se observa que:

“Ao todo, foram transcritos de nove jornais 185 anúncios, dos quais 129 se repetem, restando 56 anúncios de compra, venda e aluguel de escravos. Os anúncios estão distribuídos da seguinte forma: 11 no Estrela do Amazonas, 11 no Diário do Amazonas, 10 no O Catechista, 17 no Jornal do Amazonas, 5 no Jornal do Rio Negro, 1 no Correio de Manáos e 1 no A Voz do Amazonas.” (COSTA, 2014 p. 02).

Sendo importante salientar que, esta era uma época em que os negros eram tidos como mercadoria, os quais passavam muitas vezes por situações degradantes. Neste contexto, a elite manauara recorria ao aluguel de negros cativos como fonte de renda, essa negociação se dava por que “a situação do mercado de trabalho dos escravos na cidade manauara, referente à situação de oferta/demanda de empregos”, (COSTA, 2014 p.03) oferecia lucros. Havendo uma demanda, com existência de casas comerciais de compra, venda e consignação de escravos.

Nesse sentido, verifica-se que a utilização de trabalhadoras cativas era um serviço frequente nas casas de famílias ricas no Brasil no período imperialista, de modo que, encontram-se muitas evidências do componente negro, também na Amazônia do período imperial. Em vista disso, diversos pesquisadores reúnem dados nesta elucidação do passado, presente e futuro, que contribuem para o desvelar da presença negra no Amazonas. Para tanto,

compreende-se que ainda há muito a ser elucidado, acerca da participação dos negros na Amazônia, sobre suas lutas pela sobrevivência, bem como as contribuições que, estes personagens deram a este território. Em vista disso,

“Podemos identificar a presença negra na Amazônia nas narrativas, transmitidas de geração a geração, nas manifestações folclóricas, na gastronomia, na religião, na música, entre outras manifestações culturais. Contudo, ainda há muito a ser revelado sobre as vivências dos negros na Amazônia, suas lutas por liberdade e as celebrações por vitória. Nesse sentido, ainda estão por ser feitos estudos sobre os significados do termo “mocambo” no Estado do Amazonas. (GOMES, 2017 p.15)

Segundo Gomes, a história da presença negra no território amazonense requer mais estudos aprofundados, acompanhados pelo resgate da memória e reconhecimento da identidade dessa população. Pesquisas que explorem este assunto, a fornecer luz a contextos que tratam de “personagens indispensáveis para pensar os lugares possíveis de negros e negras (escravizados ou não) no Amazonas.” (MELO, 2021 p.30). Mostrando-se tal conhecimento decisivo, no pintar do quadro da presença negra na região norte, na busca de conexões entre as populações nativas e das de origem africanas quer escravizadas, no anseio da liberdade, ou dos já livres. Assim,

“Tais trabalhos, pelas fontes que manejam e pelas temáticas que abordam, permitem estabelecer conexões com outros espaços, refazer fluxos e enxergar as diferentes dimensões da presença negra na parte norte do Império em sua diversidade” (MELO, 2021 p.30)

De modo que, dentre as informações de negros na Amazônia foram localizados registros valiosos, como caso das narrativas de Henry Walter Bates que no final do ano de 1848, no Natal, se encontrava na antiga vila de Serpa, atual município de Itacoatiara no Amazonas, como um bom observador atentou, para um batuque de negros devotos a São Benedito. De acordo com o relato de Bates a sensação de festa generalizou-se por toda Serpa, neste ambiente.

Os negros que têm um santo de sua côr, S. Benedito, faziam sua festa em separado, passando a noite inteira cantando e dançando com a música de um comprido tambor, o gambá. ê do caracaxá. O tambor era um tronco ôco, com uma das extremidades coberta de pele, e era tocado pelo músico que ficava escanchado em cima dele e batia na pele com os nós dos dedos... O caracaxá é um tubo de bambú, cheio de dentes, que produz som rascante, quando se esfrega uma vara dura sôbre os dentes. Nada podia exceder em triste monotonia esta música,

bem como o canto e a música que se prolongavam sem esmorecimentos pela noite adentro.” (BATES, 1944 p.336)

Neste contexto, observa-se que Bates se refere a festa separada dos negros, ao canto, a dança e instrumentos usados por esses, e mesmo talvez não propositalmente, este reflete uma visão eurocêntrica. Em que, “pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal” (LANDER, 2005 p.08). Assim como ele, encontram-se registros sobre a presença negra em terras amazônicas que reproduzem esta visão, nesse sentido a historiadora Patrícia Alves Melo, salienta a necessidade do,

“[...] exame de literatura de época produzida sobre danças e andanças de negros na Amazônia e em especial no Amazonas, considerando, sobretudo a primeira metade do século XIX, pode-se reconhecer várias manifestações de afrodescendentes, inclusive perceber que muitas delas adquiriram importância em espaços públicos de núcleos urbanos. Em que pese uma visão preconceituosa de viajantes cronistas que produziram muitos desses relatos, condenando a escravidão e ao mesmo tempo considerando de forma negativa as reuniões festivas de negros, concebidas como barulho, tumulto da ordem, beberagens, ainda assim se identifica manifestações próprias e características de negros em meio à população local das cidades.” (MELO, 2021 p.145)

Compreendendo que esses registros são de grande relevância para o entendimento das condições existentes naqueles contextos, assim faz-nos imaginar a vida que os negros podiam ter na Amazônia no período imperial. Por conseguinte, discorramos aqui das sequelas resultantes da escravização dos negros, e como isso se deu no território amazonense.

1.3 - Sequelas da Escravidão

Considerando as mazelas causadas pela escravização dos negros na região amazônica, e as projeções nos afrodescendentes, ainda se experienciam sintomas de preconceito na sociedade hodierna, mesmo que seja de certa forma velado, há ocorrências. Embora, o preconceito de raça e cor no Brasil, possa ser por alguns negado, ele existe e tem se renovado em ciclos no decorrer dos tempos (GUIMARÃES, 2017). Pois, isso se dá porque o “preconceito de cor tem

uma longa história entre nós, tendo sido não apenas constantemente negado, mas também, em contradição gritante, objeto de lei que buscava coibi-lo” (GUIMARÃES, 2017 p.07).

Em consequência se constata que, os “efeitos deletérios não se restringiam ao empobrecimento da produção historiográfica, mas comprometiam o próprio direito à memória das populações afrodescendentes na Amazônia” (QUEIRÓS, 2020 p.250). Para tanto, fazendo-se fundamental o esclarecimento da história, dos magotes de negros, que vieram na condição ainda de escravos para o Amazonas. E daqueles “africanos livres” (AVÉ-LALLEMANT, 1980) que, de forma compulsória, foram trazidos à região, com uma configuração ainda análoga à de escravos, como no caso dos que chegaram à Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa.

Constatando que muitos destes que aqui permaneceram, constituíram relações familiares e comunitárias, mas, no entanto, lamentavelmente por muito tempo, sua participação foi omitida. Para tal, Queirós declara que:

“Esta poderia se chamar a história da construção de um silêncio porque, se há uma ausência inquestionável e longa na historiografia produzida no (e sobre o) Amazonas, sem dúvida, é aquela que tematiza a presença negra. Para começar essa discussão, é preciso assumir a existência de tal silêncio e tentar delinear, na medida das possibilidades, suas motivações, alcance e limites na historiografia amazonense.” (QUEIRÓS, 2020 p.249).

Conforme Queirós, é correto assumir este silenciamento, para que se possa refutá-lo e ser possível corrigir as falhas históricas e sociais sobre esta população. Além disso, registros mostram que, além daqueles que se refugiaram nas florestas, tinha os demais negros que continuaram nas cidades. Estes passaram a prestar serviços domésticos e urbanos, de modo que continuaram repassando seus modos de vida e memórias para seus filhos e descendentes (DO NASCIMENTO, 2012). Entretanto, estes ainda passaram por muitas situações adversas, a começar pelas dificuldades para conseguir a cidadania no território brasileiro.

Uma vez que, a “constituição outorgada em 1824 apontou para fórmula que não reconhecia aos libertos africanos nacionalidade brasileira, muito menos cidadania política. Não eram cidadãos, nem estrangeiros.” (MAMIGONIAN, 2017 p.26). Com cidadania negada, os africanos livres se viam excluídos e sem direitos naquela sociedade, havendo implicações de instabilidade institucional,

estes eram alvos de conflitos políticos e diplomáticos. Enfrentando muitas condições adversas, principalmente no período de 14 anos de trabalho compulsório de tutelados ao Estado (MOREIRA, 2005).

Tanto é que, havia um entendimento de senso comum que os “africanos livres” passavam por situações piores, até mesmo que os ainda escravos, sobremaneira eram as arbitrariedades que,

“Os abolicionistas da segunda metade do século denunciaram os maus tratos experimentados por esta categoria durante a vigência legal das suas condições jurídicas para nortear as ações de liberdade de escravos que poderiam ter sido ilegalmente escravizados.” (MOREIRA, 2005 p.146)

Assim, verifica-se que tanto escravos, como africanos livres continuavam a padecer, sendo explorados de forma inescrupulosa, de modo que entre o trabalho obrigatório coercivo, e a luta pela sobrevivência, se observam marcas que atravessam gerações. Na constatação de que, no decorrer do tempo, mesmo após a abolição da escravidão, evidenciam-se sequelas coletivas e pessoais da escravização negra (DA SILVA NETO, 2022).

Tendo em conta que, seus descendentes carregam trajetórias de vida que foram afetadas por condições de desigualdades raciais e sociais, mesmo que ainda cicladas, e ou, veladas. Valendo salientar que, essas marcas são evidentes até nossos dias, se evidenciam produzindo resultados que,

“Sinalizaram para a compreensão dos conflitos em que estão engajadas as comunidades quilombolas como lutas por reconhecimento e pela restauração da eticidade nas relações sociais, indicando ainda a necessidade de uma compreensão expandida da justiça restaurativa que não a reduza a uma simples tecnologia social de resolução de conflitos, senão a perceba como uma forma de imaginar, praticar e viver a justiça preocupada, para além da administração de conflitualidades intersubjetivas, com a prevenção e o enfrentamento de danos, traumas e sequelas produzidos por injustiças históricas, estruturas sociais e institucionais que reproduzem desigualdades e padrões culturais opressivos, quais aqueles cujo enfrentamento subjaz às mobilizações das comunidades remanescentes de quilombos.” (DA SILVA NETO, 2022 p.22)

Caracterizando um contexto, de traumas históricos e intergeracionais, sofridos pela população negra no Brasil, fazendo-se importante a busca pela transformação de padrões conflituosos baseados em violências estruturais, institucionais, culturais e históricas. Para tanto, observa-se um esforço de grupos ligados ao movimento quilombola, que buscam mecanismos para “assegurar aos

descendentes de escravos a condição de cidadãos com plenos direitos, iguais aos demais” (ALMEIDA, 2011 p.91).

Em vista disso, é justo que se possa redigir as crônicas quanto ao passado, referente à consciência da participação desses personagens junto ao reconhecimento da presença negra na Amazônia (DE ALMEIDA, 2010). Levando em conta, relatos e registros da real existência destes na região, no intuito de legitimação do presente, ao acautelar o futuro de seus descendentes, com cabida isonomia. Assim, ao pesquisar sobre comunidades quilombolas, verifica-se que, os seus afrodescendentes são,

[...] “herdeiros” que se reconhecem como quilombolas, têm lutado para o reconhecimento da sua existência enquanto grupo, tendo como fato a reiteração, a reconstrução e a valorização de uma história e uma identidade diferenciada. Essa reconfiguração política ainda está em processo.” (DE ALMEIDA, p.159)

De modo que, o processo de reconstrução da história e memória dessas comunidades com ancestralidade de descendentes de escravos e africanos livres é um exercício de cidadania, justiça social, no reconhecimento dos direitos constitucionais deste grupo. Para tanto, busca-se reunir fontes históricas que esclareçam a presença negra na região amazônica, como caso da situação dos africanos livres e seus afrodescendentes. Ao empreender por foco principal o estado do Amazonas, pontuando fatos e episódios que norteiam o descortinar desta historicidade.

Todavia, embora tardiamente essas condições desumanas passaram a ser cada vez mais desagradáveis, de maneira que gradativamente encaradas de modo insuportável na esfera pública, em todos os lugares, inclusive no Amazonas.

1.4- De Escravos à “Africanos Livres”

Com o tempo, cada vez mais pessoas passaram a desejar o fim da escravização dos Negros, e estas começaram a engajar-se em movimentos abolicionistas. Dentre estas podemos citar o papel da maçonaria no Amazonas, que deixa evidente as suas fortes intenções abolicionistas formando a “Comissão Central Abolicionista” e a “Comissão de Senhoras (esposas de maçons ou não)” (BAZE, 2001 p. 207). Estas comissões

trabalharam fortemente com reuniões, discursos e visitas para o convencimento daqueles que, ainda não apoiavam o processo da abolição da escravidão no Amazonas.

E embora a população escrava no Amazonas fosse menor do que em outras partes do país, ela existia, e o movimento abolicionista crescia, pois era uma questão ideológica, (SOUZA, 2009) que preconizava os direitos humanos de igualdade e fraternidade. Essa mobilização teve como participantes:

“Vários líderes republicanos e abolicionistas, como José do Patrocínio, foram presos e confinados num quartel do exército em Cucuí, na fronteira com a Colômbia. Assim, o gesto dos amazonenses não foi pequeno e se abateu como um relâmpago em meio à política de postergação da monarquia.” (SOUZA, 2009 p.207)

Segundo Souza, o ato da abolição precoce no Amazonas teve ampla repercussão, levando avante a emancipação dos escravos em toda a região Norte. Por meio de campanhas, Theodureto Souto, Presidente da Província do Amazonas, foi ativo participante neste movimento e colaborador na sua evolução. Chegando até ser por ele mesmo proclamada a igualdade de direitos de todos os habitantes do Amazonas, intencionalmente incluindo os negros escravizados (SOUZA, 2023).

Isso se deu, em 10 de julho de 1884, ato esse proclamado de modo, solene e profundamente emocionante. Neste mesmo ano, um tanto mais cedo, Theodureto em um discurso de prestação de contas lembra:

“[...] aos deputados o dever moral e humanitário de resolver o problema do trabalho escravo, que poderia ser solucionado, sem dificuldades e sem abalos, bastando que se constituísse o fundo de emancipação dos escravos do Amazonas. O que não seria difícil, pois era a província que possuía um menor número de escravos, além de maior saldo financeiro, guardadas as proporções populacionais, cerca 972024\$810, conforme o balanço de 22 de março daquele ano.” (BAZE, 2001 p. 2007)

Dessa forma, deu-se o avanço lento, porém contínuo a uma campanha abolicionista, que prosseguia ganhando aliados. Dessa forma, “as mobilizações progrediram onde encontravam um Poder Executivo facilitador, como no Ceará e Manaus” (BRITO, 20217 pág. 09). Logo, a “máquina” abolicionista já se encontrava montada para efetuar o seu propósito.

Mas de antemão já tinha ocorrido ações libertadoras em toda a província do Amazonas, que foram relevantes no progresso do movimento de abolição da escravidão. Em vista disso, no dia

“24 de maio de 1884, a cidade Manaus liberta seus escravos, cerca de 1.500, segundo os registros. Imediatamente, as sociedades libertadoras se multiplicaram nas cidades do Interior, como Itacoatiara, Manacapuru, Coari e Codajás, Manicoré.” (SOUZA, 2023 p. 200)

De modo que, o presidente da província do Amazonas Theodoro Souto, em 10 de julho de 1884, declara a abolição da escravidão no Amazonas, a partir de então, abre-se um novo horizonte para aqueles que, por muitos tempos foram cativos da cruel escravidão, liberdade para todos! Por tanto, nesta pesquisa apresenta-se, fatos e conexões da presença negra no estado do Amazonas, dessa forma a reunir elementos no processo de elucidação, deste fato social pertencente à historiografia amazonense (QUEIROZ, 2020).

Para mais, precisamos atentar para fatos adicionais, tais como os registros de que, “entre os anos 1755 e 1815, foram trazidos pelo menos 51 mil escravos” (SOUZA, 2009 p.206) nas primeiras tentativas de se criar uma agroindústria de açúcar no território Amazônico. Em vista disso, foram trazidos à região as primeiras levadas com negros africanos escravos, os quais desempenhavam os mais diversos trabalhos (SOUZA, 2009). Porém, com a decadência da indústria do açúcar, e as grandes dificuldades para utilização e manutenção do uso da mão de obra escrava, muitos negros fugiram.

Em face a estes acontecimentos, grande quantidade de escravos conseguiu escapar, assim partes destes criaram quilombos de refúgio dentro das matas, muitos em torno das margens de rios do solo amazônico. Alguns quilombos dos quais hoje já se tornaram conhecidos e outros vêm sendo reconhecidos com o decorrer do tempo. A vista disso, Da Silva aponta que:

“Muitos negros procuraram seus meios de subsistência nas florestas residuais e desenvolveram ali um modo de vida, uma territorialidade ajustada à exploração de recursos florestais e à pequena agricultura. Antes e depois da abolição da escravatura, o território brasileiro esteve marcado pela presença de comunidades negras que, recusando-se à escravidão e fugindo da discriminação, ocuparam a fronteira florestal do país. Constituindo-se, assim, pontos de resistência e reafirmação de seus direitos, resistindo às pressões de fazendeiros, de especuladores imobiliários e até mesmo do poder público.” (DA SILVA et al, 2012, p.24)

Da Silva aponta que, muitos dos negros procuravam nas matas, inclusive as das florestas Amazônicas, lugares que pudessem ser refúgios denominados de quilombos. De onde conseguiam alívio da opressão do seu “senhor”, como nos “casos (particularmente na região do Baixo Amazonas), elas incluem descendentes atuais de quilombos formados no período próximo ao fim da escravidão ou talvez até mesmo antes” (PRICE, 1999 p.10)

Nesses lugares de refúgio, tinha-se relativa liberdade, bem como o sustento tirado das matas junto aos autóctones, de modo que foram mesclando hábitos e costumes africanos, com os do povo nativo indígena, se adaptando à região norte. Tanto é que, Benchimol ressalta que, “alguns valores e contribuições que as populações negras, mulatas e seus descendentes trouxeram para o complexo cultural amazônico, criando com outros grupos étnicos, forma de convivência, de vida e trabalho” (BENCHIMOL, 2021 p.135), são elementos presentes na sociedade e cultura regional.

Desta forma, apontando para participação significativa da população negra, por meio de intercâmbio de trabalho, cultura, valores, virtudes e religiosidade, contribuindo tanto histórica, social e culturalmente para nossa região. (Benchimol, 2021). Nesta direção, Costa descreve que no período oitocentista, em Manaus capital do Amazonas, era comum que “africanos livres” trabalhassem na cidade, de maneira que:

“Em meados de 1850, a cidade de Manaus passava por um processo de expansão urbana e construções pululavam por todos os cantos da nova capital, sendo os africanos livres um dos grupos de trabalhadores que participaram ativamente desse processo.”

Nesse ínterim, estes podiam prestar os mais diversos serviços, tais como limpeza, cozinhar, vender, e dentre de muitas outras atividades que, por estes eram exercidas à sociedade manauara (COSTA, 2016). De fato, estes trabalhadores realizavam todo tipo de trabalho, sendo sua participação efetiva onde pudessem estar. Consequentemente, esses fatos se conectam a muitos outros existentes, que preenchem vácuos da historiografia local (MELO, 2021). De tal modo a entender que, a presença dos ainda escravos e “africanos livres” neste território, evidenciava-se de forma notória e valiosa.

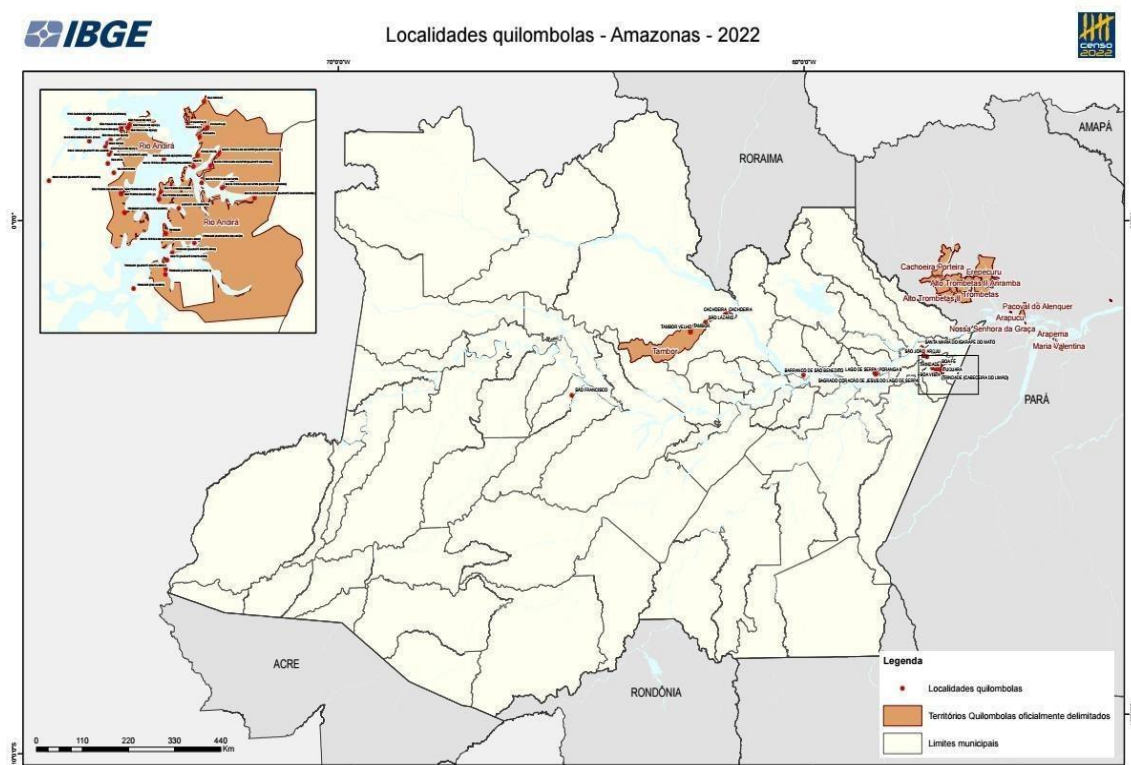
Assim, podia se dizer que esses “trabalhadores a despeito de suas origens e condições jurídicas são descritos dentro das concepções éticas que se construíam em todo o trabalho.” (ABREU, 2014 p.16). Dentro desse contexto,

“Pode-se entender essa presença dos escravos não como a base da força de trabalho da região (que era composta por índios), mas tais escravos sejam eles forros, mulatos ou mestiços fazem valer sua presença na região, a despeito de seu número reduzido.” (ABREU, 2014 p.03).

Sendo esses dados, parte indissociável do contexto das crônicas amazônicas, das quais não se devia ter sido excluído, ao fazer-se valer os direitos existentes desta população como categoria, e a seus respectivos afrodescendentes, sobretudo, os em territórios tradicionalmente ocupados (ALMEIDA, (Orgs). et al, 2010). De tal forma, que haja o reconhecimento de quilombos Afro-amazônicos, de uma população afroameríndia, de seus sujeitos, em face de sua representatividade e permanência em seus territórios tradicionais, por eles já ocupados e estabelecidos a gerações. (DA SILVA JUNIOR, 2020).

A partir de então, nesta perspectiva os negros livres e seus descendentes passaram a buscar meios de sobrevivência, formando quilombos em lugares que pudessem estabelecer-se, constituindo famílias e modos de trabalho. Já outros buscaram meios de viver nas cidades, que de certa forma também configuraram quilombos urbanos, integrando e contribuindo mutuamente para a sociedade e economia local (ARRUTI, 2008; ROSA, 2018). Nesse panorama, podemos encontrar evidências sólidas de gerações dos negros que vieram de escravos, ou alforriados, passando a “africanos livres” e hoje remanescentes de quilombos. Ao considerar que,

“Atualmente no estado Amazonas, existem 8 quilombos reconhecidos e titulados pela Fundação Palmares, as quais podem ser localizadas conforme o Mapa 1 abaixo, sendo estas, as comunidades quilombolas: do Tambor (Novo Airão), Sagrado Coração de Jesus (Itacoatiara), Ituquara, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade (Barreirinha) e Barranco de São Benedito (Manaus), distribuídas ao longo de todo território do Amazonas e fronteira com o Pará. (PEREIRA, 2023 p.338)

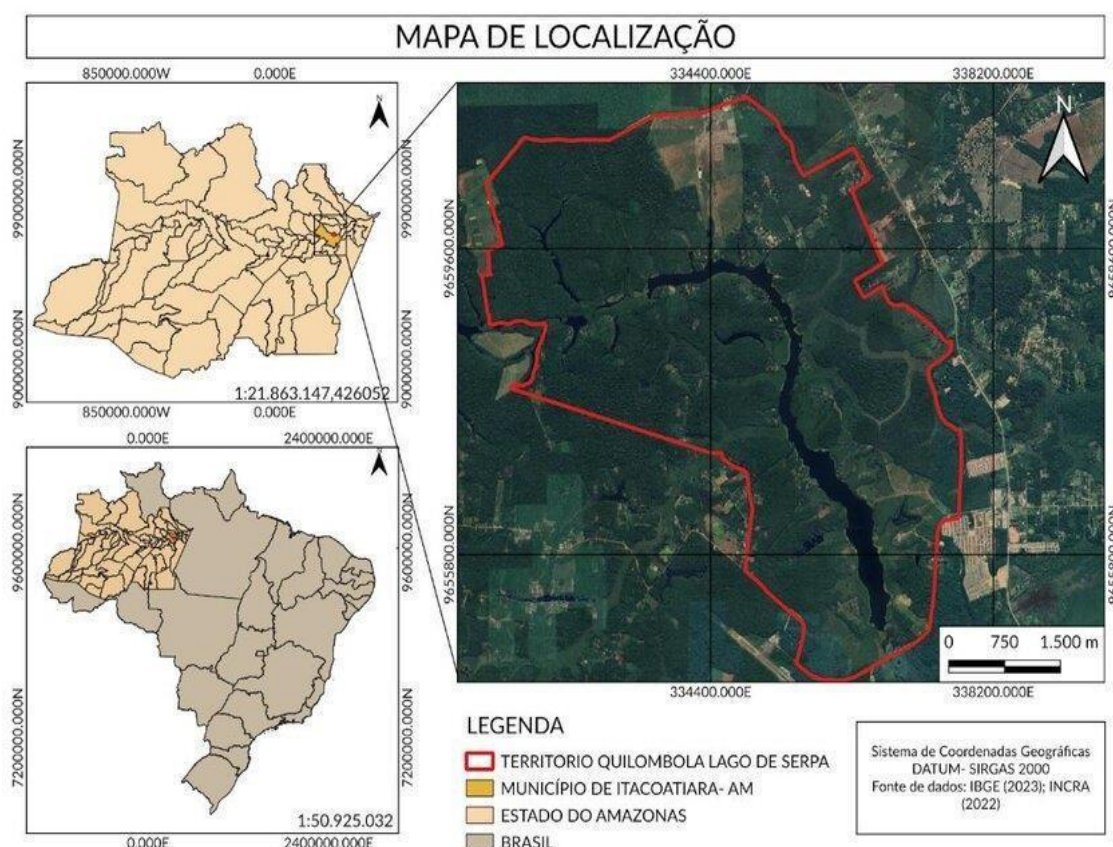


Fonte: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/localidades/localidades_quilombolas_2022/Cartogramas/jpg/AM_A3.jpg

Dessa forma, ao projetar este cenário amazônico, ainda existe muito a ser esclarecido no que tange a temática da presença negra e quilombola, e por conseguinte a ser retificado. Refletindo sobre esta condição, Benchimol declara que, “a expressão afro-brasileira, evocativa de um processo étnico e histórico, se incorpora ao viver amazônico, com a missão de tornar o mais democrático e rico em valores e diversidades culturais.” (BENCHIMOL, 2021 p.136).

Em vista disso, e por motivos de origem pessoal e profissional, dá-se continuidade nesta dissertação, delimitando a temática em **Os Processos Identitários do Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa: As Trajetórias das Famílias**, sendo este quilombo situado no Município de Itacoatiara, com trajeto de 268,4 km de distância da cidade de Manaus, atualmente inserida na região metropolitana desta capital do Estado do Amazonas.

Mapa do Território Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa



Fonte: <https://www.researchgate.net/publication/379616909/figure/fig1/AS:11431281234734495@1712411228253/Figura-1-area-de-estudo-TQ-sagrado-coracao-de-Jesus.jpg>

Em vista disso, ao analisar a diversidade cultural, proveniente de processos históricos de eventos que moldam o panorama amazônico, dirigimos nosso olhar ao contexto histórico e social dos “africanos livres”, enviados à Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa, em meados do século XIX (AVÉ-LALLEMANT, 1980; RIBEIRO, 2012). Atual município de Itacoatiara, a respeito destes, o historiador Francisco Gomes da Silva, em obra “Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara” descreve que, “nesta colônia, havia 44 colonos, sendo 23 chineses e 21 portugueses. Essa Colônia de Itacoatiara recebeu 36 escravos, dos que haviam sido presos em Sirinhaém e São Matheus, últimos a desembarcarem no Brasil.” (SILVA, 2018 p.81). A partir deste ponto, passamos a dedicar nossa atenção a estes personagens, que contribuíram não apenas com força de trabalho, mas também entendendo que estes deixaram legado histórico a ser reconhecido.

1.5 - Os “Africanos Livres” da Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa (Atual Itacoatiara)

Sendo esse aspecto notório, nas pesquisas sobre a comunidade quilombola (SCJ), ao levar em conta que os “africanos livres” trazidos para o trabalho na região em especial à colônia agroindustrial da antiga Vila de Serpa, tinham por objetivo fornecer mão de obra forte e capaz para realização de trabalhos essenciais para o funcionamento desta colônia (AVÉ-LALLEMANT, 1980). Ademais, Jorge Caldeiras, Doutor em Ciências políticas, mestre em Sociologia, escritor do livro Mauá: Empresário do Império (CALDEIRA, 1995), revela que a Colônia agroindustrial da antiga “Vila de Serpa”, servia aos interesses do Império brasileiro. Em função de, naquele momento, era imposto ao império brasileiro, a abertura da navegação internacional nos rios da Amazônia. Assim, apaziguando uma questão diplomática com outros países vizinhos, ao evitar uma possível invasão deste território, em especial pelos Estados Unidos, que já havia deixado nítido interesse nesta região (DOS SANTOS, 2022).

Neste cenário é pertinente destacar que, essa questão envolvia atenção internacional apontando, “de um lado os Estados Unidos, que davam pela primeira vez o ar de sua graça na política regional, e os governos dos países da bacia.” (CALDEIRA, 1995, p. 238). Tanto é que, esse assunto de expansão e exploração em direção a Amazônia passou a ser de interesse de muitos, tanto em território brasileiro como em outros países.

“E como muitos deles eram homens práticos, não demorou para que os jornais de vários estados comessem a publicar anúncios buscando sócios para viagens de exploração do novo eldorado. O Departamento de Estado norte-americano, agora muito sensível a esse tipo de apelo, não se fez de rogado em apoiar a ideia. Enviou missões diplomáticas para os países da bacia amazônica e tratou de montar expedições para explorar o potencial comercial da região” (CALDEIRA, 1995 p.238)

Dessa forma, é determinante atentar para o fato de que, a Amazônia se mostra desde outrora motivo de cobiça internacional, onde se observa o jogo de forças internacionais para o controle e exploração dos recursos naturais e humanos presentes neste território.

“Em 1850, Teixeira de Macedo, representante do Brasil em Washington, denunciara secretamente ao Ministério das Relações Exteriores a ameaça que crescia nos Estados à soberania brasileira sobre o rio Amazonas. Já no ano anterior, 1849, o tenente da marinha, Matthew Fontaine Maury, Hidrógrafo e astrônomo do Observatório Nacional de Washington, voltando de excursão científica pelo rio Amazonas, escrevera um relatório sobre a viagem. Nesse relatório afirmava que a bacia do Amazonas não passava de uma continuidade da do Mississipi; que a direção dos ventos enviava todos os navios que passagem pela foz do Amazonas diretamente para os portos do Sul da União, e que o governo primitivo do Brasil desconhecia o imenso tesouro da região e impedia o acesso a tal riqueza. Dizia ainda que nesse século de progresso do gênero humano, os bens da terra não deviam existir sem serem aproveitados por quem o pudesse fazer, que no caso seriam os Estados Unidos” (RIBEIRO, 2012 p. 32-33)

Logo, aqui se encontra um discurso exemplar de agentes do sistema capitalista do século XIX, em que este agente deixa escancarado sua intenção de exploração sem limites, ao expressar o pensamento que se os recursos não pudessem ser usados, que “esses não deveriam existir”. Lamentavelmente, essa reprodução de pensamento e fala pública se replica na fala do “necessário progresso”, mas a que custo?

Em consonância com o contexto existente no território amazônico, no período 1852 a 1860 (RIBEIRO, 2012), consegue-se atentar para a realidade, em torno do processo que, se sucedia para o posterior início do quilombo das terras do Lago de Serpa, sendo que as pesquisas confirmam esse contexto, conectando a história da região ao cenário mundial.

“Na década de 50, dois fatos inauguraram um novo tempo com esperanças de estabilidade política e crescimento econômico para a região amazônica e seus habitantes: em 1850, o Governo Imperial finalmente concedeu a autonomia ao Amazonas, declarando Província do Império; em 1852 foi criada a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas que trouxe muitos benefícios para a região” (RIBEIRO, 2012 p. 26)

Em vista disso, tornou-se improrrogável a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas em meados do século XIX, dando início a diversas ações do império brasileiro para ocupação da Amazônia Ocidental, e suas fronteiras. Para tanto, foram trazidos mão-de-obra necessária para execução deste colossal empreendimento, entre eles “africanos livres”, cujos afrodescendentes destes constituem o quilombo do Lago de Serpa (MAMIGONIAN, 2017).

A vista das evidências de legitimação da origem das famílias desta comunidade quilombola amazônica, passamos a compreender apropriadamente a importância de se conhecer essa história, há muito tempo emudecida (MELO, 2021). Portanto faz-se pertinente atentar para os relatos das famílias, em especial dos idosos que nos trazem informações valiosas ao recuperar e registrar, fatos históricos, sociais e culturais, que por muitos desconsiderados, os quais se não transmitidos tornar-se-ão lacunas da negligência.

Ao levarmos em conta que, referimo-nos a um povo que luta, que resiste para continuar a viver, e manter sua moradia em um território ocupado há gerações, por aqueles contribuíram com muito suor, e até mesmo com suas vidas, ao participar na construção da província do Amazonas (MAMIGONIAN, 2017, DOS SANTOS, 2022), e preservação do território brasileiro, de tal forma que,

“estudando a atuação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas dirigida pelo Barão de Mauá, nos possibilitou ir ao encontro dos trabalhadores da empresa e, dentre eles, os Africanos Livres que serviram à empresa em Serpa, atual município de Itacoatiara. Seus descendentes, em 2014, receberam o reconhecimento como comunidade quilombola do Sagrado Coração do Lago de Serpa pela Fundação Palmares” (MELO, 2021 p.31)

Diante disso, em face às provas, testemunhos e comprovações no ano de 2014, a comunidade (SCJ) foi reconhecida como quilombo, atestando as afirmações outrora feitas. Para tanto, ao compreendermos o quão relevantes são essas informações, adquire-se motivações adicionais para avançar nesta empreitada, ao trazer à tona dados antes menosprezados (DA SILVA, 2018, MELO, 2021).

Diante disso, compreende-se a existência de um cenário amazônico complexo, com relevantes interesses internacionais, envolvendo a gênese do quilombo do lago de Serpa. E que, com a “Lei nº 581 de 04 de setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queiroz; tal lei, mesmo que por reflexo externo, viera colocar fim à entrada de cativos em território brasileiro” (FABRÍCIO, 2021 p.101). Ocasionalmente mudanças, embora lentas, mas progressivas na política do império brasileiro, com respeito ao tráfico de escravos neste território. Isso se deu, devido à pressão do governo britânico contra o tráfico negreiro, e para intensificar esta imposição “a Inglaterra só reconheceu a independência da Brasil em 1826,

depois que o governo de Dom Pedro I prometeu acabar com o comércio negreiro” (RIBEIRO, 2012 p.62) A partir de então, o contrabando de pessoas negras é proibido no Brasil, passando a ter uma ampla, e rígida fiscalização para coibir este, outrora comércio negreiro, tanto em terras brasileiras como no atlântico.

Logo, a pressão internacional aumentou, no enfrentamento da escravização no país, isto posto, foi neste contexto que, durante uma das tentativas que se têm registro de desembarque de novos cativos, ocorreu a apreensão de “um palha-bote, encalhado a 11 de outubro de 1855, na costa de Serinhaém, em Pernambuco, com 209 escravos a bordo” (GUIZELIN, 2011 p.181). Segundo fontes examinadas, na tese do Doutor em Sociedade e Cultura na

Amazônia, Claudemilson N. S. de Oliveira, encontramos a origem dos africanos livres, que foram trabalhar na Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa, havendo fortes evidências de que, estes eram oriundos deste carregamento de Sirinhaém de 11 de outubro de 1855 (OLIVEIRA, 2019)

Então, estes passaram a ser denominados pela categoria de “africanos livres”, porém estes eram tutelados ao Estado por 14 anos até serem emancipados. De tal modo que,

“Esses fatos são confirmados em nova Exposição do Presidente da Província do Amazonas (1857), Ângelo Tomás do Amaral do Partido Conservador, que cita que foram confiados à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas na vila de Serpa, pelo Ministério do Império, trinta e seis africanos livres dos cinquenta apreendidos em São Matheus e Serinhaém dos quais dois foram a óbito. Portanto os afrodescendentes da Colônia Industrial de Itacoatiara, chegaram em 1857, e no mesmo ano sete destes foram batizados pelo Padre Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque na Igreja de Nossa Senhora do Rosário” (CURIA 1857). Dos 34 africanos livres da Colônia Itacoatiara sabemos pela documentação eclesiástica os nomes de apenas 07: Paulo, Bernardo, Estevão, Rodolpho, Jeremias, Filizardo e Augusto. Todos apenas com o primeiro nome, sem referência de sobrenome.” (OLIVEIRA, 2019 p.46)

Por tanto, compreende-se sobre os africanos livres que chegaram para trabalhar na colônia de Vila de Serpa, que estes eram procedentes do resgate do tráfico ilegal de escravos, de São Matheus e Serinhaém. Logo, dentro deste cenário ocorreram muitas adaptações, um reflexo dos processos culturais e sociais exercidos sobre os africanos, influenciando a integrarem-se aos modos de vida da Vila de Serpa. A começar pelo batismo desses afrodescendentes,

dos quais posteriormente sete deles foram batizados na prelazia de Itacoatiara (CÚRIA, 1857).

Certidão de batismo de Paulo um dos Africanos Livres da Colônia agroindustrial de Vila de Serpa



Fonte: Cúria Prelática, livro nº.04, folha 17-vnº de ordem 124, 20 de junho de 1857.

Então, a partir dos registros da companhia de Navegação e comércio do Amazonas sabemos que, “dos que vieram para Serpa, a grande maioria era homens, entre os 21 e 48 anos, servindo nos ofícios de pedreiro, capina e servente, as duas únicas mulheres eram lavadeiras” (OLIVEIRA, 2019 p.47).

Planta do território pertencente à companhia de navegação e comércio em Serpa de 1864.



Fonte: https://objdigital.bn.brobjdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514903/car514903.jpg

Sendo importante chamar atenção para o fato de que, a área territorial da colônia se estendia até as margens do Lago de Serpa (SPÍNDOLA, 2002), se tornando uma área conhecida, e de fácil acesso pelos “africanos livres” trabalhadores da colônia. Dessa forma, é logicamente compreensível as possibilidades e vantagens, de estes terem se refugiado nas matas às margens deste belo Lago.

Sendo que, foi neste contexto, que a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, recebeu incentivos do governo imperial, o que incluía o apoio governamental brasileiro, havendo considerável investimento na execução deste projeto, tanto com incentivos financeiros, como de mão

de obra humana (CALDEIRA, 1995). Podendo ser notado essas disposições na descrição do médico e explorador Avé- Lallemand, o qual relatou que,

“Havia também vastos edifícios destinados à administração, para instalação duma serraria a vapor e máquina a vapor para moldar e prensar tijolos e telhas, toda espécie de artigos de barro para construção. Por toda parte reinavam ordem e salutar nitidez nessa bela fundação, cujas altas chaminés se elevam, com singular surpresa, diante da floresta virgem, como um dedo escrevendo nela: Aqui há progresso! Aqui há Europa! E quatro partes do mundo concorreram também com o seu contingente para animar o pequeno mundo de Serpa. Engenheiros ingleses e norte-americanos, alguns inspetores alemães de armazéns, 26 trabalhadores chineses, **um magote de negros**, muitos índios e índias, levam a sua existência, de um lado para o outro, cada um na sua esfera, uma população, que jamais uma localidade mereceu esse nome, deve chamar-se muito apropriadamente um pequeno mundo” (AVÉ-LALLEMAND, 1980 pp. 206207) (*O grifo é nosso*)



Foto extraída do álbum do Amazonas (Indicador Ilustrado). Manaus: Courier & Billiter, 1910, p.334.

Pois, segundo Avé-Lallemand, entre os trabalhadores da colônia encontrava-se um magote de negros, ou seja, os “africanos livres” solicitados por Barão de Mauá ao império brasileiro, para os mais diversos trabalhos neste empreendimento. Logo, de modo essencial, inclina-se aqui à historicidade dos “africanos livres”, trazidos à Colônia Agroindustrial, da outrora conhecida “Vila de

Serpa”. Um empreendimento notório, do proeminente empresário Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá, o qual foi incentivado pelo governo brasileiro da época, a aceitar o desafio amazônico de montar uma “Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas” (CALDEIRA, 1995 p.250). Por esse motivo,

“A Companhia Comércio e Navegação do Amazonas, propriedade do Barão de Mauá, detinha a concessão do contrato de navegação Belém Manaus e possuía algumas empresas agroindustriais (serraria, olaria, estaleiro, estrebaria, plantações e criações de animais) no distrito de Serpa, atual município de Itacoatiara. Em 1857 o Barão de Mauá solicita 50 “africanos livres” ao império para trabalhar, de forma remunerada, nesta colônia agroindustrial. Foram cedidos à empresa Africanos “apreendidos” em Serinhaém e S. Matheus, havendo registro da chegada de 36 ao destino, sendo que destes, 2 teriam falecido. Teriam trabalhado nas empresas até 1860” (JOHN, 2018 p. 62-63)

Assim, verifica-se que foram trazidos para trabalhos nesta colônia “um magote” de negros (Avé-Lallemant, 1980 p.206), conforme registrado 36 “africanos livres”, tutelados ao Estado foram enviados para trabalhar na memorável colônia agroindustrial da Vila de Serpa no Médio Amazonas. Demonstrando a continuação de um processo de mercantilização da força de trabalho negra, ainda condicionada a obediência ao Estado, e ao senhor a quem o Estado lhes confiava, dessa forma, o termo ou expressão de,

“africano livre” foi, antes de mais nada, vítima de um eufemismo jurídico, pois se trata de expressão tipicamente ideológica que esconde uma realidade bem diversa da enunciada. Pois, como aqui demonstrado à exaustão, **os africanos livres eram submetidos a um regime de trabalho forçado, com o suposto objetivo de educá-los para a liberdade, um longo aprendizado de catorze anos, em tese, mas que na prática, de modo sistemático, ultrapassava essa marca, sobretudo para aqueles empregados no setor público.** (MAMIGONIAN, 2017 p. 01) *(o grifo é nosso)*

De acordo com a apuração de Mamigonian, os “africanos livres” na prática, ainda não possuíam a tão almejada liberdade, observando-se a recorrência do consumismo insaciável de mão de obra barata, que se utilizava dos “africanos livres” (MAMIGONIAN, 2017). Em um sistema que mantinha esses trabalhadores sob controle, distribuía-os segundo seus interesses, como caso do magote de negros, levados a colônia agroindustrial da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, localizada na Vila de Serpa.

Estes por sua vez vivenciaram o processo de pretensos escravos à africanos livres, e posteriormente a questão da negação ao direito de cidadania brasileira, experimentando a cruel discriminação formal. Pois, esse era um período em que se debatia a questão da cidadania dos escravos, e africanos livres, sendo este assunto motivo de constante controvérsia. Em que, a “existência de habitantes do país que não haviam nascido no Brasil, como portugueses e africanos, e outros que, mesmo sendo naturais do país, não poderiam ser considerados membros da sociedade, como escravos e indígenas” (GRINBERG, 2016 p.137)

Assim, dentro dessas circunstâncias constata-se que, esses indivíduos que por ora, “havia sido alforriados ou emancipados, destacava o país de outras nações independentes e colônias onde a escravidão deixou marcas na formação social” (MAMIGONIAN, 2017 p.07). Marcas que ultrapassam séculos, sendo até hoje visíveis, pois neste contexto é identificado inúmeras irregularidades, seguidas de constantes arbitrariedades aos povos negros quer os que fossem escravos, quer fossem considerados africanos livres.

Além disso, têm-se evidências de que, os tratos na colônia agroindustrial da Vila de Serpa não fugiam a regra dessas práticas, havendo registros de ocorrências de violência, e rebelião relacionados aos negros que, ali trabalhavam.

“Desta averiguação resultou a notícia, em maio de 1860, que o novo diretor da colônia, Francisco Teixeira, havia dado “algumas lambadas” em um africano por conta das insubordinações ocorridas naquele período e, por isso, foi denunciado por alguns colonos. Contudo, o vice-presidente achou acertado para a “moralidade do estabelecimento e de seus diretores que o corpo de delito que se tinham procedido contra o mesmo Diretor [...] não progredisse, visto que se ele a isso tinha sido levado por causa da insubordinação desses”. Apesar de o vice-presidente do Amazonas ter decidido não dar prosseguimento ao corpo de delito contra o novo Diretor, estes acontecimentos chegaram ao conhecimento da legação britânica, que se dirigiu ao Ministério dos Negócios da Justiça chamando atenção para os maus tratos que os africanos livres estavam sofrendo em Itacoatiara. Quando alguns destes mesmos africanos foram mandados para Manaus, acabaram fugindo para Serpa, reclamando novamente de maus tratos. A legação fez pedido para que entregassem as cartas de emancipações para os que ainda não possuíam, atentando às autoridades para a situação destes africanos. Apesar das referências a estes colonos serem carregadas de negatividade, os distúrbios entre os africanos parecem ter sido expressões de resistência que buscavam resguardar a prerrogativa de sua liberdade, que estava sendo desrespeitada com condições ruins de vida na colônia, incluindo castigos físicos.” (BRITO, 2018 p.122-123)

Neste contexto, fica evidente que facilmente podiam se reproduzir condutas do racismo estrutural, o que comprova “que o racismo é uma decorrência da estrutura da sociedade que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça” (GAUDIO, 2019 p.215).

Dentro desse tipo de contexto, é levado em conta que o racismo institucional pode se apresentar através de atitudes de indivíduos, que são determinadas acerca de padrões e regras de ordem social, que externam princípios discriminatórios de raça (GAUDIO, 2019). Como no episódio decorrido entre o diretor da Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa, e os africanos livres trabalhadores desta. Dessa forma, passemos a analisar as circunstâncias vividas pelos africanos livres trabalhadores da Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa.

Em vista de tais evidências, verifica-se que os africanos livres trabalhadores desta colônia, como muitos outros em situações similares, estavam em condições ruins, e sofriam maus tratos (BRITO, 2018). Pois, de acordo com “o vice-presidente Manoel Miranda, neste período, a colônia encontrava-se num “estado deplorável”, ou seja, com péssimas condições para os trabalhadores.” (BRITO, 2018 p.122) Além desses relatórios, encontram-se registros desses trabalhadores, no livro “NO RIO AMAZONAS” de Avé-Lallemant. Neste compêndio é narrado por Avé-Lallemant o que este observou, tanto da natureza, como das pessoas que viviam naquela época nesta região, fazendo claras referências aos trabalhadores desta colônia, da mão de obra recrutada para o seu funcionamento, e sua manutenção.

Considerando que esta era uma colônia agroindustrial, e embora também fosse agrícola, seu principal ramo de produção era a construção civil e naval. Possuindo estaleiros de navios e toda estrutura organizada necessária para realização de suas atividades, localizada em região rica de recursos naturais (RIBEIRO, 2012). E provida de recursos humanos, em que podemos até nos atrever a dizer que esta colônia reunia recursos “autossustentáveis”. Pois, aparentemente tinha todos os requisitos para ser bem-sucedida. Na qual, houve investimentos tanto financeiros como humanos, onde Avé-Lallemant relata que, Serpa podia ser comparada a um pequeno mundo, pelo fato de ter um contingente de pessoas de todas as partes do mundo. Inclusive uma considerável porção de negros, como no caso os “africanos livres”, os “36

escravos, dos que haviam sido presos em Sirinhaém e São Mateus, últimos a desembarcarem no Brasil” (SILVA, 2018 p.81).

Assim, conforme Avé-Lallemant, a colônia de Serpa era um “mundo” em progresso, de tal forma que, dentre os trabalhadores de diferentes partes do Mundo, a mão de obra negra fazia parte desta Companhia, como é lido havia “um magote de Negros”. Ou seja, uma quantidade expressiva de negros “africanos livres”, que trabalhavam no território da Colônia em sua olaria, serraria, estribaria e outros serviços necessários. Dentro desta conjuntura, verificamos que nos lugares onde se possuía “africanos livres” repetiam-se condutas de subordinação destes, em que estes frequentemente eram obrigados a trabalhos forçados (BRITO, 2018). Num sistema de possíveis punições, se estes não demonstrassem obediência a seus tutores, como no caso já relatado acima dos “africanos livres” da colônia agroindustrial de Vila de Serpa que envolveu a polícia e do vice-presidente da província do Amazonas.

Havendo pelo menos o registro de dois desses incidentes, de modo que é notável a face do racismo estrutural arraigado, em que “a divisão racial do trabalho possui historicidade e materialidade, e faz parte da formação social do Brasil.” (ALVES, 2022 p.08). Escancarando a repetição de mecanismos de dominação, e no caso de reescravização, em que:

“As protoformas da divisão racial do trabalho encontram-se no modo de produção escravista, com a sujeição das(os) trabalhadoras(es) negras(os) ao trabalho escravista, pautado na exploração do sobretrabalho e na violência como instrumento de controle do trabalho.” (ALVES, 2022 p.08).

De modo que, é possível projetar como eram as condições vividas por esses 36 “africanos livres”, os quais faziam parte da captura do tráfico ilegal de escravos, provindos das cidades São Matheus e Serinhaém, confiados à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (SILVA, 1997). Faziam parte efetiva deste empreendimento, sendo que:

“Pelo Relatório do 1.º vice-presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, de 1857, tem-se, em linhas gerais, a configuração espacial e a infraestrutura da Colônia Industrial de Itacoatiara, relatadas a este pelo seu diretor, o francês Le Gendre Decluy. As construções eram de nove casas, três telheiros, uma estrebaria, uma serraria, uma olaria e um estaleiro. Mantinham terreno anexo para agricultura extensiva, criação de animais, cuja mão-de-obra era representada por trabalhadores colonos em número de oitenta, sendo vinte e três chineses, vinte e um portugueses e trinta e seis africanos livres.” (OLIVEIRA, 2019 p.53)

De acordo com Oliveira, os “africanos livres” eram trabalhadores efetivos desta Colônia Agroindustrial de Itacoatiara, dando-se continuidade ao sistema de utilização capitalista, por meio de um renovado ciclo de subjugação de “mão de obra negra”. Em vista disso, os “africanos livres”, permaneceram servindo como moeda de troca política para o enriquecimento do país.

Pois, estes “contribuíram para as fortunas daqueles que apoiavam o governo imperial e, assim, garantiam a base de centralização conservadora” (MAMIGONIAN, 2017 p. 317). Diante disso, ao aprofundar sobre as condições existentes nesta Colônia, observa-se que estas eram semelhantes às apontadas por Mamigonian, sendo essas conjunturas reproduzidas neste ambiente.

Isto posto, verifica-se que os moldes de rotina de tratamento destinado aos “africanos livres” apresentavam condições irregulares, a eles impostas que nos fazem chegar ao entendimento que de “livres” só tinham o nome. “Eles foram confiados à Cia. de Navegação, a fim de servirem na Colônia de Vila de Serpa, para cumprirem seu tempo de serviço enquanto aguardavam sua emancipação” (OLIVEIRA, 2019, p.47). Pois, segundo Mamigonian,

“Os africanos livres enfrentaram uma gama variada de condições de vida e de trabalho, fossem concedidos a particulares ou encaminhados a instituições públicas. Os dados individuais contidos nas petições de emancipação e na matrícula compilada entre 1865 e 1869, na correspondência do curador de africanos livres, nos registros de falecimento e complementados por inventários post mortem de arrematantes e relatórios das instituições públicas permitem explorar as condições em que cumpriram o período de trabalho obrigatório” (MAMIGONIAN, 2017 p.64)

Sendo assim, é possível realizar uma projeção mental, das múltiplas condições e irregularidades que podiam ser impostas aos africanos, supostamente “livres”. Dentre essas circunstâncias, verifica-se que, na antiga colônia de Itacoatiara, estes também passaram por diversas condições adversas, como no caso dos dois registros de distúrbios violentos envolvendo a necessidade de intervenção policial, para resolução do conflito. E embora, os comportamentos destes fossem considerados “maus” ou “péssimos” e de serem considerados como “turbulentos” e dados ao “vício da embriaguez”, há fortes indícios de que as ocasiões de desordens relatadas na Colônia da Vila de Serpa, possuíam outros motivos (BRITO, 2018). Pois, de acordo com o arquivo Público do Estado do Amazonas (Arquivo Público do Estado do Amazonas, 1860), o vice-presidente da província do Amazonas Manoel Miranda, relatou que nesta época,

“à colônia encontrava-se num “estado deplorável”, ou seja, com péssimas condições para os trabalhadores. Ele atribuiu à falta de zelo por parte das autoridades de Serpa e os desmandos dos seus diretores, que acarretaram na repetição de desordens, fazendo-se necessária a presença do chefe de polícia ali pela “segunda vez”, para “averiguar os fatos e punir os criminosos”. Desta averiguação resultou a notícia, em maio de 1860, que o novo diretor da colônia, Francisco Teixeira, havia dado “algumas lambadas” em um africano por conta das insubordinações ocorridas naquele período e, por isso, foi denunciado por alguns colonos.” (BRITO, 2018 p.122 apud MAMIGONIAN, 2017)

Dadas essas circunstâncias, fica nítido que as condições vividas na antiga colônia Agroindustrial de Itacoatiara, estava longe de ser um bom trabalho para os colonos, em especial para esses africanos. Tanto é que, a historiadora Roberta K. L. de Brito aponta para as condições deploráveis da colônia, e os desmandos de seus diretores, o que possivelmente agravavam essa situação. Valendo salientar que, nessa “época a sociedade brasileira era escravagista e para conter as revoltas dos escravos havia mecanismos de repressão que utilizavam força policial” (RIBEIRO, 2012 p.64).

Dentro desta conjuntura aqui exposta, nos lugares onde se possuía negros, e ou “africanos livres”, evidenciavam-se situações resultantes de condutas abusivas que se repetiam causando “distúrbios” (BRITO, 2018 p.121). Tanto é que,

“As condições de trabalho dos africanos livres e emancipados enviados às províncias do Norte, foi tema de trocas diplomáticas envolvendo o novo ministro britânico no Brasil, William Christie. Em resposta às acusações que chegaram à legação britânica de que os africanos concedidos à Companhia de Navegação a Vapor sofriam maus-tratos na colônia de Serpa, Christie pressionou o governo brasileiro a emancipá-los da tutela.” (MAMIGONIAN, 2017 p.182)

Ainda que, o governo britânico pressionasse o país para libertar os escravos e africanos livres, mesmo assim, continuava ser um período desfavorável para os negros e seus descendentes, ao se levar em conta o momento histórico que esses eventos ocorreram, em que se davam muitas irregularidades, que costumavam ser ignoradas, ou se dava pouca seriedade por parte das autoridades, o que permitia certa impunidade para com os infratores dos direitos humanos da época. E pior ainda,

utilizava-se de mecanismos de repressão para com as vítimas e abrandamento da punição dos agressores (RIBEIRO, 2012).

Considerando o cenário escravocrata da época se apresentavam inúmeras situações de maus tratos, tanto aos ainda considerados escravos, como aos africanos livres, os quais eram frequentemente obrigados a trabalhos forçados, como os registrados na colônia de Itacoatiara. Em decorrência da realidade presenciada na colônia, estando em condições precárias e insalubres, além de ser gerida por um sistema de possíveis punições, para os que não demonstravam obediência a seus tutores, como no caso desses “africanos livres” da colônia.

Entretanto vale salientar que, devido às circunstâncias vigentes, pode-se facilmente ter ocorrido outros episódios não registrados (BRITO, 2018). De tal modo que, neste panorama aqui apurado, é notável a face do racismo estrutural arraigado, em que os modos operantes presentes nas estruturas de trabalho demonstram uma divisão que historicamente privilegia grupos dominantes, e subjugam ao explorar outros, isso se materializa nos processos de formação social do Brasil desde o período colonial (ALVES, 2022). Ao escancarar a repetição de mecanismos de dominação, e como no caso aqui observado de reescravização.

De modo que, ao buscar entender a situação vivida pelos negros, quer escravos quer africanos livres, ou mesmo daqueles do período após a abolição da escravidão, nos deparamos com o clamor pela liberdade e a continua aflição destes, ao verem a condição e direitos de liberdade e dignidade serem procrastinados. Resultando em estados de tensões, situações de revoltas e fugas, na tentativa de se alcançar a tão esperada liberdade, que lhes havia sido retirada (MELO, 2021).

Por muitas razões, os negros podiam entender que, as fugas seriam a melhor forma de se libertar da condição de servidão e opressão, a eles impostas no sistema escravocrata, embora este já estivesse em processo de enfraquecimento. Mas ainda operante, mesmo que em uma disfarçada nova roupagem, estas estruturas persistiram sendo sustentadas, pelos moldes das classes dominantes no Brasil. De modo que,

“As motivações para fugir foram variadas. Quer fosse pelas epidemias ou escassez de alimentos e produtos no baixo Amazonas, quer pelas conturbações políticas ou pelos laços afetivos em jogo (protegendo

filhos, família e amores), homens e mulheres deslocavam-se pelos rios e matas cruzando suas experiências de cativo com índios, mulatos desertores, africanos, marinheiros. Fazendo suas próprias avaliações das dinâmicas econômicas da província, rompiam com seus senhores, gozavam de autonomia, compravam suas alforrias, como fez Joaquina. Viver homiziado nas cabeceiras dos rios, nos lagos e afluentes do Madeira também indica que os escravos estavam atentos ao crescimento do comércio nessa região e para as vantagens de se viver fugido nessas proximidades.” (MELO, 2021 p.56)

De acordo com Melo, diversas eram as circunstâncias que podiam fazer os negros buscarem refúgio longe de seus senhores ou possíveis captores, estes podiam adentrar as matas, cruzar rios, na troca de experiências de cativo, com índios, desertores, mulatos e até marinheiros. Subsistiam muitas vezes refugiados, nas cabeceiras dos rios, e lagos, como caso do quilombo do “Lago de Serpa”, ao encontrar refúgio na floresta e viver em sossego (GUIMARÃES, 1988), não raro na tentativa de na maioria dos casos ser “invisível”, pois era menos arriscado.

Assim, procuravam esconderijos nas matas, que pudessem ser “locais alegres de batuques e amores,” (GUIMARÃES, 1988 p.14 apud SOUZA, 1982). Estes também estavam atentos para a localização de seus refúgios, como possibilidades de venda de seus produtos da colheita, de produtos da floresta como castanhas, frutas, óleos, resinas e produtos da lavoura e madeira. Estratégias essas de sobrevivência encontradas, que garantiram alívio e segurança para os seus membros, bem como espaço físico para moradias, alimentação, relações familiares e costumes.

1.6 – A Busca do Refúgio e sobrevivência nas margens e terras do Lago de Serpa

Em congruência com as muitas evidências, de profundas e rigorosas investigações realizadas sobre os africanos livres, que chegaram para trabalhar na Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa, entende-se com base nos muitos indícios que esses africanos continuaram na Vila de Serpa. E embora não se saiba o número, é certo que alguns destes adentram as margens do Lago de Serpa, se estabeleceram por gerações, o que foi muito oportuno. Considerando que os limites da colônia agroindustrial se estendiam até as margens deste Lago.

De modo que, estes africanos e seus descendentes poderiam facilmente ter acesso a este lugar como refúgio”, dessa forma, concluímos que, os

“Descendentes dos africanos do desembarque de Serinhaém enviados para trabalhar na Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, do Barão de Mauá, hoje formam a comunidade quilombola do Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, em Itacoatiara, no Amazonas. (MAMIGONIAN, p.157)

Pois, observa-se que a comunidade possui a ancestralidade de escravizados, africanos livres, e além de traços físicos de sua ascendência de africanos, seus moradores mais velhos possuem memórias orais, das quais seus pais e avós lhes contavam sobre a época, em que estes ainda eram escravizados. Neste sentido, confesso possuir grande satisfação de ter a oportunidade de realização desse estudo profundo sobre a história e memória da comunidade, da qual sou também procedente, pois, pertenço a uma das famílias mais antigas desta comunidade (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024). Vale complementar que, ao examinar os núcleos familiares, constata-se que as famílias de “Sabino e os Macedo, os Melo são também reconhecidos por formarem um extenso grupo doméstico no Lago de Serpa. Provavelmente é o grupo cujo desenvolvimento se deu com base nas mais diversas e intrincadas relações nesse contexto” (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024, p. 38).

Portanto, nesta jornada de busca do conhecimento sobre o mundo e realidades deste quilombo, ao compreender que “é na medida em que analisa, articula e recorta a representação, que ela tem o poder de ligar através do tempo o conhecimento das coisas” (FOUCAULT, 1999 p.133), tornando possível a identificação e reconhecimento dos processos identitários da comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa. De tal forma que, neste processo encontram-se muitos indicativos de confirmação histórica e social deste quilombo afro amazonense.

Ao perquirir-se sobre os afrodescendentes do Lago de Serpa confirma-se que, após a decadência da Colônia Agroindustrial instalada da antiga Vila de Serpa,

“os trabalhadores negros em sua maioria refugiaram-se nas terras marginais do Lago de Serpa, a 8 km da cidade de Itacoatiara, passando a viver do extrativismo e da agricultura, atividade prosseguida por seus remanescentes até os dias de hoje. Foram 154 anos de luta para garantir os direitos, fortalecer a cidadania, consolidando a batalha contra o racismo e a discriminação sofrida por este povo de matriz

africana – finalmente reconhecida com a criação, no final de 2014, do quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa.” (SILVA, 2018 p. 82)

Sobre este assunto, O historiador Francisco Gomes da Silva, aponta que os afrodescendentes remanescentes da comunidade do Lago de Serpa, são sucessores hereditários dos africanos livres trabalhadores da Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa, atual município de Itacoatiara (SILVA, 2018). Dessa forma, passamos a atentar para as características do quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, sendo este um quilombo rural, formado há mais de um século e meio, o qual é reconhecido oficialmente pela Fundação Cultural de Palmares (FCP) desde 2014 (DE OLIVEIRA, 2021).

Em vista disso, ao meditar sobre os povos indígenas e negros no território amazônico reportamos a uma profunda sondagem que ultrapassa as “formas de escravidão impostas a eles, uma vez que a subordinação causada pela imposição do colonizador fez com que estes fossem marginalizados, silenciados e aparentemente invisibilizados na sociedade amazônica” (DE OLIVEIRA, 2021 p.02). Assim, é importante destacar aspectos que vão além da participação de mão de obra na Amazônia, mas também pontos característicos como o cotidiano dessas comunidades, a tradição, religiosidade, estrutura social e cultural (DE OLIVEIRA, 2021).

Evidenciando os modos de vida tradicionais, na viabilização de meios que assegurem seus direitos, juntamente ao intuito de preservar as riquezas naturais e culturais da Amazônia. Para tanto,

“A carga histórica leva a Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa ao seu autorreconhecimento como remanescente de Quilombo. Com tal mobilização, surge um novo momento de luta, dessa vez pela posse definitiva do território que já pertencia à comunidade há séculos. Tal direito conquistado constitucionalmente. A prova incontestável de que a Comunidade do Lago de Serpa é um quilombo, retrata-se na voz da comunidade, moradores jovens e idosos. Pelos motivos destacados no capítulo anterior, apenas 15 por cento da comunidade não se autodeclarou como quilombola. A comunidade tem como parceira a escola do quilombo para execução de tão grandes objetivos, dentre eles: a recuperação ambiental da área. A gestão do território: compartilhada e sustentável, dentre outros.” (BINDÁ LEITE, 2021 p.212)

Considerando esses aspectos relevantes para o processo de autodeclaração, de pertencimento e reconhecimento da comunidade como

remanescente de quilombo, ao verificam-se os muitos elementos que contribuem para o reconhecimento desta comunidade. Desta forma, esta pesquisa, visa identificar os aspectos identitários desta comunidade, na transmissão da memória de um grupo, que até mesmo no silêncio tem muito a nos ensinar, e no esclarecimento dessa história como testemunho de um passado que não deve ser esquecido. Assim, observa-se que a comunidade do Lago de Serpa tem na sua constituição os

“Abrigados no Lago de Serpa, os africanos conheceram e passaram a estabelecer relações com indígenas que habitavam aquela região há pelo menos 2.500 anos, conforme apontam vestígios arqueológicos encontrados na área: fragmentos cerâmicos, urnas funerárias e terra preta. Com base nessa convivência interétnica, os africanos puderam estabelecer relações matrimoniais e de trabalho com integrantes da população nativa, como provavelmente pode ter ocorrido no caso da Companhia dos Pescadores, criada em 1858, com o objetivo de abastecer a Vila de Serpa com seu principal gênero alimentício” (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024 p.30)

Em conformidade com o relatório antropológico da comunidade (SCJ), são identificadas as relações estabelecidas pelos africanos e índios da região, os quais constituíram famílias e trabalho em conjunto. Além disso, foi apurado que já no final do século XIX, e início do século XX, em face a grande seca que atingiu o Nordeste, muitos nordestinos migraram à Amazônia. Dentre estes, “um grupo remanescente destes trabalhadores foi se estabelecer no Lago de Serpa e lá ajudou a compor o mosaico sociocultural hoje representado pela comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa.” (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024 p. 31).

Vale salientar que os afrodescendentes do Lago de Serpa eram “designados como “pretos carvoeiros” localizados no “lago dos pretos” ou “Lago de Serpa.” (JUNIOR, EDAF.2007 p.09). Trazendo referência ao ofício de carvoeiro praticado na comunidade por muitos de seus membros, mostrando-se uma atividade que ultrapassa o tempo como forma de sustento, a uma prática tradicional, e de uso cotidiano. Desta forma, fica evidente que,

“O envolvimento de maneira quase exclusiva das famílias do Lago de Serpa com essa atividade laboral fez com que seus membros fossem chamados de “pretos carvoeiros” no âmbito da cidade. Essa referência à sua atividade laboral, portanto, se constituiu em principal marcador de identidade e de memória do grupo e continua até o presente como um elemento classificador da distinção social. A perenização dessa

memória, numa sociedade que utilizou a força de trabalho escrava (oficialmente “livre”) desses africanos, demonstra o quanto as chagas da escravidão continuam abertas e reverberam por gerações.” (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024 p.33)

Isto posto, ao conversar com os seus membros, em especial os mais velhos, muitos expressam suas experiências de trabalho na fabricação de carvão, os modos de carregamento, transporte utilizados, e venda. Porém, atualmente devido a motivos e implicações ambientais com o IBAMA, e o fato de os mais jovens procuram outros meios de trabalho, esta prática tem diminuído. todavia ainda encontramos nas famílias mais antigas evidências concretas que estas possuem caieiras (forno armado) em seus terrenos, para a produção de carvão para o consumo doméstico, troca na comunidade, ou ainda venda mesmo que de forma reduzida.

Ademais, vale salientar que se observa que a comunidade na sua maioria professa ser católica, pois “apontam para o mesmo enfoque das expostas, com acréscimo ou subtração de algumas palavras. Contudo, o foco principal foi a afirmativa de que o padroeiro eleito é o Sagrado Coração de Jesus e a santa protetora é Aparecida.” (BINDA LEITE, 2021 p.213)

Havendo relatos de como a padroeira “Nossa Senhora Aparecida” apareceu no lago em uma pescaria de um comunitário. Binda Leite adicionalmente relata que, por meio de depoimento de membros da comunidade, compreende-se que houve um sincretismo religioso “movido pela aparição” da Santa no lago, algo digno de nota é que a santa padroeira é negra, o que remete ao período da escravidão. (BINDA LEITE, 2021).

Nesta composição que retrata este grupo social ainda há muito a revelar, sendo essencial atentar também para a questão da educação, considerando que há uma escola inserida no território da comunidade. De modo que, faz-se relevante verificar o andamento dos processos educativos, de como se dava a oferta e funcionamento em tempos anteriores, e como esta ocorre atualmente. Para isso, é necessário levar em conta as estruturas presentes, pois

“A organização do ensino nos quilombos representa um desafio que é o cumprimento do que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola sem excluir a história do Quilombo. Nesse aspecto, não só a história contemporânea do quilombo será essencial, porém as conquistas do passado como resultado das lutas nos primeiros quilombos.” (BINDA LEITE, 2021 p.285)

Portanto, ao se deparar com os diversos aspectos relacionados à constituição dos processos identitários da comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, é compreendido a existência de uma rica rede de relações entre muitos atores, que este trabalho vem acessando, a ponto de contribuir para o preenchimento de lacunas na história e memória regional. Proporcionando, efetivamente, pautas para discussões na reparação de arbitrariedades praticadas à população negra. Dessa forma, contribuindo para o processo de desenvolvimento efetivo da sociedade amazônica, bem como o fortalecimento da identidade afro amazonense. Em vista disso, é neste panorama que o segundo capítulo trata do tema O quilombo, A comunidade, e O coletivo (ACQ-Serpa), ao observar como a categoria analítica **quilombo**, apresenta-se nesta pesquisa qualitativa. Ao tratar da Ressemantização do conceito quilombo, de como este foi construído, socializado e transformado na sociedade no decorrer do tempo (BARDIN, 2016).

CAPÍTULO 2 - O QUILOMBO, A COMUNIDADE (SCJ), O COLETIVO (ACQ-SERPA)

2.1 O Quilombo

Quando abordamos a temática sobre comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, passamos a ter acesso a diversos contextos que possuem características específicas, dependendo de cada região analisada (ARRUTI, 2008). Considerando que, tratamos da constituição de povos tradicionais que permanecem no território ocupado já por gerações, em que seus ancestrais encontraram refúgio do regime escravocrata e suas mazelas, nas matas em todo o território brasileiro. E como resultado, estes passaram a estabelecer não apenas moradia, mas também interação com os povos da floresta, os indígenas e outros grupos étnicos que ali intencionalmente, e ou, porventura se integraram. De modo que, se observa que a população negra passou a constituir relações de integração, associação bem como a manutenção dessas relações por meio de interesses em comum (BARTH, 1998).

Em vista disso, no decorrer do tempo verifica-se que, desde o período colonial até nossos dias, houve a Ressemantização do termo “quilombo”, a exemplo no período Imperial “bastavam três escravos fugidos, mesmo que não formassem ranchos permanentes. Neste contexto, afirmar a existência de um quilombo significava apenas identificar um objeto de repressão”, ou seja, sem nenhum conhecimento de local de refúgio ou residência para se apreender o objeto, “os negros”, levando-os cativos novamente, (ALMEIDA, 1996). E após esse período na linha do tempo dependendo do contexto, o termo passa a ter outras aplicações, de modo que, a extensão da ressignificação do conceito “Quilombo” é ampla. Pois, em cada momento histórico este assume uma necessidade, e ou, função, devido a tais aspectos,

“[...] o [termo quilombo] vem sendo ressemantizado” pela literatura especializada e pelas entidades da sociedade civil que trabalhavam junto aos “segmentos negros em diferentes contextos e regiões do Brasil”. Partindo de uma definição negativa – eles não se referem a resíduos, não são isolados, não têm sempre origem em movimentos de rebeldia, não se definem pelo número de membros, não fazem uma apropriação individual da terra – o documento propõe que os quilombos sejam tomados como “grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, cuja identidade se define por “uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e

valores partilhados”. Nesse sentido, eles constituiriam “grupos étnicos”, isto é, “um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão”, segundo a definição de Fredrick Barth. Apesar desta escolha teórica, eles seriam caracterizados também por alguns traços substantivos, todos relativos à sua territorialidade, como o predomínio do uso comum e a utilização dessas áreas obedecendo à sazonalidade das suas atividades produtivas ou outras, “caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade” (ARRUTI, 2008, p.316)

Segundo José Maurício Arruti, este embasado na teoria de Barth, argumenta que cada comunidade quilombola tem formação e estrutura específicas, com uma realidade única, definidas através de relações de solidariedade e reciprocidade, correspondente a sua territorialidade, no uso comum dos recursos. Ademais, precisamos compreender que, esses grupos comunitários além de constituídos socialmente, com sentimentos e normas de pertencimento, são definidos por suas identidades singulares.

Dessa forma, podemos entender que, cada uma dessas comunidades possui uma identidade, como uma digital particular, típica do contexto inserido. Pois, estes “têm como ponto de partida, situações sociais específicas e coetâneas, caracterizadas sobretudo por instrumentos político-organizativos, cuja finalidade precípua é a garantia da terra e a afirmação de uma identidade própria” (ALMEIDA, 1996, p. 11)

Diante disso, verifica-se que, na formação de grupos étnicos como comunidades remanescentes de quilombo, conforme o caso desta unidade de estudo, a qual apresenta características dinâmicas ínsitas deste grupo social. Pois segundo Barth, isso acontece devido a processos relacionais e interativos, em que seus indivíduos acordam uma identidade fluida e dinâmica do grupo, ainda assim, mantendo as fronteiras étnicas, por meio de interesses e uso em comum (BARTH, 1998). Nesse sentido, constatamos essas características nos povos quilombolas em território brasileiro, evidenciado uma composição resultante de interações interétnicas. Tendo em conta que,

“O Brasil é um país com formação multiétnica e tal característica é ocasionada pelo contato de grupos étnicos como: os portugueses, indígenas e africanos. Este último trazido forçadamente no período da escravidão e foram obrigados a trabalhar de forma sub-humana, em ambientes insalubres, com péssima alimentação, além de não terem direitos sobre seus corpos.” (RIBEIRO; DE ALMEIDA, 2025 p.291)

Dentro deste contexto, “as comunidades tradicionais remanescentes de quilombos” possuem trajetórias históricas e sociais próprias, bem como os seus modos de vida, costumes, luta pela sobrevivência, e o movimento de resistência para permanência em seus territórios tradicionalmente ocupados. Para tanto, se considera “o processo de formação das áreas quilombolas e das terras tradicionalmente ocupadas, seus fundamentos de organização social e histórico-cultural próprios” (ALMEIDA, 2010 p.35). Em vista desses aspectos determinantes,

“As comunidades remanescentes de antigos quilombos emergem nesse momento histórico apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e revelando que não foram poucos os sítios quilombos formados durante a escravidão. Esse processo ocorre dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações do movimento Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos e de outras entidades negras organizadas com ações desde os anos 1980 em todo o território brasileiro.” (ANJOS, 2004 p.02)

Neste cenário com múltiplos contextos históricos e sociais é que nos atentamos para os quilombos na Amazônia, em foco o Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, no município de Itacoatiara no Estado do Amazonas. Logo, entendemos que estes personagens que foram escravizados, se viram longe de sua de sua terra de origem, em uma realidade totalmente diferente, além disso muito hostil, homens e mulheres que forçosamente vivenciaram inúmeras situações desumanas, a ponto de estes engendrarem estratégias de fugas e sobrevivência (RIBEIRO; ALMEIDA, 2025).

Dentre estes episódios, atentamos para esta unidade de estudo na Amazônia, que aborda os processos identitários do Quilombo (SCJ) com foco nas trajetórias dos núcleos familiares. Na qual se observa um contexto histórico e social amplo, em que essa dissertação não pode abarcar em toda sua ampla diversidade e totalidade. Contudo, contribui para o revelar realidades vividas por este povo, ao apontar para uma ampla possibilidade de posteriores pesquisas.

2.2 - A comunidade Sagrado Coração de Jesus do lago de Serpa

Ao considerarmos que o universo que orbita a comunidade quilombola (SCJ) Lago de Serpa mostra-se rico em uma abundância de variantes, não apenas de pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento, mas também

de existência de vidas e a manutenção destas. Não é à toa que, quando Avé-Lallemant fez uma excursão no Lago de Serpa no século XIX, este se refere ao lago da seguinte forma: “cujo silencioso encanto todos haviam me gabado” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.212). O qual traz muitas descrições do local, tornando possível compreensível o porquê dos africanos livres que, nesta ocasião, provavelmente já conheciam as terras do Lago de Serpa, e outros, escolherem este território para refúgio.

Segundo muitas evidências, este território tornou-se um quilombo amazônico, que por muitos anos, décadas e mais de um século, mostrou-se o lar de famílias quilombolas que viviam de modo pacífico. Estes adaptaram-se à região, desenvolveram técnicas de trabalho, como a tão conhecida na região fabricação de carvão vegetal e sua comercialização, entre outras formas a colheita de frutos da floresta, a pesca e caça, moradias e meios de subsistência. Estes também constituíram famílias, como podemos ver nas árvores genealógicas confeccionadas pelos antropólogos que produziram o RTID desta comunidade (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024). Evidenciando laços familiares e parentescos, relações de solidariedade, bem como as fronteiras étnicas estabelecidas entre as famílias nesta comunidade quilombola (BARTH, 1998).

Baseando-se no contexto do período colonial, Almeida aponta que, “Nesta ordem, considerava-se como quilombo ou mocambo toda habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem que não se achem pilões neles” (Conselho Ultramarino, 1740; Moura, 1994, p. 16, apud Almeida, 2011, p.38). Tal rotulação colonial dos quilombos para fins de repressão, não condiz com a complexa organização social das comunidades quilombolas contemporâneas. O quilombo do Lago de Serpa constitui-se de famílias de negros, grupos familiares que apresentam laços de parentesco, afinidade e vizinhança. Os núcleos familiares constituíram casamentos, como se observa na árvore genealógica dessas famílias, e evidenciado neste trabalho de pesquisa, e confeccionada no RTID desta comunidade (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024 p.44-48).

Assim, ao analisarmos as trajetórias das famílias quilombolas do Lago de Serpa, nos deparamos com uma rede de unidades sociais relacionadas por parentesco que configuram um território no qual se constituem suas identidades, memórias e modo de vida coletivo. Outrossim, estas trajetórias de vidas e suas

interações revelam-se notáveis, com características específicas, as quais nos confirmam a configuração culturalmente específica de um quilombo amazônico.

Neste sentido, o historiador Francisco Gomes da Silva, natural de Itacoatiara, que desde menino acompanhava seu pai, Pedro Gomes da Silva, o qual era pescador (SILVA, 2006). Relata que, entre as suas recordações da rotina e experiências do trabalho da pesca neste território, fitava as famílias desta comunidade quilombola. Este faz a narrativa sobre as lembranças de sua infância, e que ao acompanhar seu pai nas pescas, observava as famílias negras do Lago de Serpa. Que por muitos anos foi amigo dessas famílias, ao atentar aos seus modos de vida e costumes, este buscou fontes confiáveis para se certificar da origem destas que, já por muitos anos, habitavam no Lago de Serpa. Tanto é que, em seu livro, *Pedro Gomes Meu Pai*, um memorial de família, descreve como viviam as famílias da região do Lago de Serpa.

“O Lago de Serpa, margeado de casas, era um movimento só. As mulheres, tradicionalmente operosas, auxiliavam seus maridos na roça e na confecção de farinha e doces caseiros. Desde muitos anos lá se produzia carvão vegetal, e os pioneiros dessa atividade foram José Capitolino, Joaquim Felipe, Manoel Inácio e Antônio Sabino. Os moradores da região eram dados a festas e esportes. Salvo quando se deslocavam até à cidade, através do igarapé do Serpa ou a pé, durante a vazante, para festejar a padroeira do Rosário e São Francisco de Assis, compraziam-se aos folguedos improvisados no local pelos “promesseiros” Raimundo Sabino, Antonio Abreu, João Carioca e Pedro Melo. As ladainhas (tradicionais ‘rezas’), misto de religião e festa profana, em louvor de São Raimundo, Santo Antônio, São Pedro e São João, antes restritas aos comunitários do Lugar, dali a pouco passaram a atrair multidões procedentes do Canaçary, igarapé da Penha e cidade, transportadas em canoas, carros de tração animal ou vindos a pé pelos caminhos abertos no mato. Obedecendo-se o calendário anual, as festas dançantes que se seguiram às orações ditadas num latim estropiado tinham lugar nas “ramadas”: casas de chão batido, cercadas de varas e cobertas de palha de inajá, construídas para aqueles significativos momentos. Sob a luz dos candeeiros, os festejos começavam às sete da noite com o solene cantarolar da ladainha e os fiéis ajoelhados diante de uma imagem de Santo da vez, colocada sobre uma mesa forrada de branco. Cerca de uma hora depois, os homens e mulheres presentes passavam de devotos a dançarinos e, animados pelos acordes musicais, tomavam conta do amplo salão e se movimentavam pela noite adentro até o amanhecer” (SILVA, 2006 p.76-77)

Segundo a descrição acima e de moradores antigos desta comunidade, as festas eram muito animadas, com visitantes de outras vilas, de comunidades próximas e da cidade, uma época memorável da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa. Momentos em que, havia festejos religiosos

católicos em devoção aos santos padroeiros da comunidade, seguido de festas dançantes, com bastante comida. Festejos que terminaram nos domingos com torneios de jogos de bola, partidas de futebol com premiação de troféus para os campeões (SILVA, 2006).

Nesta direção, vale atentar que Francisco Gomes da Silva, o qual tornou-se um exímio historiador e pesquisador, escritor de livros históricos sobre o município de Itacoatiara, contribuiu significativamente para o desvelar deste quilombo. De modo que, além de suas penetrantes observações sobre a comunidade (SCJ) do Lago de Serpa, este fez profundas pesquisas sobre a origem desta comunidade, o que levou ao reconhecimento oficial desta como quilombo, e do seu território tradicional (LOUREIRO, 1978; SILVA, 2018 p.82).

Por tanto, ao entrevistá-lo é possível apreciar seu sincero interesse e afeição por esta comunidade, a qual já acompanha desde sua tenra infância, de modo que, ao referir-se sobre a população desta coletivo, este faz a seguinte declaração:

“O bravo povo do Lago de Serpa, cujos ascendentes marcaram uma trajetória de vida de lutas, de sacrifícios e de vitórias sociais, lembrando os primitivos negros que vieram da África no século XIX para Vila de Serpa, atual município de Itacoatiara. E fixando-se no Lago de Serpa, construíram uma trajetória de heroísmo e dignidade.” (Francisco Gomes da Silva, 80 anos, Manaus-Am. 29/03/ 2026)

Segundo Francisco Gomes da Silva, as famílias descendentes dos africanos que vieram à Amazônia na época imperial, ambientando-se ao solo amazônico, e permanecendo no território do Lago de Serpa, possuem trajetórias históricas genuinamente dignas de sua autodeclaração como quilombolas. Ao levar em conta que suas trajetórias de vida são decorrentes de uma gama de processos históricos e sociais, que instituem o fenômeno quilombola não apenas em alguns territórios brasileiros, mas também no Amazonas. Em vista disso,

“Esses quilombos podem ser entendidos como espaços territoriais rurais ou urbanos resultantes de processos históricos, frutos de uma gama de encadeamentos formativos por todo o território nacional. Representados como um dos principais contrapontos ao regime escravista no passado e um dos principais elementos existentes e permanentes das lutas do povo preto no presente/futuro.” (TRINDADE, DOS SANTOS, 2023 p.11)

De acordo com Trindade e Dos Santos, experientes pesquisadores em questões de direitos e geografia na região amazônica, atestam que quilombos

como esta unidade de estudo, comunidade quilombola rural amazônica, são exemplos vivos permanentes de um processo histórico e social, de luta e resistência que articula passado, presente e futuro. Desta forma, compreende-se por meio de observação, pesquisa bibliográfica e documental, que as famílias quilombolas no território do Lago de Serpa constituem-se comunitariamente, organizando-se coletivamente, resistem e lutam pela permanência em seu território tradicionalmente ocupado (BEDESCHI, 2008). (ANEXO 1)

Isto posto, percebe-se nesta pesquisa que, desde outrora no Lago de Serpa existe uma comunidade ativa, que comporta muitos planos, abrangendo tradições de catolicismo e prática pastoral, sendo que o próprio nome da comunidade “Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa” possui base religiosa. Havendo forte presença de tradições populares católicas, com novenas e terços aos santos católicos: Santo Antônio, São João, São Pedro e São Raimundo que era comemorado no dia 31 de agosto. E nas últimas décadas, a comunidade passou a ter na sua programação religiosa a festividade do “Sagrado Coração de Jesus” e Nossa Senhora Aparecida, sendo os dois padroeiros da comunidade do Lago de Serpa. Visto que,

“A tradicional festa de São Raimundo, após a morte de Raimundo Sabino, “o dono da festa”, mudou de endereço. O sr. Raimundo Gonçalves, mais conhecido como Henrique, ainda prosseguiu festejando o santo por um tempo. Porém, o evento foi perdendo força e atualmente a festa de São Raimundo não é mais realizada. A comunidade adotou então devoção ao Sagrado Coração de Jesus, por influência e determinação da mãe do sr. Ernando, que doou inclusive o terreno para construção da atual capela. Além da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, a comunidade também celebra Nossa Senhora Aparecida, em 12 de setembro.” (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2004 p.53)

Segundo Siqueira e Gonçalves, a comunidade mostra-se em sua maioria católica, com a atual capela ao lado da sede da comunidade, na parte norte do território na margem esquerda do lago, onde ocorrem celebrações religiosas e eventos da comunidade.



Foto da capela Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa durante o dia, aberta para limpeza.

Atualmente, além do prédio da Igreja católica, a comunidade também já possui outros três prédios religiosos de denominações evangélicas, pelo lado direito da entrada do ramal Osorio Fonseca observa-se uma igreja Adventista do Sétimo Dia, e um pouco mais a frente uma igreja da Assembleia de Deus Tradicional. E depois do prédio da escola da comunidade, encontra-se uma rua (travessa) que passa pelas casas dos parentes (filhos) de seu Ernando Soares Macedo, atual presidente da ACQ, nesta há uma outra igreja, da Assembleia de Deus.

Nesse sentido verifica-se que, ao conversar com alguns moradores da comunidade, embora na maioria sejam católicos, encontra-se uma certa variante religiosa entre católicos e evangélicos. Outrossim, a concepção de comunidade religiosa, comunidade social e comunidade quilombola, desenvolve-se num contexto amplo neste território, havendo muitas perspectivas para futuras pesquisas. Cabe destacar que, a identidade quilombola não necessariamente coincide com qualquer identidade religiosa, podendo existir diferentes expressões de fé e espiritualidade concorrentes, mesmo que o pertencimento étnico seja organizado em torno de símbolos e práticas católicas. O vínculo afetivo e trajetória histórica com o território, concebido como base material e simbólica para a manutenção de um modo de vida coletivo, que é central para a formação da consciência étnica no Lago do Serpa.

Sendo importante apontar aqui, a existência de duas associações comunitárias neste território que possuem objetivos e projetos divergentes, por isso é importante compreender que os moradores desta comunidade se encontram em conflito fundiário, devido a discrepância de objetivos.

“A primeira entidade é a mais antiga e sua fundação ocorreu em 1968, precisamente, ela ocorre no contexto da ação pastoral conhecida como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A segunda entidade é mais recente e foi criada no contexto das lutas reivindicatórias e do acirramento das disputas no âmbito da comunidade. Esse ambiente de tensionamento se mostrou mais eloquente a partir de 2015, quando o grupo formado de famílias tradicionais e moradores mais antigos da comunidade decidiram reivindicar a demarcação e titulação do território quilombola. A partir desse momento, as duas entidades e suas respectivas diretorias passaram a defender projetos e pautas antagônicos.” (SIQUEIRA, GONÇALVES, 2024 p. 82)

É neste cenário que surge a Associação Comunitária Quilombola do Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa (ACQ-Serpa), dando-se início a um novo ciclo nesta comunidade. Compreendendo que, no ponto de vista das famílias quilombolas, a Associação da Comunidade Social, em especial a diretoria, trabalhava em oposição aos interesses dos moradores da comunidade. A ponto de articularem-se fortemente contra o projeto de titulação do território Quilombola, gerando um ambiente de conflitos, entre muitos moradores do Lago de Serpa.

Em função disso, “um grupo constituído por lideranças quilombolas empenhados em analisar, avaliar e encaminhar o projeto quilombola, decidiu criar a Associação Comunitária Quilombola (ACQ-Serpa), que foi formalizada no dia 27/04/2017.” (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024 p.84). Portanto, a partir de então a Associação comunitária Quilombola Serpa, passa a representar coletivamente as famílias quilombolas moradoras do Lago de Serpa. (ANEXO 2)

2.3 O Coletivo (ACQ-Serpa)

No Brasil, os territórios de comunidades remanescentes de quilombo são conhecidos muitas vezes como “mocambo”, “comunidades negras rurais”, ou como neste caso de estudo nomeado, de “lago dos pretos”. Constituem-se em

valioso patrimônio territorial e cultural deste país, que precisam ser reconhecidas e protegidas (ANJOS, 2004). Para tanto, as comunidades negras buscam articular-se através de organização social e política, tendo como embasamento o contexto histórico e social de luta pela terra e resistência ao sistema capitalista ganancioso e opressor, que cada vez mais tem interesse comercial em seus territórios ocupados tradicionalmente (ALMEIDA; et al (Orgs), 2010).

Em atenção a estas ameaças, às comunidades quilombolas têm resistido para permanecerem em seus territórios ocupados por gerações, com base em direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pelo Decreto 4887/2003. Sendo digno de nota que no Brasil em 2022 pela primeira vez, a população quilombola foi identificada, enquanto grupo étnico, num censo de população, Censo Demográfico 2022 - o mais importante retrato demográfico, geográfico e socioeconômico do país.” ([O Brasil Quilombola | IBGE](#). p.02)

Neste sentido, o necessário empenho pelo autorreconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo, mostra-se um fenômeno crescente na região amazônica, pois segundo De Oliveira e Mata,

“A busca pela afirmação e pelo autorreconhecimento das identidades quilombolas no território amazonense têm aumentado nos últimos anos, em especial, a luta por reconhecimento dos remanescentes quilombolas tem sido constante sob diferentes domínios. Os antigos mocambos que resistiram às adversidades impostas no tempo e no espaço amazônico se constituíram como comunidades de remanescentes quilombolas que, até o presente momento, lutam pela materialização de seus direitos garantidos pelo artigo 68 da Constituição Federal de 1988.” (DE OLIVEIRA; MATA, 2021 p.02)



Reunião da Associação Comunitária Quilombola-Serpa, Lago de Serpa, 13/10/2024.

Dentro dessas perspectivas, pode-se observar que a comunidade quilombola do Lago de Serpa tem se organizado social e politicamente, possuindo uma associação registrada e auto reconhecida pela (FCP). Articulando-se por meio de orientações junto a colaboradores como MPF/AM e INCRA, que tem acompanhado o processo de efetivação da regularização fundiária quilombola na região. Além de reuniões comunitárias, ações de revitalização do centro comunitário, atividades de incentivo à cultura e reconhecimento ao legado negro, como o Festival da Consciência Negra, junto a outros momentos de fortalecimento do grupo.

É neste contexto, de articulação da Associação Comunitária das famílias quilombolas do Serpa, que ocorreram as recomendações do MPF que, emitiu um “Inquérito Civil nº 1.13.000.001361/2015-54, instaurado para acompanhar o processo de titulação do território tradicional da comunidade S. C. de Jesus do Lago de Serpa.” (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024 p.112).

Merece atenção que a ACQ-Serpa é criada em um momento em que se intensificam as ameaças à estrutura organizacional das famílias quilombolas do Serpa, uma configuração que apresenta modos de vida e costumes que envolvem práticas culturais, laborais, simbólicas e ação política. Dentro de um

arranjo que promove a interconexão entre seus agentes, fomentado por objetivos individuais, familiares e coletivos na manutenção desta unidade de representação política e mobilização coletiva. É nesse contexto que a associação comunitária quilombola Serpa passa a promover o Festival da Consciência Negra no Lago de Serpa.

2.3.1 - O Festival da consciência Negra, Valorização da Memória e luta Negra

Com base no contexto histórico e social do movimento negro, encontramos a memória da luta e resistência negra imputada a morte de Zumbi de Palmares, “líder do mais emblemático quilombo da história brasileira e símbolo da resistência negra contra a escravidão” (BERGAMASCHI, 2025 p. 05). Devido a isso, o dia da sua morte, 20 de novembro de 1695, tornou-se símbolo da resistência negra contra a escravidão, na busca por liberdade e dignidade, além de promover a conquista dos direitos humanos a população negra no Brasil.

Dando-se início a um novo ciclo, no qual o verdadeiro destaque é o protagonismo negro, no constante esforço do anseio pela liberdade e justiça para a população negra em território brasileiro.

“O Dia da Consciência Negra surge como resultado do amadurecimento das lutas e organizações do movimento negro no Brasil, especialmente a partir da década de 1970. Este período é conhecido como o ciclo do Movimento de Consciência Negra, no qual a centralidade do discurso e das ações estava voltada para a valorização da identidade negra e a construção de uma consciência crítica sobre a condição da população afrodescendente no país.” (BERGAMASCHI, 2025 p. 05 apud Cunha Junior, 2003).

Para tanto, apesar de que no início houve pouca atenção e divulgação da relevância desta data, esta tem sido gradualmente celebrada, em virtude do esforço coletivo do movimento negro no trabalho de conscientização da população brasileira. Assim, esta data tem cada vez mais conquistado validação nacional, como movimento social que perseverou e atualmente alcançou reconhecimento no território brasileiro (BERGAMASCHI, 2025). Estabelecendo referência na luta contra o racismo, com campanhas nacionais de conscientização das gerações, no que tange aos direitos humanos e respeito pelo outro.

Nesse sentido, a comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa tem se organizado sistematicamente para o Festival da Consciência Negra na sede da comunidade. De modo que, no ano de 2025 foi realizado o Sétimo Festival da Consciência Negra no Quilombo do Lago de Serpa, no município de Itacoatiara (AM). Um evento anual celebrado em novembro, o Festival promove a cultura afro-brasileira, identidade e resistência negra na Amazônia, junto a valorização quilombola.



Imagem extraída do Instagram da prefeitura Municipal de Itacoatiara, de serviços oferecidos na comunidade quilombola (SCJ) do Lago de Serpa na semana da consciência negra de 2024/11/2024.

Durante a semana da Consciência Negra, que acontece entre os dias 20 a 24 de novembro, ocorrem atividades culturais, apresentação de danças afro-ameríndias, dança e jogo de capoeira. Além de prestação de serviços de saúde como serviços odontológicos, serviços médicos e de enfermagem como descrito no anúncio acima, havendo também intervalos com debates sobre igualdade racial e respeito.

Em continuidade, como observado, a programação do Festival da semana da Consciência Negra estende-se pela noite, com apresentações de músicas e danças, exposição com venda de artesanato do quilombo (SCJ) e regional, juntamente com plantas medicinais, concurso de música temática, concurso de miss quilombola, comida típica regional e outras atrações culturais.



Imagens de alguns dos artesanatos expostos no Festival do Quilombo do Lago de Serpa, durante a semana da Consciência Negra, Lago de Serpa, 21/11/2025.



Foto apresentação da dança de carimbó, de uma das noites do festival da consciência negra, Lago de Serpa, 22/11/2025.

Neste período a comunidade quilombola (SCJ) do Lago de Serpa apresenta programações que celebram o mês da consciência negra, em razão disso, a comunidade do Lago de Serpa recebe muitos visitantes. Entre as apresentações, a dança do carimbó, patrimônio cultural de ritmo e dança com elementos populares, é uma das danças que alegram o festival com práticas de socialização coletiva.

“Assim, o carimbó foi sendo modificado ao longo dos anos a partir da dinâmica própria de cada contemporaneidade vivenciada pela cultura expressa nas subjetividades presentes no ritmo, apresentando-se como fonte inesgotável de informação e aprendizado. Hoje, esse patrimônio cultural, tema de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, segue integrado a projetos culturais e sociais, ora ensejando produção, enriquecendo o currículo ora difundindo informações para historiadores, antropólogos, músicos, educadores, pesquisadores” (LISBOA; SANTOS, 2025 p.11)

Logo, percebe-se que a Associação Comunitária Quilombola-Serpa, junto a colaboradores, movimenta-se ativamente em prol da organização e realização do Festival da Semana da Consciência Negra. Uma ocasião de empenho comunitário, em preparação para receber os convidados do Festival, havendo bastante movimentação na sede comunitária nesta semana. De modo que, neste período, o Quilombo (SCJ) abre as portas para visitação, devido a isso

instituições públicas como escolas, universidades e outras repartições, são recebidas com muita hospitalidade.

Portanto, quando pensamos em manifestações culturais, exige-se de nós um observar profundo, para se distinguir e contemplar o objeto cultural em contexto social e histórico. Em vista de tais perspectivas,

“A crítica cultural deve dedicar-se de fato a levar o esclarecimento através da prática cultural, num movimento de constante superação. Deve perceber o possível caráter emancipador contido em alguns elementos construídos pela e na cultura na permanente com outras práticas sociais.” (MWEWA; VAZ, 2004 p.06)

Logo, é válido refletir que cada grupo social, como no caso aqui estudado, uma comunidade quilombola amazônica, possui suas especificidades socioculturais, pois observa-se nesta uma dinâmica, na qual elementos diferentes configuram estoques simbólicos de compreensão e orientação prática (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024). Visto que, faz-se importante considerar que, o termo remanescente de quilombo não pode estar fossilizado em um “esquema interpretativo ‘estático’, postulado do evolucionismo, para entender essas situações sociais dinâmicas, que hoje são consideradas como quilombo e assim autodefinidas pelos agentes sociais que as vivenciam.” (ALMEIDA, 2011 p.78). Ao entender que os grupos sociais como comunidades de quilombo tradicionais, também junto se reinventam continuamente junto a sociedade envolvente, em consonância com o território em que estes se encontram.

Sendo que, neste sentido a comunidade (SCJ) tem se organizado coletivamente para manutenção de seus modos de vida e costumes, para que estes sejam respeitados e mantidos, segundo os direitos assegurados às comunidades remanescentes de quilombo. Para tanto, destacam-se os dispositivos legais que garantem tais prerrogativas, entre esses

“A Constituição Federal de 1988 representa um marco na luta pela terra e cidadania dos povos tradicionais remanescentes de quilombos, pois com a inclusão do artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garante a titulação das terras que estas comunidades utilizam para sua moradia e trabalho. Vale lembrar ainda os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro em favor das comunidades negras, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em 2008 completa 60 anos.” (BEDESCHI, 2008 p. 06)

Isto posto, vale lembrar que a comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, é atualmente representada pela associação legalmente constituída (ACQ-Serpa), na busca do fortalecimento comunitário e garantia dos direitos coletivos. Sendo importante destacar que isto ocorreu em um período que havia opiniões “antagônicas” sobre o futuro das terras do Lago de Serpa, inclusive do próprio corpo de águas do Lago de Serpa. Entendendo-se como um recurso político legal para preservação do território e recursos naturais, bem como os modos de vida e costumes desta comunidade quilombola rural.

Para tanto, ao se levar em conta as demandas locais de educação, saúde, segurança, desenvolvimento social e valorização cultural, os moradores conscientes e responsáveis deste território, compreenderam a urgência de organização coletiva. Entendendo que o associativismo favorece o fortalecimento da comunidade, ao atuar de modo transformador, quando os próprios membros da comunidade se tornam agentes ativos neste processo. Nesse sentido, Anjos destaca que,

“Historicamente, o associativismo desempenha, na sociedade brasileira, papel relevante no desenvolvimento social e econômico de segmentos vulneráveis. Neste sentido, a organização dos indivíduos em grupos, como associações ou cooperativas, contribui como forma de empoderamento para a valorização das potencialidades da comunidade e tem sido favorável ao desenvolvimento local, uma vez que denota uma prática transformadora, e o sujeito passa a ser ator de suas próprias ações. O associativismo expressa um modo de agir coletivo, segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e derivam do significado dado às intenções ou às ideias que fundamentam o grupo. As formas associativas, criadas pela iniciativa das camadas populares para mobilizar grupos de interesse, em função da grave crise econômica vivenciada a partir da década de 1980, expandem-se entre a população do meio rural, a qual se vê excluída dos direitos básicos de cidadania assegurados na Constituição de 1988.” (ANJOS, 2018 p.02)

Para tanto, atenta-se que quando a comunidade passa a se organizar legalmente com representantes como no caso da Associação Quilombola Serpa, esta passa a ter representatividade pública de suas demandas (ANJOS, 2018). Dentro deste contexto organizativo, o coletivo quilombola e a Associação Comunitária Quilombola-Serpa atentam às necessidades da comunidade, de modo que se aponta para questão educacional, que será abordada a seguir.

2.3.2 A Educação Escolar no Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa

Para tanto podemos presenciar que, nos últimos anos, a educação no Brasil tem passado por mudanças importantes, entre elas iniciativas que promovem uma prática escolar de inclusão e valorização de grupos minoritários por critério de gênero, portadores de necessidades especiais, raciais e étnicos. Grupos que outrora foram discriminados e tiveram suas necessidades negadas, ou no mínimo negligenciadas (DE SENA, et al, 2025). Nesta perspectiva encontramos a categoria “quilombola”, grupos étnicos autodeclarados com ancestralidade negra, que resistem para conservar os modos de vida e costumes. Os quais lutam por direitos constitucionais garantidos por leis, como a titulação definitiva das terras por estes ocupadas já por gerações. Territórios tradicionais que foram excluídos de qualquer formalização jurídica e, portanto, vulneráveis a expropriação do lugar onde habitam permanentemente e possuem modos de vida sustentável, junto a práticas culturais específicas (ALMEIDA; et al, 2010). Neste sentido,

“A Constituição de 1988 representa um divisor de águas ao incorporar em seu conteúdo o reconhecimento de que o Brasil é o Estado pluriétnico, ao reconhecer que há outras percepções e usos da terra para além da lógica de terra privada, e o direito à manutenção da cultura e dos costumes às comunidades e povos aqui viventes. (ALMEIDA et al, 2010 p.274).

Isto posto, compreende-se que, para que as comunidades quilombolas possam manter suas tradições, modos de vida, e o devido reconhecimento como patrimônio sociocultural, faz-se necessário arranjos em todos os setores do poder público. A vista disso, quando passamos a refletir em como o sistema educacional pode e deve contribuir nesse processo de acesso a essas prerrogativas, observamos que,

“Nos anos 2000, a legislação avançou com a promulgação da lei nº 10.639, em 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996.” (DE SENA; et al, 2025 p.13)

A partir dessa perspectiva, ainda há muito a fazer na construção de um processo educativo que contemple a educação escolar quilombola, ou seja, uma formação docente, uma grade curricular, materiais e práticas pedagógicas com foco na valorização dos pertencimentos raciais e étnicos e na trajetória histórica da comunidade. Neste sentido é válido que sejam elaborados projetos político pedagógicos centrados na memória, na história e nos saberes locais que valorizem a promoção da autoconsciência étnica e territorial (NAZÁRIO; PERES, 2026). Desenvolvendo assim no sistema educacional um processo de conhecimento das estruturas racistas e de classes inerentes aos conflitos fundiários que dificultam a regularização das terras ocupadas tradicionalmente pelos quilombolas.

Dentro deste contexto, é direcionado o tratamento da educação escolar na comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, que atualmente possui uma escola municipal, a E.M. Engenheiro Casseano Secundo.



**Escola Municipal Casseano Secundo no horário matutino, lago Serpa,
30/03/2026.**

De acordo com a imagem acima, podemos observar o prédio da escola da comunidade (SCJ), localizada ao lado direito do Ramal Osório Fonseca, próxima ao porto comunitário que dá acesso ao corpo de água do Lago de Serpa. Atualmente a escola funciona no turno matutino com os anos iniciais do Ensino Fundamental, mas em ciclo multisseriado, e no turno com Educação para Jovens e Adultos (EJA). O prédio possui duas salas de aula, e apenas um banheiro, um

refeitório central, uma área atrás da escola que pode ser usada para recreação, onde trabalham duas professoras pela manhã, uma merendeira, e duas funcionárias de serviços gerais (ASG).

Ademais, no que tange aos profissionais da educação as professoras são bastante amistosas, fazem o seu melhor no desafio que é trabalhar no sistema multisseriado e formação de letramento racial. Digno de nota, é que a partir deste ano de 2026 a professora Marlúcia de Oliveira Ribeiro exerce a função de professora e coordenadora da escola, ela membro da (ACQ-Serpa). Adicionalmente, no turno noturno, em uma das duas salas de aula da escola, é ofertado pela Secretária Municipal de Educação (SEMED), a modalidade do EJA ensino fundamental II 6º ao 9º ano. Havendo também na outra sala de aula, oferecido pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC), o Ensino presencial com mediação tecnológica, o popular tecnológico, que atende à demanda do Ensino Médio aos alunos de maior idade da comunidade e funciona como um anexo da Escola Estadual Professor Ronaldo Marques da Silva.

Neste contexto observa-se que, há uma rota de ônibus escolar que busca crianças e jovens da comunidade do Lago de Serpa, para estudarem em escolas de outras comunidades e para escolas da área urbana do município. Isso significa que existe demanda suficiente para construção de uma escola maior, e com melhor infraestrutura, no ensejo de atender crianças, jovens e adultos desta comunidade quilombola (SCJ). Pois, o fato de se ter apenas duas salas de aula, deixa a estrutura escolar nesta comunidade muito aquém do que pode efetivamente ser. Nesta questão, Montechiare e Lázaro, destacam que,

“Educação de qualidade para as comunidades quilombolas só pode ser uma educação com valorização e inclusão das suas histórias, valores e saberes negros e quilombolas. A saída da comunidade para estudar fora tem que ser uma escolha e não uma falta de oportunidade. Temos o desafio de garantir que se a escolha por estudar na sua própria comunidade, a infância, adolescência e juventude quilombola tenham garantido um percurso escolar digno.” (MONTECHIARE; LÁZARO, 2020 p.115)

Ainda que, a saída da comunidade para se adquirir educação de qualidade seja uma opção, é fundamental que as crianças e jovens quilombolas tenham assegurados o acesso à educação, em segurança e dignidade. Porém a realidade no Brasil, um país de diversidade cultural, ainda “aponta para um

distanciamento das realidades vividas pelas crianças quilombolas em relação ao que propõe os instrumentos normativos atuais e, também, as práticas de ações afirmativas” (MONTECHIARE; LÁZARO, 2020 p.12). Assim como no Lago de Serpa, em muitas outras comunidades quilombolas as condições para uma adequada educação quilombola ainda está longe do que deve ser. Nesse sentido, quando a professora Marlúcia O. Ribeiro é indagada sobre a possibilidade de a escola ter um prédio maior e melhores condições, se as crianças e jovens da comunidade ficariam para estudar na escola da própria comunidade, ela prontamente afirma:

“Com certeza se tiver um prédio maior, porque toda a problemática hoje que os pais não querem colocar na escola é devido a estrutura da escola, e por ser multisseriado. Hoje é um desafio muito grande, tem que ter um jogo de cintura. Mas a realidade hoje infelizmente, hoje em dia da educação é, a gente não encontra todo mundo igual no mesmo nível, infelizmente até mesmo se você for trabalhar no primeiro, segundo, separadinho você vai encontrar vários níveis diferentes e aqui está assim. Se a escola estivesse mais salas poderia separar as turmas com certeza, e teria demanda porque hoje a comunidade tem mandado os filhos para outras escolas. Aí vem dois ônibus pra cá, um que leva para a escola da Osmarina, e outro que leva lá pro Moisés Menezes, então o povo do lago da comunidade, os pais eles perderam um pouco da credibilidade com a escola, em relação a estrutura, e por estar também multisseriado. Aí eles acabam colocando em outras escolas que são tudo separado por série, eu acredito que a gente aumentasse realmente eles ficariam na escola, voltasse a ter a credibilidade que tinha antes né, aqui já teve 70 alunos, funcionava de manhã, de tarde e à noite. A estrutura da escola nesse momento é uma necessidade, um banheiro bom também, o banheiro é só um para todos, aqui a promessa que nós temos é de uma reforma, mas assim uma reforma, e uma ampliação do banheiro, mas não uma ampliação da escola. E também se caso os pais realmente tivessem confiança na escola, eles poderiam colocar os filhos aqui e abriria a tarde, porque poderia funcionar o terceiro e o quarto ano à tarde se tivesse demanda. Mas eles acabam levando os filhos para outras escolas e fica aqui parado a tarde não tem aula, acredito que realmente falta o resgate de conscientização com a comunidade de que, a escola faz parte da comunidade, que os pais tem que ter confiança no trabalho, e que a SEMED também que investir na estrutura e no aperfeiçoamento de professores.” (Marlúcia Oliveira Ribeiro, 37 anos, Lago de Serpa, 30/03/2026)

Frente a essa realidade, evidencia-se que, assim como no caso da escola do Lago de Serpa relatado acima, as comunidades quilombolas precisam lutar para ter direito a uma escola adequada, compatível às suas demandas, mostrando-se ser uma batalha histórica de esforço contra estruturas sociais de exclusão e violência. Outrossim, segundo alguns moradores da comunidade, os representantes desta associação comunitária, a diretoria da ACQ-Serpa, vem

fazendo requisições, à secretaria de educação do município SEMED para solicitar melhorias na escola do Lago de Serpa, porém até o momento ainda não foram atendidas suas reivindicações. Nesse ínterim, tanto alunos, pais e professores anseiam uma educação escolar quilombola que atenda às necessidades da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa.

Diante disso, assim como no caso de outras populações quilombolas, esta unidade de estudo continua lutando e resistindo para existir e ter condições educacionais adequadas. Nesse sentido, é válido fazer uso do conhecimento tradicional que os povos quilombolas criaram e desenvolveram como múltiplos conhecimentos, concebendo histórias de vida e culturas que constituem um copioso patrimônio nacional. Porém, em muitos casos ainda esse saber precisa ser conhecido e divulgado, mantendo a memória e o legado desses povos, que contribuíram amplamente para formação do patrimônio social e cultural brasileiro (MONTECHIARI; LÁZARO, 2020). Nessa direção, a escola tem um papel determinante na promoção de uma educação escolar etnicamente diferenciada, que valorize a identidade negra e a ancestralidade, ao se considerar saberes e tradições específicos do grupo. De tal modo, que possa integrar tais conhecimentos no componente curricular da escola, a ponto de suprir as necessidades específicas de cada comunidade quilombola.

A partir dessa perspectiva, devido ao esforço coletivo de agentes do movimento negro e quilombola, a educação escolar quilombola tem recebido cada vez mais atenção, a ponto de progressivamente passar a integrar as políticas públicas educacionais no Brasil. Em termos gerais, a construção de uma legislação ajustada ao tema “Educação Escolar Quilombola” é o desdobramento do movimento negro e quilombola no Brasil (SOARES; et al (Org.), 2025). Entre os avanços encontramos a lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Muito importante também são as Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola, pois estabelece os princípios para a efetivação do direito quilombola a uma educação diferenciada e de qualidade alicerçada na diversidade das trajetórias históricas dessas comunidades, combatendo estereótipos e transformando o espaço escolar a partir das memórias e saberes tradicionais (NAZÁRIO; PERES, 2025). Dando-se assim, a todos a oportunidade de um ensino-aprendizagem que acesse um patrimônio histórico, social e cultural de grande relevância na

formação do país, no fortalecimento da consciência étnica e na autoestima de crianças, adolescentes e jovens quilombolas.

Sob tal perspectiva, podemos apontar outras conquistas como o

“o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que desempenha um papel fundamental na EEQ, à medida que regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras das comunidades quilombolas. Como a luta pela educação é orgânica à luta pela terra, o direito ao território é fundamental à implementação de políticas educacionais específicas, garantindo que as escolas quilombolas sejam estabelecidas dentro das comunidades e respeitem sua identidade cultural. Assim, a posse da terra assegura a continuidade da educação diferenciada, baseada nos saberes e tradições quilombolas, promovendo um currículo contextualizado e voltado para a valorização da história e cultura afrobrasileira, portanto a regularização fundiária reforça o direito à educação de qualidade e fortalece a autonomia dessas comunidades no desenvolvimento de práticas pedagógicas alinhadas à sua realidade sociocultural. (SOARES; et al (Org.), 2025 p.13)

Nazário e Peres (2025) destacam, também a importância de articular a memória, território e educação, no currículo das escolas quilombolas, trazendo essas propostas no curso de formação para professores das duas escolas oficialmente reconhecidas como quilombolas no município de Armação dos Búzios/RJ. O espaço escolar pode se constituir em um novo espaço de reprodução de uma consciência étnica ligada à memória das lutas, à ocupação e uso dos recursos naturais e ao modo de vida coletivo respectivo. Nesta ocasião destacaram a importância do Decreto 4887/2003, de modo a proporcionar o entendimento das bases legais e socioculturais dos direitos territoriais.

“As aulas do mês de junho abordaram o tema Memória, Território e Identidade Quilombola, visando articular estes conceitos para consolidar a compreensão sobre as comunidades quilombolas. Utilizamos o artigo 2º do Decreto 4887/2003 para consolidar o entendimento sobre a definição constitucional do termo “remanescentes de comunidades de quilombos”, demonstrando como memória, território e identidade se articulam na confecção de tal instrumento administrativo do Estado brasileiro e seus impactos jurídicos e legais [...] Destacamos a afirmação do caráter coletivo da propriedade fundiária quilombola, da diversidade das trajetórias históricas, da autodeclaração identitária, da memória e atribuição de vínculo histórico com a escravidão. Consolidou [o decreto] o significado ampliado de ocupação que abrangeu não só as áreas de habitação e atividades produtivas, mas também aquelas necessárias para a reprodução sociocultural e ambiental da comunidade. A definição do perímetro do território (medição e demarcação) devendo ser indicada pelos próprios quilombolas, sendo facultado que eles apresentem as peças técnicas que à princípio devem ser elaboradas por equipe de

profissionais indicados pelo órgão governamental competente (NAZARIO; PERES, 2025: 21).

Nesse sentido, é compreensível, é válido, que as famílias quilombolas do Lago de Serpa organizem-se comunitária e coletivamente, na reivindicação de direitos básicos como território e educação de qualidade, alinhada à realidade sociocultural própria deste grupo. Para tanto, é notável que a Associação Comunitária Quilombola Serpa, já expressa movimentos nesta direção ao considerar que a diretoria da Associação tem articulando-se junto a colaboradores internos e externos, tanto a regularização fundiária do território, como também reivindicado uma educação que valorize a história e cultura afro-brasileira e quilombola.



Foto da entrega do RTID, da Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus, palco da sede comunitária do Lago de Serpa, na Semana do Festival da Consciência Negra, Lago de Serpa, 23/11/2024.

Isto posto, foi possível presenciar o momento de entrega do Relatório Antropológico da comunidade (SCJ) do Lago de Serpa, o (RTID), como uma oportunidade de aprendizagem, uma experiência pedagógica que fortalece os sentidos e sentimentos de pertencimento étnico. Ocasão festiva para esta associação comunitária, em que as famílias quilombolas e seus representantes, sentem-se mais esperançosos e seguros quanto aos episódios futuros deste território (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024). Assim, diante desse panorama, compreende-se a ocorrência da apropriação coletiva da categoria jurídica de

“quilombo”, no sentido de que é preciso entender sua ressemantização local diante dos atuais movimentos de povos tradicionais e comunidades étnicas (ROSA, 2018).

O conceito é atualizado nos contextos específicos de luta pelo território, de modo que sob análise atual, “quilombo” é um movimento constituído por agentes sociais que se autodefinem, a partir de uma identidade acionada para afirmar o seu pertencimento a uma determinada comunidade e a um território. (ROSA, 2018 p.142). Então, testemunha-se neste caso uma comunidade autodefinida como quilombo, com suas especificidades, ou seja, sua identidade única, como uma digital que a identifica como comunidade quilombola amazônica, que tem como lema resistir para existir.

A comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, é constituída por famílias descendentes de “africanos livres” e ex-escravos, além de indígenas da região, e alguns nordestinos que vieram a Amazônia no período da borracha a partir da segunda metade do século XIX (MAMIGONIAN, 2017; SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024). Possuem trajetórias de vida, de luta e resistência de um povo digno de seu território, expressas pelas experiências compartilhadas e formas de sociabilidade construídas no processo de formação da comunidade e ocupação tradicional do Lago de Serpa. Embora não isenta de trabalho árduo, de problemas e adversidades comuns à existência humana, esta comunidade carrega uma bagagem histórica de experiências de perseverança, que resiste para existir.

Para tanto, a presente pesquisa passa a ter por foco “A trajetória das famílias quilombolas “núcleos”, na representação dos modos de vida, costumes e práticas familiares e comunitárias, ao se considerar sua gênese no passado histórico, sua realidade atual, e as perspectivas desta comunidade quilombola. Por conseguinte, foi efetivado entrevistas com os representantes das famílias quilombolas de Melo, Macêdo, Nascimento, Sabino e Clarindo, conversas e escutas individuais, e com membros da comunidade. Além disso, realizou-se a observação participante tanto em reuniões da associação da comunidade (SCJ), como em momentos festivos que se dão na sede desta comunidade. De modo que, passa-se a partir daqui segue-se ao terceiro capítulo que disserta sobre as trajetórias das famílias do quilombo do lago de Serpa.

CAPÍTULO 3 - AS TRAJETÓRIAS DAS FAMÍLIAS DO QUILOMBO (SCJ) DO LAGO DE SERPA.

Neste quilombo, encontramos no cerne das ramificações familiares cinco famílias bases, das quais se observa diversas interações e dinâmicas familiares como uniões estáveis, casamentos, apadrinhamentos e outros. Sendo tal que, muitos dos membros da comunidade são irmãos, tios e primos de primeiro, segundo e terceiro graus. Destacando as múltiplas relações familiares, as quais dão origem às atuais gerações remanescentes desta comunidade.

Sobre a escolha teórica e metodológica ao focalizar nas trajetórias familiares, para compreensão dos processos de formação histórica e as dinâmicas sociais e territoriais desta comunidade quilombola, buscamos seguir Peres (2021) no seu estudo sobre os processos de ocupação tradicional indígena no Médio Rio Negro/AM.

“A metodologia escolhida então foi traçar as trajetórias familiares, através de entrevistas, e investigar as estratégias de reprodução dos grupos domésticos em condições ecológicas de dispersão dos recursos naturais, áreas limitadas de terra firme e propícias à agricultura, atividades produtivas variadas, alta mobilidade espacial e fluxos constantes entre comunidade e cidade. Enfocamos as “comunidades” como uma modalidade de organização social, historicamente determinada em que as atividades produtivas extrativistas, desempenhadas em relações de subordinação sob o regime da dívida, têm um peso relevante na configuração dos conflitos sociais e processos de afirmação étnica. Portanto, o foco incidiu sobre as estratégias dos sujeitos, fundamental para uma etnografia do “fazer a comunidade” em contraposição ao “fechar o rio” ou “trabalhar para patrão”, apreendidas no registro das escolhas / cálculos econômicos e projetos familiares, mas também de processos e sistemas de relações mais amplos” (PERES, 2021, 48).

Em vista disso, podemos começar com a descrição da família Melo, que é a que possui maior interação familiar na comunidade (SIQUEIRA, 2024 p.42-48). Isto posto, ao entrevistar membros da família “MELO”, foi possível compreender melhor a dinâmica não apenas da família em si, que é bastante diversificada, mas também o funcionamento, e questões desta comunidade quilombola.

De modo que, verifica-se que esta família, além de ser numerosa na comunidade, considerando que existem vários troncos familiares desta árvore, seus membros mostraram-se sempre atuantes em reuniões comunitárias, cerimônias e festejos religiosos, eventos da comunidade sociais, além dos

casamentos com as outras famílias da comunidade (SCJ). Um detalhe interessante é que no ano de 2025 a Rainha quilombola Mirim Kamilly de Melo Fernandes, é uma moça da comunidade, de uma das ramificações da família Melo.

Neste sentido, é válido considerar que as representações de famílias e indivíduos se mostram interessantes pois remetem a noções nítidas do coletivo e às formas de organização social da comunidade via parentesco. Em especial, quando se trata das famílias que compõem um mosaico de um corpo social, como no caso aqui estudado da comunidade quilombola (SCJ). Ao considerar que, as formas de vida e costumes de famílias servem como amostras ou modelos dos modos de vida presentes nesta comunidade, como um caminho através das trajetórias familiares para acessar a vida íntima da comunidade do quilombo do Lago de Serpa.

3. 1- Família Melo: Ancestralidade em um Mosaico Familiar



**Foto do porto das casas, da Família e filhos de Sebastião Gonçalves de Melo
25/10/2025.**

Ao entrevistar o chefe de família Sebastião Gonçalves de Melo, casado com dona Maria das Graças dos Santos de Melo, os quais são progenitores de dez filhos, que nasceram e foram criados no território do Lago de Serpa, o qual é conhecido localmente como “Sabá”. Ele aponta que, seus ancestrais chegaram

na antiga “Vila de Serpa”, atual município de Itacoatiara, para trabalhar na Colônia Agroindustrial há cerca de 150 anos, oriundos do Nordeste. Seu Sebastião um dos moradores mais antigos das margens do Lago de Serpa, e autodeclarado como pertencente a este quilombo, relata o seguinte:

“Quando meu avô veio, daí da colônia pra cá, que eles entraram pra cá, que eles vieram de lá junto com os negros. Meu avô era cearense. Eles vieram de lá, já contratados para trabalhar nessa colônia aí. Meu avô foi contratado e a gente lá foi contratado para trabalhar como vigia, era vigia, segurança né. E ele veio e se colocou lá na colônia, lá junto com o pessoal do Raimundo Gomes. O pessoal do Raimundo Gomes era muito conhecido naquele tempo. Alguns do Pessoal do Sabino, pessoal do Antônio Clarindo ali, que era negro, negro. Acho que tu não conheceste, né? Não, tu não chegaste a conhecer, o avô da Teresa... Mas ele era muito negro. Uma tia minha casou com o irmão dele, que era o Manel Clarindo. Era o Antônio, o Manel, era irmão um do outro, esse manel era cunhado do papai. E aí eles vieram e se assentaram, o meu avô. Quando parou o trabalho lá, né. Eles trabalharam lá nessa colônia. Como fechou, fechou tudo a gerência lá, como fechou a colônia, eles entraram pra cá, e disseram, olha, agora vocês, já amigo vem pra cá, para o Lago de Serpa. A única coisa que eu tenho para vocês é isso aqui. E aí foi quando eles entraram, os negros e aqueles mais brancos que já tinham, né? Como o meu avô e outros mais brancos, mas tinha muito negro, veio mais negro do que branco. Hum! E aí, o papai, largou, pegou essa área aqui para ele, esse pedaço de terra, em cima, que eram seis filhos, 600 metros ele tirou, 100 metros para cada um...” (Sebastião Gonçalves de Melo, 68 anos, Itacoatiara, 25/10/2025)

Nesta declaração fica claro que, quando o avô de Seu Sebastião veio para o Amazonas, ele trabalhou na colônia agroindustrial de Itacoatiara, empreendimento do Barão de Mauá, empresário do Império brasileiro (CALDEIRAS, 1995). Este trabalhou como vigia, e, por conseguinte, após a falência da colônia agroindustrial, seu avô adentrou as terras do Lago de Serpa. Além disso, ele conta que com seu avô outros que eram trabalhadores da colônia, alguns “mais brancos, e muitos negros” também “entraram” nas terras do Lago de Serpa.

Em congruência com as afirmações acima, encontram evidências de que “o ajuntamento de negros na margem possibilitou a construção do Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, dos pretos carvoeiros do Lago de Serpa (CLEMENTINO, 2021 p.16). Portanto, ao pesquisar sobre a origem das famílias negras do Lago de Serpa, encontram-se muitas informações cruzadas que nos levam a certificar que a comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, possui todos os requisitos de um genuíno quilombo genuíno em plena Amazônia.

“Após a transferência da Colônia para a iniciativa privada (Judeus), alguns escravos livres continuaram trabalhando nas suas instalações por muitos anos, sobretudo no estaleiro, serraria e olaria. Porém, o dinamismo econômico da Cia. declinou demasiadamente a ponto de parte dos escravos livres serem desligados em definitivo dos seus serviços e, sem outras alternativas, buscaram refúgio no Lago de Serpa. O conhecimento do lago era notório, pois a ictiofauna abundante possibilitava fartura, e, além disso, das suas matas colhia-se lenha para o abastecimento dos navios em reparo no estaleiro da Cia. No momento que iam sendo dispensados do trabalho da Colônia retiravam-se para o Serpa em busca de sobrevivência, pois no espaço da cidade só se tinha acesso à terra por meio de compra. Sem serem assalariados, o lago ainda distante da cidade era possibilidade de dias melhores.” (CLEMENTINO, 2021 p.16)

Merece atenção, o cruzamento de fatos e informações sobre as dinâmicas seguintes, sobre o destino dos “africanos livres” que trabalharam na Colônia agroindustrial de Vila de Serpa, nos levando a conclusão de que estes verdadeiramente adentraram as terras do Lago de Serpa, e até nossos dias seus afrodescendentes permanecem no local (CLEMENTINO, 2021).



Foto do lado direito do Lago de Serpa, refúgio dos africanos livres e seus descendentes que ali remanesçam.

Por conseguinte, Seu Sabá continua narrando que, seu avô era nordestino, atestando o mosaico sociocultural que forma este quilombo, reiterando as análises feitas pelos antropólogos João Siqueira (SR-AM) e Maria Ronizia Gonçalves Pereira (SR-AC) (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024), os quais afirmam que:

“Nas últimas décadas do século XIX e princípio do século XX, outra leva de mão-de-obra com regime de trabalho praticamente análoga a

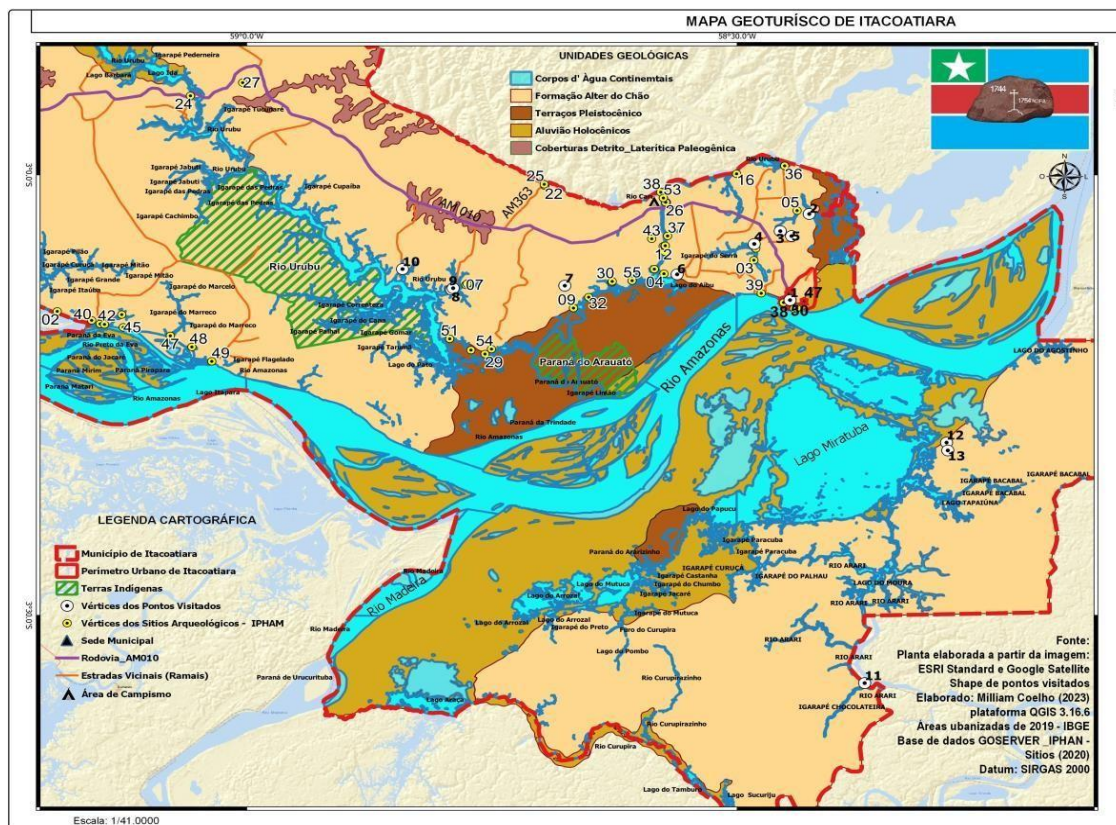
dos nativos, expulsos da região Nordeste pelas grandes secas que castigavam o sertão, aportaram em diferentes pontos e calhas dos rios da Amazônia. Um grupo remanescente destes trabalhadores foi se estabelecer no Lago de Serpa e lá ajudou a compor o mosaico sociocultural hoje representado pela comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa. O patriarca da família Melo, Pedro Francisco Melo, por exemplo, migrou do Nordeste para a região no início do século XX, conforme aponta o relato do seu descendente, Sabá Melo, neto de Pedro Melo e morador do Lago de Serpa. A saga de Pedro Melo ilustra bem a situação dos trabalhadores que vieram do Nordeste, arrebanhados por um sistema explorador, conhecido como aviação, que na realidade representava um tipo de escravidão praticado nos seringais da Amazônia. Segundo o relato de Sabá, seu avô Pedro foi instalado, inicialmente, no alto de um rio para cortar seringa. Dada a situação extenuante e forçada do trabalho, Pedro então teria fugido e, de lá, levou consigo uma indígena.” (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024 p. 31)

De modo que, podemos fazer um quadro mental de como se davam as práticas de trabalho e sobrevivência das pessoas naquele período, muitos arriscaram pode se dizer praticamente tudo, inclusive a vida na tentativa de um trabalho, como no caso vivenciado de “Pedro Melo”, ancestral da família Melo do Lago de Serpa. Além disso, Seu Sabá relata mais informações sobre a dinâmica da família, descreve que seu pai sabia ler, mas não sabia escrever, por isso, ele conta como se procedia naquela época tanto nas questões de comunicação e como se davam as relações entre as pessoas. Isso é compreendido em suas declarações a seguir:

“Quem escrevia pro papai aqui era o teu bisavô. O Gaspar, Aí ele chamava Gaspar, eles se davam muito bem, graças a Deus, o papai, durante eu conhecer a vida dele com os irmãos dele, tudo foi assim uma vida de irmão mesmo, respeitando um o outro. Ele falava: Gaspar, tem que mandar um negócio lá para fora, o pessoal tá me escrevendo. Vai lá em casa escrever... Ele escrevia... E assim, foi o tempo que meu avô morreu e ficou meu pai, o Maciel. Maciel Rodrigues de Melo. Maciel Rodrigues de Melo era tio do João Gaspar, que era irmão do Sabá Gaspar, que era sobrinho do papai, era só uma família. Então foi assim, quando eles entraram pra cá na época, o papai falava que eles vieram fazer, tirar lenha, lenha e carvão, os pretos já sabiam fazer carvão, foi os negros que trouxeram para cá. Então uns tiravam lenha e outros faziam carvão. Foi evoluindo, aí foi dela né... vem um, casa com outro, vem outro casa com outro, e assim foi. Os índios ainda estavam por aqui, porque quando o pessoal entraram, eles saíram, sem que quando eles entraram pra cá, que era muita gente, os índios, porque os índios daquele tempo, era brabo, o que eles fizeram se recolheram e foram embora para o Urubu. Porque na área do Urubu tudo é índio lá.” (Sebastião Gonçalves de Melo, 68 anos, Lago de Serpa 25/10/2025)

Na descrição de Seu Sabá Melo, sobre as relações de casamentos e contatos interétnicos se observa que, além do contato entre os negros e brancos, quer sejam nordestinos, ou de outros grupos, existiu uma interação com

indígenas¹. Tanto é que, quando indagado sobre a questão dos indígenas, Seu Sabá confirma que havia índios no Lago de Serpa, quando seus antepassados chegaram nessas terras.² Isso era normal na época, algo de se esperar em território amazônico, o encontro com indígenas, como ele diz inclusive “brabos”.



Mapa mostrando as duas terras indígenas no município de Itacoatiara.
 Fonte: <https://www.researchgate.net/publication/379616909/figure/fig1/AS:11431281234734495@1712411228253/Figura-1-area-de-estudo-TQ-sagrado-coracao-de-Jesus.jpg>

Logo, Sebastião Gonçalves de Melo continua seu relato familiar, descrevendo suas lembranças sobre seu pai, mãe e irmãos,

¹ No Século XIX, o médico, naturalista e explorador alemão, Robert Avé-Lallemant, em seu livro “No Rio Amazonas”, descreve que fez uma excursão por trás de Serpa, “exatamente onde um pequeno afluente no Amazonas entra num lindo lago, foi instalada uma colônia industrial” (Avé-Lallemant, 1980 p.206, 2012). Ele se refere, ao lago Serpa, este registra que nessa excursão, encontrou uma “família índia”, e nesta ocasião de contato com estes indígenas, ele registra que, “uma das mulheres preparounos a bebida nacional dos muras, chamada cacacá, que não ousamos recusar” (Avé-Lallemant, 1980 p.214). Porém, atualmente “Pouquíssima coisa sobrou do modelo demográfico característico do período pré-colonial, de forte concentração indígena, encontrado em Itacoatiara. Em 2007 apenas 350 descendentes de índios mura foram registrados ocupando quatro aldeias no entorno da cidade. Três anos antes eram 477 espalhados pelo Urubu e Paraná do Arauató (FUNAI e DOU de 28.10.2004). (SILVA, 2013 p.131)

“Aí como nós ficamos né, papai viveu 85 anos aqui. Papai se casou com a mamãe também ela era índia, também era mura ... mamãe era índia. Então ainda ficaram alguns muras aqui que se entrelaçaram aqui? Sim, mas muito poucos. Poucos, né? A maioria foi embora. Alguns, alguns. O que ficaram, já foi que vieram. A mamãe, ela era do Arari. Papai, na época, andava por aí também, como eu andei, aí ...né? E lá, se encontraram pra lá, lá ela já tinha dois filhos, aí se juntaram e viveram o tempo todo. Nós somos cinco irmãos. Ela já tinha dois, que era o Henrique, que já morreu, a Irene, que ainda está viva. E o papai teve três, que era Antônio, o Veridiano que mora ali, e eu. A dona Irene? Ela ainda tá viva, não sei se ela está em Itacoatiara? Mãe da Cíntia, que era a mulher do seu Zé. Ela é interessante. A dona Irene mora na cidade. Ela mora na cidade. É aquele sofrimento da minha irmã. Mas é isso. A vida sempre ela dá isso. E ela tem os traços bem indígenas. Bem morena, ela é bem moreninha. E traços indígenas, é bem morena mesmo, e aí nós ficamos aqui”. (Sebastião Gonçalves de Melo, 68 anos, Lago de Serpa 25//2025)

Note que, existe nas gerações da família Melo, e nas outras a seguir, diversas interações familiares, em que se pode observar as estruturas e funcionamentos existentes neste grupo. Para tanto, essa análise é fundamental para se entender a evolução de como os “sinais diacríticos são eleitos e se tornam relevantes tanto na interação intercomunitária, quanto na configuração de identidades étnicas e políticas.” (ARCO, DEL et al., p.08). Então diante disso, observa-se que, as relações de parentesco determinam as relações socioculturais, e conseqüentemente políticas e interculturais nas comunidades, aplicando-se similarmente essa compreensão no contexto quilombola do Serpa.

2

Foto da família Sebastião Gonçalves de Melo, filhos e filhas e nora, na sede da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa no ano 2007.

² A construção da estrada Manaus-Itacoatiara, na década de 50, tomou dos índios importantes áreas de ocupação tradicional e propiciou a instalação de fazendas à margem esquerda do rio Urubu. Posteriormente, as pesquisas de levantamento do potencial petrolífero do rio Urubu, realizadas pela Petrobrás nos anos 60, significou uma acentuada escassez da fauna aquática, resultante das inúmeras explosões efetuadas. [...] A população da Terra Indígena Rio Urubu [que tem uma extensão de 27.500ha] totaliza 374 pessoas distribuídas por quatro aldeias: Taboca, 69 pessoas; Maquira com 103; Correnteza, 80 pessoas; e Cana com 122. Muitos são provenientes do Autazes, Arari, Araria e outras regiões e se deslocaram para o rio Urubu por saber tratar-se de uma área de antiga ocupação mura, o que evidencia o reconhecimento de uma identidade comum. Por outro lado, é numeroso o contingente de jovens Mura que moram em centros urbanos, como Itacoatiara e Manaus, onde trabalham para ajudar as famílias que permanecem na área indígena (RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RIO URUBU, 1996).



Foto da família Sebastião Gonçalves de Melo, filhos e filhas e nora, na sede da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa no ano 2007.

Essa descrição se harmoniza com constatações atingidas nesta pesquisa, ao indicar a realidade vivenciada nas comunidades da floresta amazônica, sem exclusão dos quilombos. Havendo evidências de que, assim como em outros territórios amazônicos, também no Lago de Serpa ocorreu o processo de “miscigenação, envolvendo negros (libertos e quilombolas), índios e seringueiros mestiços” (GOMES, 2017 p.289). Pois, de acordo outra moradora da comunidade, Dona Maria do Rosário Melo de Moraes, de 65 anos, também pertencente a outro desdobramento da família Melo, “sua avó era índia pura,” “companheira” conjugal (Mulher/esposa) de seu avô Antônio Melo, e com ele teve quatro filhos, dois homens e duas mulheres”. Logo, as memórias e reconstrução do pós-emancipação entre os moradores mais antigos da comunidade, contam como se davam as relações interétnicas, a tal ponto que,

“Embora esteja ligado a um dado natural, o que está em jogo na atualidade é a compreensão sócio-histórica das transformações pelas quais os povos que vivem nesses rios vêm passando, certamente como resultado de suas próprias ações, bem como a busca do entendimento das estratégias de dominação desenvolvidas pelos aparelhos burocráticos de poder ligados a contextos mais amplos. Trata-se de se estabelecer relações entre contextos locais e as dinâmicas mais ampliadas do capitalismo global, evitando-se, portanto,

abordagens de caráter regional, desvinculadas dos elementos transnacionais que ligam a história da Amazônia ao sistema mundo.” (LEAL, 2021, p.01).

Isto posto, é possível conceber mais adequadamente o dinamismo desses processos socioculturais, envoltos na realidade de um quilombo na Amazônia. Pois, Davi Avelino Leal, Historiador, pesquisador e Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, sobre a temática fronteiras étnicas e conflitos sociais na Amazônia (Rio Madeira), este possuidor de profundo conhecimento em movimentos sociais da região, destaca que, os processos socioculturais existentes no território amazônico, não estão isolados, mas possuem conexões com o sistema global. Sendo esse aspecto notório, nas pesquisas sobre a comunidade quilombola (SCJ), ao levar em conta que os “africanos livres” trazidos para o trabalho na região, em especial na colônia agroindustrial da antiga Vila de Serpa, tinham por objetivo fornecer mão de obra forte e capaz, na realização de trabalhos essenciais, para o funcionamento desta colônia. Fatos estes esclarecedores, sobre os sistemas e dinâmicas que operam os deslocamentos humanos na região.

De dessa forma, ao dar prosseguimento da entrevista, seu Sebastião continua relatando, que no passado trabalhou com fabricação e venda de carvão, nesta época uma atividade comum entre as famílias deste território quilombola, desde outrora, tanto é que seu irmão Veridiano também confirma estes fatos.

“Na sequência, o relato de Veridiano mostra que provavelmente a atividade carvoeira já era meio de sobrevivência importante quando membros da primeira geração da sua família chegaram ao Lago de Serpa. Descendente de um dos grupos domésticos mais extensos da comunidade, os Melo, Veridiano considera que seus antepassados também trabalhavam com a produção de carvão. O pai de Veridiano chama-se Maciel Rodrigues de Melo, e seu avô, Pedro Francisco de Melo, era oriundo do Ceará e teria chegado ao Lago de Serpa ainda na primeira década do século XX.” (SIQUEIRA GONÇALVES, 2024 p.86)

Além disso, este trabalhou por sete meses em uma granja da estrada AM 0-10, mas logo em seguida passou a atividade de extração de madeira. Neste ofício que era tanto para uso familiar, na construção de casa, como também extração de madeira para as empresas extrativistas “Carolina Ind. E Com. De Madeiras Tropicais Ltda.”, Gethal Amazonas S.A. Indústria de Madeira Compensada, madeireiras que na década de 80 e 90 atuaram no município de

Itacoatiara. Período em que, “a cidade de Itacoatiara que já foi a segunda economia do Amazonas, no auge das madeiras, nos anos de 1980-1990” (BRAGA, 2011 p.27), este também continuou cortando, para os particulares “Nego Cirino, Antônio e seu Ozete”.

Nessa época, Seu Sebastião narra que sua família também passou por dificuldades financeiras, por falta de pagamento de um de seus empregadores, Antônio, ele expressa que se sentiu mal, faltando com o seu papel de chefe e provedor da família. Relata que aprendeu com o seu pai a ter responsabilidade da família, dar sustento e manutenção e que todos devem colaborar com sua função, sendo que este possui um sentimento de honra por prover o sustento da família. Atualmente se encontra aposentado, mas os membros de sua família, esposa e filhos também complementam a renda familiar com os produtos da terra, roça, maxixe, polpa de frutas e outros produtos agrícolas, pois a família planta e vende esses produtos. Também recordam de anos anteriores, um período que as comunidades da região da estrada (terra firme) e várzea levavam seus produtos como carvão, frutas regionais, plantas medicinais, farinha, pé-de-moleque, beijú, tucupi, goma, tapioca e outros locais, para a feira municipal no centro do município de Itacoatiara.

Por conseguinte, com o decorrer da entrevista, Seu Sebastião relatou que trabalhou com fabricação e venda de carvão, um ofício que segundo ele, foram os negros da colônia da Companhia de Navegação e Comercio do Amazonas, que levaram essa atividade carvoeira para o Lago de Serpa. Ademais, com respeito a esta afirmação, outro morador antigo que nasceu no Lago de Serpa, Ozete da Cunha Melo, quando indagado confirma a origem do fabrico de carvão serem os negros vindos da colônia. Tanto é que, o manejo de carvão no Lago de Serpa é tradicionalmente conhecido, de tal modo que esta comunidade possui um apelido popular, lago dos “pretos carvoeiros”, isso porque “localizam-se os designados como “pretos carvoeiros” localizados no “lago dos pretos” ou “Lago de Serpa.” (JÚNIOR, EDAF, 2007 p.9). Sendo este, um dos aspectos identificadores específicos deste grupo social.

Este método artesanal, de manejo da produção do carvão vegetal, processo que requer o controle da queima da madeira para evitar que esta vire cinzas, leva de a três a sete dias para estar completo dependendo do tamanho da Caieira. Uma prática que foi realizada por muitos anos, pelas famílias desta comunidade como meio de sustento e no presente ainda existe, mas em menor

quantidade, e feito em fornos de alvenaria, construídos nos terrenos das casas de famílias da comunidade.



Fabricação de Carvão vegetal em caieira, uma antiga prática na comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa.

Em sequência, ao abordarmos a questão de a comunidade ser autodeclarada como quilombola, Seu Sabá conta que certa ocasião, por meados dos anos 2000 o Deputado Sebastião Nunes e um antropólogo conhecido pelo nome “Escobar” visitaram o Lago de Serpa e por meio das evidências coletadas, este alertou aos comunitários que a área do Lago de Serpa era quilombola. Ademais, ele conta que as pessoas que observavam as famílias da comunidade, as quais possuíam certo conhecimento sobre a origem e história de Itacoatiara, faziam recorrentemente menções sobre a condição do Lago de Serpa ser uma área quilombola.

A partir de então, sob pesquisas profundas feitas por historiadores como Francisco Gomes, Professor Claudemilson Nonato Santos de Oliveira, Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, e juntamente a colaboração de Thyrso Munõz, artista e pesquisador da história local, conduziu-se ao processo de autodefinição e certificação da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago

de Serpa, deste momento é desenvolvido um processo em que comunidade é reconhecida como quilombola. (conforme demonstrado no anexo 1)

Segundo este documento, é autodeclarado e confirmado oficialmente pelo Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro que a comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa em Itacoatiara se autodefine como remanescente de quilombo, de tal modo que esta é certificada pela Fundação Cultural Palmares. O processo de autodefinição e certificação mostra-se essencial para a vida e manutenção e segurança das comunidades quilombolas. Pois, o processo de certificação não é apenas um documento, é símbolo de pertencimento, dignidade e direito à terra, tornando possível a manutenção dessas famílias no território.

De modo que, acerca de como o processo de reconhecimento, e a adesão dos comunitários se deram, seu Sebastião deslinda conforme abaixo:

“Quando nós começamos a querer certificar, todo mundo queria ser quilombola. Todo mundo. Aqui não ficou um, acho que mora todo aqui do lado do Serpa e além de outros. Que não colocaram o nome como quilombola lá. Todo mundo estava na carta de quilombola. Era muita gente. Após isso, aí... apareceu a SEVEN ali em cima, perto do banho lá. SEVEN comprando aquela área todinha lá. E aí a SEVEN comprando lá... rapaz a SEVEN agora. Eu peguei, eu peguei, eu não trouxe (...) o cara me mostrou tudinho, a formação deles lá, quantos lotes, quanto era, quanto a uma praia artificial aí, fazer uma praia muito grande e tal, fazendo aqueles trapichos, aí onde ia se colocar a lancha, onde ia se colocar o jet ski, aí aquilo ali tudo foi. Pra nós foi ficando ruim. Aí, digo não! (irmão). Nós não vamos consentir isso aqui não. Vamos fazer condomínio na beira do rio aí?... Aí os outros também lá fora diziam, olha, vou dar um conselho para vocês, não consente isso aí. Porque senão vocês mesmos não vão andar mais no rio. Porque os caras que têm dinheiro vão empatar vocês de andar nesse rio aí. Aí uns colocaram na cabeça que sim, e outros colocaram na cabeça para ganhar dinheiro. O importante era isso, era ganhar dinheiro. Aí foi quando aconteceu. Essa dizinha. Desencontro, entre um povo e outro povo. Aí com todas as orientações, aí o professor falou, olha, eu acho que vocês têm que reunir quem quer. Faz uma ata, faz uma reunião, quem quer? Quantas famílias quer? 30, 40, 50? Pode fazer. Se tiver duas famílias que queira, ah, vai ser certificada como quilombola. Se tiver uma, a família vai ficar no trono. Porque tem esse negócio que tu falaste, onde esse 3 ou 4 ou 5 eram quilombolas. E aí nós começamos a fazer isso aí. E aí o pessoal ficaram com raiva de nós, muitos ficaram com raiva, ficaram com medo. Porque foi embargada a SEVEN. O ministério público veio aí... O pessoal da SEVEN estava aí, aquela sede lá ficou lotada, eles colocaram data show lá, para mostrar o que eles iam fazer, o que eles iam fazer pela comunidade, o que eles iam fazer no rio. Eles iam fazer de tudo lá, financeiro. E aí, quando foi na hora lá e eles trouxeram advogado, a SEVEN trouxe advogado deles também. Assim, como o doutor Fernando Meloso naquele tempo, ainda trabalhava em cima disso, que era do Ministério Público Federal. Chegou, tinha uma advogada lá, aí na hora que o cara ia falar, ele pegou. Ele pegou, eu acho que achei até uma ignorância. Mas ele fez certo isso, né? Ele pegou o microfone. Bateu na mão dele, puxou.

Puxou o meu na mão, né? O pessoal tava fazendo isso aí. E falou que ele não tinha vindo aqui na comunidade conversar com os caras do dinheiro, não. Conversar com a comunidade, não com o rico, não com o cara da SEVEN. Rapaz, na hora que os cara foram tirando tudo, eles ficaram bravos. Aí um saiu para um lado, saiu para o outro, e nós fiquemos lá né. E aí, pessoal, não nos queremos. Eu lembro. E aí começou a luta, a luta aí mais pesada. Mais pesada. Aí aparecia uma ameaça de um lado, aparecia ameaça do outro lado, aí o pessoal, pelo amor de Deus. Vamos rezar para que ninguém morra por isso. Porque a vontade deles era de chegar e Deus o livre era fazer uma besteira. Bem lá na casa do seu Ernando. Seu Ernando, pelo amor de Deus, tenha todo o cuidado. (SEBASTIÃO GONÇALVES DE MELO, 68 anos, Lago de Serpa, 25/10/2025)

É importante notar que, no início do processo de autodefinição e certificação da comunidade como quilombola, “todos” eram favoráveis, havendo adesão de toda a comunidade. Pois, segundo o decreto 4.887/2003, que promove a regulação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de 1988, declara que, para caracterização oficial das comunidades remanescentes de quilombo, faz-se necessário a autodefinição da própria comunidade. Para tanto, declara-se que:

“A Convenção 169 da OIT traz como um de seus pontos centrais, também incorporado pelo Decreto 4887/2003, a dimensão da autodefinição: “Artigo 1º, Convenção nº 169 da OIT: 2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção”. Em diálogo com a Convenção da OIT, o Decreto 4.887/2003 define, portanto, como critério para identificar os remanescentes de quilombos a autoatribuição. De acordo com o parágrafo 1º, Artigo 2º, do Decreto 4887/2003, a identificação das comunidades se processa da seguinte maneira: “§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade. (ALMEIDA, 2010 p.277)

De acordo, com as especificações das diretrizes que regem o sistema jurídico, estas preconizam que as comunidades remanescentes de quilombo, as quais como grupos étnico-raciais, como no caso da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, que estas se auto identifiquem, ou seja, se manifestem através dos princípios de auto atribuição. Valendo destacar que há diretrizes de observação a serem verificadas, as quais são: a trajetória histórica própria destes grupos, as relações territoriais específicas, o prognóstico de ancestralidade afrodescendente atrelado às questões de resistência e opressão

históricas sofridas por esta população (ALMEIDA, 2010). De modo que se constata esses elementos intrínsecos na constituição deste grupo social.

Por sua vez, ao tratar da condição da comunidade de ser um quilombo Amazônico, no que toca relembrar da visita do Deputado Sebastião Nunes do PT, em torno de 30 anos atrás, podemos compreender como se encaminhou o processo de autodeclaração da comunidade como quilombola. Sendo possível inferir que, o reconhecimento desta área de quilombo, a princípio tem um movimento de fora (externo) para dentro (internamente), quando os próprios comunitários começam entender que são remanescentes de quilombo, e passam a autodeclarar-se como uma comunidade quilombola, buscando o reconhecimento tanto interno, como o externo.

Nesse sentido, apresenta-se o intuito legítimo, de se ter acesso aos direitos constituintes de comunidade quilombola, como também a permanência nas terras já ocupadas tradicionalmente por suas famílias há gerações. Ao considerar que, o art. 68 do ADCT/CF assegura “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, art. 68). Sob essa lógica arrazoa-se que é correto, e aplicável dentro dos múltiplos contextos encontrados em cada grupo ou comunidade quilombola a aplicabilidade desses direitos (RODRIGUES, 2024). Para tanto, pode-se notar que, esse pressuposto é abalizado como um todo pela comunidade (SCJ) do Lago de Serpa, sendo possível observar isto na declaração a seguir:

“No decorrer do tempo, apareceu aqui o deputado, (pessoal do PT) naquele tempo era o Sebastião Nunes. Aquele que foi atropelado aí era o Sebastião Nunes. Ele apareceu aqui, com uma pessoa que ele era antropólogo. Aí ele veio aqui e olhou. Foi visitando lá na comunidade, e ele disse: “rapaz, aqui é uma área de quilombo, uma área quilombola. Mas a gente já tinha visto falar em quilombolas. Só que as pessoas que falavam em quilombolas, “Isso aí eu não estou lembrado de que ano foi, mas está com 20 e poucos anos, 30 anos atrás. Ele veio falando isso aí. Mas assim, como eu estou dizendo para a senhora, a pessoa só fazia falar. Não, quando esse antropólogo veio aqui com o Sebastião. Pois é, saiu em 20 e pouco anos atrás. Uns 30 anos atrás, mais ou menos. Não, rapaz, isso aqui é uma área de quilombo, isso aqui ninguém pode meter a mão aqui não. Por quê? Não, porque o quilombo é quilombo. A área de vocês é conhecida. Só, não era reconhecida, só que ele falou, a área de vocês pode ser reconhecida como quilombo, que é muito bom. Ninguém mete a mão, ele falou. Aí a gente ficou naquilo, né? Aí vai passando o tempo, vai passando o tempo, apareceu o professor Claudemilson. que foi um dos historiadores que até hoje está conosco, Claudemilson e o Thyroso.

Fazendo algumas entrevistas e vindo alguma vez para trabalhar. É, onde é o roçado fulano aqui que está trabalhando de mutirão, né? Aí vamos fazer mutirão, vamos fazer, aqui na casa do seu Sabá. Ele vinha, filmava e conversava, né? Eu, o Thyrso e o Claudemilson. Aí foram. aprofundando mais a história. E ele estudando, porque eu acredito que ele é muito estudioso. Mandou buscar livro aí pra fora também pra saber dessa história. E chegou até onde chegou isso aí. Veio a certificação aí. Quando nós começamos a querer certificar, todo mundo queria ser quilombola. Todo mundo. Aqui não ficou um, acho que mora todo aqui do lado do Serpa e além de outros. Que não colocaram o nome como quilombola lá. Todo mundo estava na carta de quilombo, e quilombola. Era muita gente.” (Sebastião Gonçalves de Melo, 68, Lago de Serpa, 25/10/2025)

De acordo com o Seu Sebastião, houve pesquisa acadêmica profunda tanto de historiadores, como de outros profissionais para clareza e compreensão quanto ao reconhecimento oficial da comunidade quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa. Valendo ressaltar que, logo no início do processo do reconhecimento deste quilombo existia uma unidade, havendo uma adesão de todos os comunitários.

Em virtude desta demanda, utilizando-se de recursos científicos, dentro dos múltiplos contextos encontrados em cada população quilombola, deu-se o desenvolvimento do processo de autodefinição comunitária. Para que, assim seja possível a aplicabilidade dos direitos constituintes, passando do nível do formal para o nível instrumental, por meio de garantias de proteção e preservação tangível e concreta, na interpretação adequada dos princípios legais direitos assegurados aos povos tradicionais. Pois, dentro desta perspectiva, faz-se necessário atentar às condições de acesso a essas prerrogativas. Nas quais,

“O direito ao acesso à terra é corolário para execução de outras classes de direitos, tais como o direito à moradia, a alimentação, a saúde, ao bem estar, ao trabalho digno, a conservação do patrimônio cultural, ao exercício da religiosidade, a proteção e preservação dos valores culturais, a educação, entre outros, os quais só podem se concretizar a partir do acesso à terra, que lhes dá o ponto de partida e é a condição de possibilidade do existir, configurando como ponto de partida para os demais direitos de cidadania. Pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos estabeleceu-se o dever dos estados de estruturar um sistema de proteção para as minorias étnicas, o qual garante que estas tenham a garantia de ter, conjuntamente com a sua coletividade, sua vida cultural protegida” (RODRIGUES, 2024 p.25)

A partir dessas perspectivas, os membros desta comunidade têm buscado se organizar social e politicamente para o exercício desses direitos, assim começaram as reuniões e arranjos para a regularização da comunidade, com reconhecimento, certificação e futura titulação do território quilombola. No entanto, como apontado nos relatos acima, por motivos financeiros houve divisão de águas nos interesses comuns desta comunidade, enquanto alguns comunitários estavam preocupados com o futuro do “rio”, lago, e toda uma situação de uso comum. Encontra-se outros que, já tão envolvidos e absortos na questão financeira de ter empregos, e outros imagináveis benefícios, ao pensarem que a empresa SEVEN Incorporadora poderia gerar muito trabalhos e benfeitorias à comunidade, passam a discordar. Nesse momento, é nítida a gênese do conflito fundiário na comunidade (SCJ) do Lago de Serpa.

Seu maior momento de felicidade é agora!

Essa é a oportunidade de Fim de Ano para adquirir o seu lote no maior Condomínio de Chácaras de Itacoatiara, o Paraíso do Serpa Residencial Park. Conquiste momentos de lazer com sua família.

Parcelas fixas em até **48x*** Entrada facilitada. Sem análise de crédito.

(92) 3308-784
 f /incorporadoraseven @incorporadoraseven

*A partir de R\$ 299,00.

PARAISO DO SERPA
 SEVEN INCORPORADORA

Anúncio feito na rede social face book datado de 13/07/2023.

Ao realizar um levantamento de dados digitais sobre a empresa SEVEN Incorporadora, a mesma citada nos depoimentos acima, encontram-se anúncios de lotes no “Paraíso do Serpa” em Itacoatiara-AM, nas redes sociais como Instagram e Facebook. Sendo que, no Instagram acha-se anúncio datado do 28 de abril de 2017

(<https://www.instagram.com/paraisodoserpa?igsh=MXdiYzloNXRheTRubw==>).

Indicando assim, uma demanda de investimento desta empresa sobre a região do Lago de Serpa, o que ocasionou em diferentes opiniões e consequentemente diversos conflitos (internos e externos) entre os moradores da comunidade, e a empresa SEVEN Incorporadora.

Cabe analisar que, assim como Lago de Serpa, a situação que se desenvolve por meio de especulação capitalista, “nesses e em outros espaços também se instauram os empreendimentos econômicos (empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc.), que loteiam vastas extensões de terras, produzem e transportam mercadorias, compram, vendem e financiam a produção” (DE OLIVEIRA, 2018 p.205). Mostrando-se tais investimentos parte de um sistema que afeta tragicamente toda a estrutura dos povos e comunidades tradicionais, pois não raro, esses povos são ainda mais oprimidos com ameaças de expulsão.

Assim observamos um cenário preocupante, em torno das comunidades e povos tradicionais, ao se depararem com as novas dinâmicas e facetas do capitalismo, e até mesmo no temor de no decorrer do tempo, intensificarem as ameaças e obrigados a se retirarem de seus territórios. Igualmente a outros territórios, tanto no Brasil como na Amazônia, é possível observar que diferentes agentes do sistema capitalista, como por exemplo empresários do setor imobiliário ou do agronegócio, fazem ameaças, podendo até mesmo se originar do próprio Estado, mostrando uma relação de colaboração e dominação,

“na construção e execução de ações voltadas à expropriação de terras e territórios de povos tradicionais, a fim de incorporá-los ao mercado de terras. Nesse processo, o conflito é base permanente da estruturação social, tornando evidente, assim, as disputas entre dois modos de vida, quais sejam: a dos povos tradicionais, para quem o território se constitui a partir do uso coletivo dos bens comuns e das relações sociais e culturais estabelecidas entre os sujeitos que lá residem; e a do capital, cuja lógica mercadológica, base dos padrões de relações estabelecidos no mundo Ocidental, determina as ações estratégicas para a expropriação e apropriação desses territórios” (HAZEU et al, 2020 p.435).

Dessa forma, ao ponderar sobre a territorialização do capital, bem como seu avanço sobre terras ainda não, ou pouco exploradas, de tal forma a levar em conta o cenário, nos domínios (poderes e interesses) brasileiros existentes. Pode-se observar a divulgação de um discurso de que para superação da crise e o pretense desenvolvimento do país, se justifica o uso muitas vezes

indiscriminado de terras e seus recursos naturais ou humanos. Chegando até mesmo se necessário para seus interesses a desapropriação de territórios tradicionalmente ocupados. Em vista disso, surgem diversos conflitos e perturbações desnecessárias aos povos e comunidades tradicionais, pois sua resistência entra em choque com os interesses e lógica do complexo e efetivo aparelho capitalista. (HAZEU et al, 2020).

Para tanto, se presencia nas escutas feitas na comunidade quilombola (SCJ), essa disputa de interesses, de um lado os comunitários que lutam pela preservação dos modos vida e uso comum do território, junto ao respeito e valorização da vida humana e recursos naturais, e de outro lado, os agentes do capitalismo que visam ao lucro e dominação de outras classes e que frequentemente repetem o ciclo de esgotamento dos recursos de determinado local e logo em seguida buscam outros para explorarem e dominarem. Tal afirmação é vista no discurso de Getúlio Vargas, um dos presidentes do Brasil, em outubro de 1940, quando este estivera na capital amazonense de Manaus, “deixando transparecer a premissa de uma oposição entre homem e natureza: “conquistar e dominar” essas terras seria, portanto, a “mais alta tarefa do homem civilizado” (QUEIROZ, 2022 p.03)

Evidencia-se que que projetos de desenvolvimento mediante o uso dos recursos naturais abundantes apresentam contínuas investidas de exploração em áreas de território amazônico, incorporados em um processo de ocupação predatória na região. Compreendendo desta forma que os episódios de conflitos presenciados no território do Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa fazem parte deste panorama, pois desde muitos tempos anteriores, essa região tem sido alvo de cobiça (CALDEIRA, 1995). Ao se considerar que a área do quilombo do Lago de Serpa, além de apresentar beleza natural de opinião unânime, esta mostra-se rica em recursos naturais aprazíveis.

E embora no passado esta área fosse de custoso acesso, a qual os africanos livres e alguns outros se refugiaram e constituíram quilombo do Lago de Serpa, era uma passagem de difícil acesso por dentro do mato e lago, quase que isolada, pois havia uma única entrada que era pelos fundos do território da Colônia pelo que hoje se conhece como o bairro de nome centenário do município. Desta forma, essa entrada e saída era feita mais comumente de canoa e por extrema necessidade na época seca pelas beiradas do lago, o que tudo indica era bem mais dificultoso.

“Quando eu era pequena, só se saía do Lago de Serpa se fosse pelo mato, ou pelo Lago, se ia de canoa se saía lá no Centenário, água do rio Amazonas entrava no Lago de Serpa, por lá que a mamãe, papai e nós tudo saía para ir para a cidade, quando a mamãe queria assistir missa porque ela católica, a gente ia e voltava pelo Centenário. A procissão da santa padroeira do Lago de Serpa “Nossa Senhora Aparecida” também ia pela água. Para estudar a gente estuda aqui na comunidade na escola que tinha no Terreno da Maria Joana dos Melo e Sabino”. (Maria do Rosário Melo de Moraes, professora 65 anos Itacoatiara, 20/11/2025)

Por isso, pouco se saía e entrava nas terras do Lago de Serpa, fazendo com que naquela época fosse comum que houvesse casamento entre as famílias como veremos exemplos a seguir, e menos entrada de outros indivíduos e agentes que pudessem mudar a dinâmica da comunidade. Contudo, a partir do ano 1965, devido a abertura da estrada AM-010, em 5 de setembro de 1965 (WIKIPÉDIA, 2026), o acesso e fluxo de pessoas tanto do quilombo como de outros lugares tornou-se usual. “Atualmente o acesso à comunidade é feito pelo ramal de Serpa, denominado ramal Osório da Fonseca, que fica no km 256 da rodovia estadual AM-010 (Manaus-Itacoatiara).” (<https://www.geledes.org.br/>, 09/02/2015)

Com a abertura do ramal Osório Fonseca, a comunidade do Lago Serpa passou a ser acessível e desejo de muitos, inclusive de empresários, por ser relativamente perto da zona urbana do município de Itacoatiara é um atrativo lugar de lazer. Tanto é que se a pessoa possuir veículo automotivo, carro ou motocicleta, pode morar no Lago de Serpa e trabalhar na cidade (área urbana). Facilidades de um lado, mas, por outro lado, uma visibilidade que passou a se tornar cobiça de muitos.

Na entrevista realizada com o chefe de família, de uma das ramificações dos “Melo”, Seu Sebastião se diz satisfeito com sua vida no Lago de Serpa, ele nos conta que estudou na antiga escola da comunidade, também seus filhos e netos, diz que todos passaram pela escola do Lago de Serpa. Ao ser indagado sobre a denominação religiosa de sua família, ele declara-se como católico, como quase todos, mas sua cunhada Cristina diz que sua família é evangélica, e todos vão juntos aos festejos católicos da comunidade.

Ao considerar que a religião é uma demanda social, observa-se que os costumes e representações religiosas são “representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que só surgem no

interior de grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desses grupos.” (DURKHEIM, 1996 p.16). Assim, a coletividade também se expressa de modo religioso, sendo que, cada grupo social possui a necessidade de se manifestar religiosamente, ao desenvolver práticas e costumes religiosos específicos, ao ambiente e território ocupados. Dessa forma, as demonstrações religiosas evidenciam-se também sociais, sendo estas resultado do pensamento coletivo, mostrando-se estas abundantes em elementos socioculturais (DURKHEIM, 1996).

Ademais, sobre como se davam as atividades no princípio da comunidade seu Sebastião relata momentos em que as pessoas se uniram para construir o barracão da escola onde se realizavam vários eventos como batizados, casamentos, além do ensino escolar. Ele conta que seu tio Aureliano queria se aposentar, por isso ele cedeu um pedaço de terra de seu terreno, para ali se construir a escola da comunidade.

“Naquele tempo eles trataram, se ele conseguisse um pedaço de terra para fazer uma escola. Assim, só para fazer escola. Não era para ficar não, era só para fazer escola. Porque não tinha um lugar para fazer escola. Porque a escola era na casa do Sabá Gaspar. Ele disse que dava o finado meu tio. Aí foi quando fizeram lá um barracão grande, era grande, um barracão. Eu ajudei ainda lá, eu era pequeno, mas eu me lembro que o papai foi ajudar a roçar, roçado. Aí fizeram um barracão, a gente cavou a terra, que era ladeira, a gente cavou, puxamos até, ficou quase certo. Lá ainda existia o casamento, ainda existia o batizado, era a escola. Ela passou uns dias do lado daquela estrada, mas foi pouco tempo. Não teve batizado, não teve casamento, não teve nada. Depois que ela passou por outro lado, foi que teve. Sempre foi. A única que tinha aqui, que não era o Sagrado Coração, era o Raimundo Sabino, que era lá de São Raimundo, mas lá na cabeceira, mas não era comunidade, era propriedade dele mesmo lá. Era tipo uma capela da família. Não, era assim como aqui, tinha um barracão, mas não tinha capela, tinha um barracão da festa dele lá. Então, todo ano a gente faz essa festa, dia 31 de agosto. Era de São Raimundo, era a festa de São Raimundo, mas não era a comunidade, a comunidade é sempre foi. Tudo participava. Tinha comida de graça. Tinha festa de graça, tinha café de graça, tinha jogo de futebol. Era o Finado Juscelino com a família dele, só era família dele, era família grande a dele. O recurso era da roça e dos porcos que eles criavam. Aí eles faziam a roça para vender, para comprar umas coisas, e matava o porco para dar de comer para o pessoal. Aí o pessoal dava aquela janta, aí quando dava mais tarde dava aquele cafezinho, aquele Nescau lá, que a finada Neusa vai lá. O fogo era no chão assim mesmo, lá... Panelona de café ... panela de barro, tinha umas panelas de ferro grandonas assim, dessa altura. E eles tiravam aquele monte de lenha e botavam na panela. E ela fazia aquele café, aquele Nescau café e tudo naquela panela lá de barra, de ferro, de ferro. Rapaz era invocado, e aí o pessoal comendo, passando a noite tomando café e comendo. Não está fechando. Era uma promessa dele, era uma promessa do São

Raimundo. (Sebastião Gonçalves de Melo, 68 anos, Lago de Serpa, 25/10/2025)

Dessa forma, nesses relatos percebemos a dinâmica das práticas e costumes, quer do dia a dia, quer religiosas, das famílias mais antigas, como esforço que foi feito para construírem o barracão da escola, que servia para vários eventos quer fossem esses seculares como casamentos, ou também religiosos como já citado os batizados. Ademais, isso nos remete a mecânica de como se davam algumas dessas celebrações, mesmo que de iniciativa familiar como a festa de “São Raimundo”. Portanto, ao conversar com membros da família Melo, observa-se que esta foi e continua sendo muito ativa na comunidade quilombola (SCJ) do Lago de Serpa.

Então, ao dialogar com os comunitários, se observa nestes o interesse junto ao consenso desta questão de conscientização da preservação da natureza, dos modos de vida e costumes, a serem respeitados e garantidos. Vale destacar que, com o desejo de reconhecimento das terras quilombolas pelo Estado Brasileiro, vem atrelado a conscientização das responsabilidades da comunidade como guardiã, na responsabilidade de proteger, zelar pelos recursos naturais e humanos deste território.

Neste cenário aqui analisado, entende-se que, “vivemos uma situação histórica em que se constata a emergência de identidades coletivas, combinadas com consciência ambiental profunda” (ALMEIDA, 2010, 334). O que nos dá esperança na manutenção desses territórios tradicionalmente ocupados, apoiando essa expectativa, nas relações de solidariedade de valores e interesses comuns (DURKHEIM, 1975).

Dessa forma, estas identidades coletivas como no caso das comunidades tradicionais, têm como compromisso o senso de preservação dos recursos naturais, mediante ao uso comum responsável, o que usualmente ultrapassa os laços existentes em uma solidariedade comunitária (ALMEIDA, 2010). Ao perceber que o sentimento de pertencimento à comunidade é efetivo, e no que tange o reconhecimento e identificar-se como quilombola, há evidente confluência no seio desta família.

Pois, muitos dos “Melo” continuam ativos na comunidade, participando de várias atividades comunitárias tanto seculares, como também religiosas. Aliás, neste tronco familiar encontramos os que produzem artesanato, oficialmente

conhecido como do quilombo “Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa”. Os quais são frequentemente apresentados em feiras, e eventos internos e externos da comunidade, em divulgação desse quilombo afro-amazônico (CLEMENTINO, 2021).



Cristina C. Menezes e netas de seu Sebastião Gonçalves de Melo, em uma exposição do artesanato quilombola (SCJ), Câmara Municipal de Itacoatiara, 16/09/2025.

Entre esses, como se pode observar na figura acima encontramos Cristina Cruz de Menezes de 32 anos, casada com Elissandro dos Santos de Melo de 37 anos, um dos filhos de seu Sebastião Gonçalves de Melo, a qual produz artesanato a partir de folhas de bananeira, como chapéus, pulseiras, brincos, bolsas, cestas e lembrancinhas dos regionais. Além disso, os filhos de seu Sabá também fabricam, uma diversidade de belas peças de madeira, como utensílios de usos domésticos, culinários, e ou, de outros materiais da floresta, entre eles ouriços de castanhas e sementes.



Foto do Artesanato dos filhos de seu Sabá, em exposição na Câmara Municipal de Itacoatiara, 16/09/2025.

Nota-se, assim, que a identidade das famílias da comunidade e associação quilombola (ACQ) Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, está relacionada ao pertencimento deste território, imbricado ao princípio de interesses comuns. Pois, esses arranjos desencadeiam o desenvolvimento da identidade coletiva deste corpo social, e consequentemente de cada indivíduo, ao identificar-se como pertencente a este grupo (O'DWYER, 2002). Dessa forma podemos assimilar que este território,

“É, assim, uma terra particularizada por fornecer ao grupo que dela usufrui mecanismos próprios de identificação. É também um espaço de atuação individual, familiar e coletivo. Pressupõe uma tradição histórica e cultural partilhada por grupos de descendência comum, centrada no parentesco.” (O'DWYER, 2022 p.85-86)

Em vista disso, ao entender os fatores envolvidos no pertencimento e coletividade dos grupos étnicos, entende-se que as comunidades remanescentes de quilombo se mostram, também espaços e oportunos para que, seus indivíduos possam atuar em cooperação junto a família e o coletivo de sua própria comunidade, sendo agentes ativos deste processo de identificação étnica. Desta forma, “Pressupõe uma tradição histórica e cultural partilhada por grupos de descendência comum, centrada no parentesco.” (O'DWYER, 2022 p.86). Evidenciando uma realidade comum nos grupos comunitários tradicionais,

sem exclusão dos quilombolas, tanto é que, segundo Moriconi que, nos traz a reflexão sobre a relevância do território no processo de afirmação de identidade. Esta destaca que, o vínculo ao pertencimento de grupos, considera que, o território e o ambiente vividos são fatores determinantes para a construção da vida social e política do grupo (MORICONI, 2014).

“Sobre a identidade, Rogério Ribeiro Jorge (2009) em sua tese “Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural” afirma que a identidade é o “resultado de um trabalho permanente de renovável construção social e política, mas também geográfica, que leva em conta a extrema mobilidade dos agentes sociais” (MORICONI, 2014 p.14 *apud* JORGE, 2009, p. 240)

Em vista disso, compreende-se que, o pertencimento se manifesta quando o indivíduo, possui o sentimento de pertencente a um local ou comunidade, a ponto de se identificar com este (MORICONI, 2014). Para tanto, a pessoa tem sentimentos de cuidados por este local, e ou, território, sendo este afeto profundamente arraigado e demonstra profunda conexão com sua existência. De modo que se externa por meio de valores, costumes e respeito a este grupo social, ao criar no indivíduo uma identidade dentro de uma determinada comunidade (sua comunidade), em que este se empenha e luta coletivamente, por condições justas para o grupo.

De acordo com as concepções acima, encontramos fortes evidências de pertencimento e identidade quilombola, neste núcleo familiar, em diversos momentos, pois seus membros se reconhecem e autodefinem socialmente como tais. Sendo que, para estes, que remanescem no Lago de Serpa, que lutam para a garantia da permanência neste território, dá-se de um processo necessário e permanente, que demanda a contínua renovação da construção social e política do grupo. Em vista de tais elementos, consideramos que,

“O conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria; podemos chamá-lo: consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. Com efeito, é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados; eles passam, ela permanece. [...] não muda a cada geração, mas, ao contrário, liga umas às outras gerações sucessivas. Por tanto, é completamente diversa das consciências particulares, se bem que se realize somente entre indivíduos. Ela é o típico psíquico da sociedade” (Durkheim, 1978b, p. 40).

Pois, segundo Durkheim, um sistema social possui consciência coletiva, a qual se compartilha abundantemente por todo um corpo socialmente instituído, garantindo a continuidade desta sociedade, como caso aqui analisado, a comunidade quilombola (SCJ) do Lago de Serpa. Isso ocorre de tal forma, que promove a contínua e necessária conexão com as gerações posteriores, integrando-as de tal modo que se suscita a estabilidade e continuidade das regras, costumes e valores, mesmo que adequadamente atualizados.

Deve-se considerar o “incitamento normativo que as sociedades exercem sobre seus membros para que estes se engajem neste tipo de estrutura, em nome de valores compartilhados e suscetíveis de garantir a coesão social” (PAUGAM, 2017 p.147). Demonstrando-se assim, um processo fundamental para que, conseqüentemente, se efetive a integração contínua dos membros do grupo em um mesmo sistema de significado e valores baseado em relações de participação e uso comum, compartilhados por esta comunidade.

Diante disso, ao entrevistar as famílias núcleos da Associação Comunitária Quilombola (SCJ) do Lago de Serpa, pude dialogar sobre os modos de vida, hábitos e costumes, bem como o sentimento de pertencimento à comunidade, bem como o apego ao território. É importante destacar que, para estes o amor e respeito pelo Lago, que mantém a vida em torno da comunidade é efetivo, como também a consciência coletiva de preservação deste e os recursos naturais em sua volta.

Isto posto, a partir de então deu-se continuidade com as entrevistas de outras famílias desta unidade de observação, como a Família Macedo, na pessoa do Seu Ernando Soares Macedo como exposto a seguir, nesta dissertação.

3.2 Família Macêdo: Vida, Sobrevivência e Resistência

Neste contexto de uma comunidade quilombola na Amazônia, é que encontrei a família de seu Ernando Soares Macedo, nascido no Lago de Serpa, atualmente com 77 anos, viúvo de Lourivalda Barros de Macedo, também nascida no Lago de Serpa. Sendo que, desta união nasceram 11 filhos todos criados neste território, aliás alguns destes possuem moradia permanente em casas próximas a de Ernando. O mesmo mostra-se sempre amigável e colaborador com os visitantes, ao chegar na sua casa, atual residência de varanda, em que se tornou ponto de encontro de muitos que visitam a comunidade, este nos recebeu cordialmente.



Ernando Soares Macedo, 77 anos, 15/11/2025, Lago de Serpa, Itacoatiara-Am.

Este nos contou que seu avô, José Capitolino Marques de Macêdo, foi o primeiro de sua família que veio morar nas terras do Lago de Serpa. Este veio junto com outros negros, fugidos da colônia agroindustrial da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, estabelecida em Serpa durante o século XIX. Neste diálogo Seu Ernando narra os apuros vividos por seus ascendentes, na viagem do navio negreiro, que foram transladados e adentraram as terras do Lago de Serpa.

Pois, ao lembrar das conversas com seu pai João Capitolino Marques de Macedo, que na idade de treze para quatorze anos, veio junto com seu pai e mãe em um navio de carga de tráfico negreiro. Pois, neste relato é possível vislumbrar as condições de penúria existentes, na travessia do mar até o território brasileiro, além da busca de liberdade e fuga do sistema escravocrata opressor, ao intentarem refúgio nas matas amazônicas. Por tanto, que esses relatos sejam fontes históricas de um passado que não pode ser esquecido, no entanto, apesar das adversidades que sejam registrados, e narrados para as próximas gerações, não apenas desta comunidade.

Em vista disso, Seu Ernando narra as circunstâncias das quais seus antepassados chegaram em um território brasileiro, ainda escravocrata, e posteriormente, às terras do Lago de Serpa, no relato a seguir:

“Quando o Barão de Mauá, veio trazendo essas pessoas para os altos navios, altos poderes tirados, porque não tinha despesa de pagamento, eram escravos. E onde eles atracavam para realmente abastecer alguma coisa, aí eles fugiam. Por isso que em todas as partes do Amazonas, do Brasil, têm quilombos. Por isso que saíam fugidos. E o meu pai já contava a história da mesma maneira, mas triste a situação. O meu pai já contava a história, meu pai era João Capitolino Marques de Macedo. Meu avô era José Capitolino Marques de Macedo. Aí o meu pai contava isso, mas é igualmente as histórias que, hoje o pessoal do contrário, eles ouvem da gente. Ele contava, meu filho, mesmo assim, na nossa vida, com o teu avô, a gente passava no Oceano, um lódio que ele chamava esse navio cargueiro. Um lódio lá no Oceano, meu filho, é mesmo que uma montanhazinha pequenininha aqui no Amazonas. Tem hora que chega a sombra naquelas ondas para cá e para aí, e morriam muitos escravos, eles jogavam tudo na água, ele veio com treze anos, porque veio ele na família. Meu avô veio, ele, a esposa e o filho e dizia lá para todo mundo, ele vinha porque ele veio na família. Meu avô veio, ele e a esposa, meu pai, ele veio com a idade de 13, 14 anos; ele falava isso. Aí, quando eles, realmente, eles vinham nesse Barão, Barão de Mauá, né? Aí foi que fugiram, o meu pai, que era o Capitulino Velho, né? E o Raimundo Sabino também, que era o Raimundo Sabino, e esse Antônio Clarindo. Bom, o meu pai conta que, quando eles fugiram, aí a Colônia, né? Que é aquela que vem aí pra Colônia, que é a 18, aquela rua 18, que era capoeira. Eles falaram que era capoeira, não tinha nada, não tinha nada; eles vararam aqui pro Lago de Serpa. Eu me lembro que, quando a gente já viajava, eu já até casado. Aí, aqui, a entrada da boca pra cá, em questão de, faz mais de um quilômetro, um quilômetro e meio, ele abaixava assim, ele dizia: meu filho, quando nós viemos aqui, nós viemos nos esconder, e demos o nome dessa baixa aqui de Baixa da Égua. Aí, na época, os navios eram funcionado a vapor. Sim, não todos. Nós tínhamos a lancha, que era a caldeira, que era a vapor, que era a chatinha de óleo que chamava, né? Lá na popa dela, que tinha aquele negócio que fundava, assim, e lá a gente longe a gente via o fumaceiro. Aí, aqui no centenário, tinha o comprador de lenha, aí, dava-se o nome de Oséias. Ele comprava lenha, era, na época, de metro partida, e a deixava na reserva pra quando a lancha passar, ele vendia. Aí, coitado, os pobres, quando chegaram pra cá, não tinham como viver de nada. Era muito barato, né? Não, não tinha essa opção. Você

pega e se muda daqui pra outra cidade, sem você ter emprego, sem ter o ganho, sem ter nada, você chega lá, né? Sem profissão, sem nada. Você vai pedir esmola. E aí, era o caso deles. Aí, a única solução que eles achavam foi retirar lenha.” (Ernando Marques de Macedo, 77 anos, Lago de Serpa, 15/11/2025)

Ao ouvir este relato, é possível visualizar mentalmente as trajetórias dessa e outras famílias que da África foram trazidas escravas, as quais vivenciaram os diversos processos da escravidão, em sequência fugas, a abolição da escravidão, o período pós-emancipatório. De modo que, dentro dessas circunstâncias, muitos desses ex-escravos precisavam encontrar meios de subsistência, como o caso do avô de seu Ernando, “José Capitolino Marques de Macedo”. O qual, foi trazido como escravo com mulher e filho, junto a outros negros escravos.

Nesta narrativa, o pai de seu Ernando veio como escravo junto de seus pais ainda jovem, com treze anos, de modo que essas experiências ficaram gravadas em sua memória. Além disso, este relata que nas suas jornadas no território do Lago de Serpa, já casado ao andar a pé, junto ao seu pai, este lhes contava como havia acontecido a fuga dele e dos seus companheiros. Até mesmo, nomeando e identificando lugares, como citado “na Baixa da Égua” na entrada do Lago de Serpa, relatos estes que confirmam a historicidade deste quilombo afro amazonense.

Nessa situação, os negros ex-escravos, ou “africanos livres”, ou fossem fugidos buscavam um lugar que pudessem sobreviver, pois nessas circunstâncias não tinham melhor opção, mostrando-se essas narrativas valiosas que corroboram as dinâmicas de vida e sobrevivência naquele período. Dessa forma, estes sobreviventes do regime escravocrata encontraram no Lago de Serpa o “quilombo” ou “refúgio”. A partir de então, estes acham no manejo da floresta a preservação de suas vidas e uma medida de sossego. Entre essas ocupações cortavam lenha e a vendiam para compradores da Vila de Serpa, o que, de acordo com o relato de seu Ernando, era o que poderiam fazer para não pedir “esmola”.

“Em termos prospectivos, se atentarmos para esse cenário de deslocamento regular de mão de obra de origem africana no interior da região associada às condições de exploração e violência aos quais estavam submetidos esses trabalhadores em tal contexto histórico seguramente teremos grandes chances de compreender e analisar com êxito processos sociais diversos como fugas e aquilombamentos, refúgio/presença de comunidades negras mestiças em lagos e

cabeceiras de rios entre outros” (SIQUEIRA; GONÇALVES, 2024 p.93)

Logo, ao refletir sobre as condições existentes naquela época, sobre aqueles que conseguiam escapar da escravização e, ou mesmo depois da abolição da escravidão no Brasil, precisaram se adaptar ao buscar meios de sobrevivência. Dessa forma, as narrativas daqueles que vivenciaram, e as transmitiram oralmente aos seus filhos, como aqui exposto por seu Ernando, trazem detalhes de como se deu esse movimento migratório, como já sabemos muitas vezes, para o interior das matas que oportunamente em lagos e cabeceiras de rios possibilitando condições de subsistência.

Assim, a partir destas circunstâncias, criaram lugares de refúgio, dentro das matas de solo amazônico. Pois de segundo Da Silva,

“Muitos negros procuraram seus meios de subsistência nas florestas residuais e desenvolveram ali um modo de vida, uma territorialidade ajustada à exploração de recursos florestais e à pequena agricultura. Antes e depois da abolição da escravatura, o território brasileiro esteve marcado pela presença de comunidades negras que, recusando-se à escravidão e fugindo da discriminação, ocuparam a fronteira florestal do país. Constituindo-se, assim, pontos de resistência e reafirmação de seus direitos, resistindo às pressões de fazendeiros, de especuladores imobiliários e até mesmo do poder público.” (DA SILVA et al, 2012, p.24)

Cabe salientar que, os negros que já tanto haviam sido maltratados e explorados pelo sistema escravocrata sempre que possível intentavam refúgio do cativeiro, inclusive adentrando as florestas Amazônicas. Esses esconderijos, que por muito tempo lhes permitiu sossego e esperança, são conhecidos como quilombos ou mocambos, onde estes conseguiam o abrigo e o sustento. Em que habitualmente mesclaram hábitos e costumes africanos com os do povo nativo indígena, sendo essas condições observadas nesta unidade de observação.

Ao indagar sobre hábitos e costumes inclusive alimentares, seu Ernando lembra de um bolinho de feijão que remete ao bolinho de acarajé feito no estado da Bahia, comida tradicional própria da cultura negra de origem africana, que reflete a influência africana na culinária brasileira e símbolo de resistência das comunidades afrodescendentes (AGANI, 2025). Como se pode notar nas descrições de seu Ernando abaixo:

“Aí, no outro dia, fazia um bolinho e fritava. Ah! Bom, isso aí ficou uma parte unitária, quase tradicional, de um modo geral aqui. E não era só do feijão, como até da farinha. Até hoje, tem um filme que ele vem pegar o castelo, né? Às vezes, quando vinha aquele rancho, pra gente vinha aquela farinha, né? Uma farinha que o pessoal fazia o frito dela. Aí, eu dizia: não, eu vou fazer bola de farinha pra nós tomarmos café. E era realmente isso que estava falando, só que ela fazia o seguinte: ela pegava o feijão, mas era o feijão que a gente plantava na época. Hoje, ninguém planta mais. Chama feijão da praia. Aí, ela apanhava ali na terra preta, de que era a terra preta ali, lá em cima da roça, né? E, aí, ela ficava no sol. Aí, quando secava, ela pisava no pilão, pisava no pilão, aí fazia tipo aquela massa, aí ela escaldava, né? Mas ela misturava com a massa da floresta. Rapaz, acho que é por isso que a gente é assim... Tem que plantá-la. Esses são os pratos. Ela amassava, pisava no pilão, junto com a crueira, a massa da crueira. Aí, ela colocava uma pitada de sal, né? E fritava para a gente comer com o café de manhã. Rapaz, aquilo é muito forte.” (Ernando Marques de Macedo, 77 anos, Lago de Serpa 15/11/2025)

É interessante destacar que, esse bolinho de feijão era feito praticamente por todas as famílias mais antigas do Lago de Serpa, pois conversando com outras pessoas antigas moradoras do Lago de Serpa, estas relatam o costume antigo de fazer e comer este bolinho de feijão, que era deixado de molho de noite de um dia para o outro e pela manhã se temperava com sal e fritava. Vale destacar que o feijão da praia citado por seu Ernando era plantado lá mesmo no Lago de Serpa. É o mesmo feijão fradinho usado na preparação do bolinho de acarajé, mas atentamos que, este já havia adicionado a crueira, uma massa do resíduo da mandioca utilizada tradicionalmente para fazer mingaus, bolinhos, fritos e biscoitos na região Amazônica.

Ao tratarmos das condições e modos de vida e sustento, este chefe de família também trabalhou muitos anos com fabricação e venda de carvão para manter o sustento de sua família. E quando indagado sobre a origem da fabricação de carvão no Lago de Serpa, assim como Seu Sebastião G. de Melo e Ozete Cunha de Melo, Seu Ernando responde que: “foram os negros que trouxeram a fabricação de carvão”. Uma atividade comum entre as famílias da comunidade, “que desde o princípio sustentou economicamente os moradores do Lago de Serpa, também lhes conferiu um marcador de diferença cultural de notada força estigmatizadora, ou seja, a classificação de “pretos carvoeiros”. (SIQUEIRA, GONÇALVES, 2024 p.85).



Foto extraída Matéria do jornal a crítica – 06/02/2005. de Seu Ernando S. Macedo no roçado de carvão.

Diante disso, segundo o relato de Seu Ernando Soares Macedo, é compreensível que seus antepassados, e ele mesmo, não tinham outras opções, a não ser cortar lenha e fabricar carvão para vender. Lembra que o município de Itacoatiara desde seus primórdios, já na época que fora Vila de Serpa, era fornecedor de lenha, e por muito tempo destacou-se como pólo madeireiro (BRAGA, 2011). E entre trabalhos realizados na Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas no século XIX, era “também concedida à companhia permissão para cortar a lenha que for necessária para o consumo dos seus vapores nos terrenos devolutos sitos às margens dos rios.” (DE BRITO, 2012 p.73).

Mostrando-se o corte de lenha e produção de carvão uma prática comum necessária, nesta comunidade rural, de tal forma que a lenha usada nas carvoarias era coletada nas matas da própria comunidade Sagrado Coração de Jesus. A qual consistiu por décadas uma fonte de renda para muitas famílias desta comunidade, “acompanhada de outras atividades como a plantação de mandioca para a produção de farinha. O carvão vegetal é produzido pelas próprias famílias que dividem o lucro da produção.” (FERREIRA, 2008 p. 11). Pois, de acordo com o seu Ernando,

“Até as mulheres todos trabalhavam no carvão, porque era a minha forma. E mesmo a caieira, os onze filhos trabalhavam na produção familiar de carvão, [...] todos, nesse ofício. Tudo que nós tivemos foi através do dinheiro de carvão. Todo o seu tempo foi através do carvão. Mas eu gostava de trabalhar com carvão. Todo o tempo eu trabalhei com muito carvão, todos os filhos sabiam fazer a caieira..., mas eu também trabalhava e plantava arroz. Plantava muito arroz, eu plantava milho. Gente de milho que acumulava né, o milho e o arroz, levava para a cidade, na época tinha a Camazonas, né. Aí eu era sócio lá pra pegar realmente a semente, como de milho, como de arroz na Camazonas. Pegava a semente e fazia os arroxa, milho. E entregava lá porque realmente eles compravam em abastecimento, não era de saco, era de tonelada, já tinha depósito, eles comprava, não era só eu, como muita gente fazia isso. Também minha mãe trabalhava com seringa e fazia cortagem, ela cortava, fazia. Ela cortava o seringal da minha sogra, minha sogra era a finada Rosa. A minha mãe era maranhense, era mesmo que um macho, cortava de machado, atirava, para pescar, para cortar a seringa. A minha mãe era branca, branca, forte assim, fortuna ... Já meu pai é que é descendente de escravos, que vieram da África.”
(Ernando Soares Macedo, 77 anos, Lago de Serpa, 15/11/2025)

Neste relato, observa-se os modos de vida e trabalho nesta família, em que todos os onze filhos, inclusive as mulheres, laboravam com o carvão, nas caieiras. Ofício que seu Ernando aprendeu com seu pai, que aprendeu de seu avô, ele subsequentemente ensinou a seus onze filhos. Contudo, também plantavam arroz, milho para consumo e venda. Além disso, a mãe de seu Ernando que era de origem maranhense, uma mulher forte fisicamente, manuseava machado e cortava seringa, ou seja, tirava o leite desta árvore nativa da Amazônia para venda. Uma prática realizada por moradores antigos da comunidade desde o início do XX, que ainda continuou por anos. Neste relato seu Ernando testemunha que seu pai era descendente de escravos, como já descrito acima, o qual veio junto com seu avô em um cargueiro de tráfico negreiro, este cortava lenha e fabricava o carvão vegetal para a subsistência da família.

Digno de nota é que, em sua narrativa seu Ernando quando se refere a vinda de seus ancestrais para a região, ele sempre fala no “Barão de Mauá”, dando entender que seu pai sempre citava esse nome. O que nos faz entender que embora não se saiba ao certo quanto tempo, mas estes (avô, avó e pai de seu Ernando) tiveram algum tipo de contato ou presença na colônia da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, instalada pelo Barão de Mauá em Vila de Serpa em meados do século XIX, e segundo o entrevistado relata que seu pai contava que eles “fugiram do Barão de Mauá”.

Por conseguinte, ao dar continuidade com a entrevista de seu Ernando, abordei as questões dos conflitos sobre essas terras tradicionalmente ocupadas por gerações pelas famílias do Lago de Serpa. Ele relata as ameaças e confrontos já ocorridos nessas situações, em que nos descreve sobre uma família de empresários que em meados dos anos 2000 compraram terras no Lago de Serpa. E ao se estabelecerem no local, montaram um balneário chamado “Mirante Do Serpa”, o qual tinha grande visitação e tráfego de carros na estrada e ramal do Lago de Serpa, que passavam constantemente no seu terreno e atravessavam o seu quintal muitas vezes bêbados e em alta velocidade. Uma situação além de desrespeitosa, causava risco de acidentes, por isso ele e sua família se reuniram e decidiram não permitir mais essa passagem, o que ocasionou um ápice no conflito com esta família de empresários, que declaram abertamente interesses nas terras de passagem e desrespeito a família Macedo.

Nessa ocasião seus filhos se reuniram para enfrentar os opositores, segundo o relato a seguir:

“Vamos já enfrentar aqui. Aí eles chegaram, o Téia e o Maurão, e os policiais, dois policiais. Perguntaram cadê o seu Ernando? Eles falaram, não está não. O que está acontecendo? Não, porque nós viemos para abrir realmente o caminho para ir para o banho do Maneca. Aí ela disse (filha de seu Ernando): Olhe, vocês podem abrir aqui, mas eu vou falar uma coisa para vocês. Eu não conto pela vida de ninguém. Porque aqui é do meu pai, aqui é um terreno particular. Aqui é uma área particular, e aqui nós somos quilombolas. E o senhor quer ver nosso documento? Aí nisso o Maurão disse: mas eu sou o presidente da comunidade. Aí, o tenente disse, olha Maurão vou te falar uma coisa. É a primeira e a derradeira, escuta que eu tô te falando. Não vai mais na delegacia, e não liga pedindo recurso para vim passar aqui não. Se matarem um aqui, quem vai responder? Quem matar vai ficar rindo da tua cara lá no fundo do presídio, porque a culpa é toda de vocês estar invadindo a propriedade dos outros. E o senhor que diz que é presidente, o senhor é presidente de quê? ... Pra invadir o que não é seu, é? O senhor está escutando, vocês estão escutando, né? As meninas estão aqui, o pai não está, mas as meninas estão respondendo pelo que é delas. Eu quero saber de vocês o que poder vocês vão ter de enfrentar dentro de uma lei federal, nunca mais eles vieram. Aí eu disse, agora eu vou fazer uma casa de farinha no meio dessa estrada deles aí, tem essa casa de farinha. Eu ia contar a cerca que foi daqui de vocês e atravessou todinho até o Aibu. Olha aquele pessoal da areia branca. Coitados, ficaram sem água lá eles usavam água de cacimba. Aí eles chegaram, eles lá que tinham perdido. Só que, coitadinho, não tiveram sorte. Que era aquele João que chamava o João Grossinho, né? E a Maria, que era a mulher dele. Aí chegaram aqui com espingardas, duas espingardas e uma moto, aí pararam e disseram seu Ernando, acabaram de fazer a cerca lá e nós estamos sem água desde ontem, e a cerca, que as nossas cacimbas ficaram para dentro do terreno que eles dizem que é deles. E eu só vim avisar

aqui, que hoje nós vamos matar um filho da mãe daquele, ou dois, é o que pintar. Eu disse, mas a cerca, já fizeram a cerca lá? Aí eu disse assim: da de vocês me levarem lá? Vocês têm celular? Temos. Então bora. Dá de me levar lá? Bora. E aí chegamos lá de vários cercados, dessa cerca aqui, bate nessa cacimba de vocês lá, que ficou na parte de lá, pode deixar. Outra coisa, eu vou dizer para vocês aqui... Vocês não mate ninguém aqui. Três coisas vão acontecer com vocês. O João, né? Ai, ... E eu só vivia na molecada com o João, né? Tem mais um grossinho para ele. Os primeiros moradores que vieram também andaram ali. Ai, eu dizia, você não mata ninguém. João, se tu matar um filha da mãe desses que está querendo tomar o que é teu. Tu tá sim no teu direito, por uma parte, mas tu vai morar bem ali ó... E essas terras aqui vão ficar em processo. Tu não vai mais ser dono, porque lá tu não pode fazer nada. E a tua mulher vai ficar pra quem?... Olha, meu amigo, se eu não ia buscar tua mulher. Pô, será que tu é? Rapaz, vai ficar solteiro, cara. Oi. Não, não..." (Ernando Soares Macedo, 77 anos, Lago de Serpa, 15/11/2025)

Aqui nesta narrativa, podemos sentir o calor do conflito fundiário existente neste quilombo, nos confrontos já ocorridos por essas famílias que já por muitas gerações viviam sossegadas, mas que nos últimos anos tem sido alvos de especulação imobiliária e empreendimentos gananciosos, os quais exploram sem discriminação, sem respeito as famílias da comunidade, e muito menos a natureza e as formas de vida existentes nela. Digno de nota é que, "é no contexto desse processo de luta, tensão e reflexão interna que surge a Associação Comunitária Quilombola do Lago de Serpa (ACQ-Serpa), tendo Ernando como presidente." (SIQUEIRA, 2024 p.38-39)

Em continuidade, o entrevistado traz outro momento de conflito já mais abrangente, em que uma empresa imobiliária M.I. Incorporadora, dá início ao processo de construção de um condomínio de cinco mil casas no território quilombola do Lago de Serpa. No ano de 2020, esta empresa sem anúncio, inicia um processo de derrubada da mata e a desapropriação com expulsão das famílias moradoras da comunidade, conforme narrado anteriormente.



Foto da placa da empresa M.I. Incorporadora, que invadiu as terras do Lago de Serpa, Território Quilombola.

Essa empresa causou muitos problemas e transtornos aos moradores, desta comunidade quilombola (SCJ) do Lago de Serpa. Mas, estas famílias remanescentes de quilombo envolvidas nesse litígio, se articularam junto aos colaboradores da comunidade quilombola, protocolando denúncia junto ao ministério público federal. Em vista da articulação eficiente das famílias quilombolas e seus colaboradores foi possível embargar o processo de ocupação desta empresa, paralisando o avanço predatório desta incorporadora.

Devido a isso, é possível imaginar, os desafios enfrentados e o quanto essas famílias precisam se unir para permanecerem nesse território, que tem sido alvo de interesse de empresários do setor imobiliário e turístico, que comumente possuem objetivos exploratórios e amigos influentes. Os quais agem desconsiderando a natureza e o seu ecossistema que mantém a vida neste local. Lamentavelmente, ao mesmo tempo que esta natureza de beleza amazônica atrai atenção e encanto, tem sido exposta ao uso abusivo e a degradação por esses agentes gananciosos. Agentes esses que desconsideram os povos que

neste território já vivem por gerações, os quais mostraram ter uma relação de uso e equilíbrio com os recursos, como a unidade de observação aqui analisada. Dessa forma, ao se considerar os princípios envolvidos na manutenção desses territórios, compreende-se que,

“As terras das comunidades quilombolas são herdadas e cumprem sua função social precípua, dado que sua organização se baseia no uso dos recursos territoriais para a manutenção social, cultural, e física do grupo, fora da dimensão comercial. São territórios que contrariam interesses imobiliários, de instituições financeiras, grandes empresas, latifundiários e especuladores de terras. Os conflitos fundiários hoje existentes em algumas comunidades quilombolas envolvem, na maior parte das vezes, esses atores, que repito, são os mesmos de ontem” (ALMEIDA, 2010 p.269)

Logo, compreendemos que os conflitos fundiários, trazem à tona questões de poder e dominação que se repetem na linha do tempo, por estruturas que refletem o interesse de classes dominantes e seus agentes, que objetivam consumir os recursos de modo descomedido. Por tanto, é legítimo que as famílias pertencentes a esta comunidade se articulem na preservação de seus modos de vida e costumes. Ao levar em conta que tratamos de “grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.” (ALMEIDA, 2010, p.43) Dessa forma, encontramos nessas relações características de solidariedade e reciprocidade comunitária, utilizando-se de mecanismos eficientes que mantém a união e preservação deste grupo social (QUINTANEIRO, 1995).

3.3 Desdobramentos da Família Marques, Macedo e Nascimento

Dentre as 145 famílias quilombolas que vivem no Lago de Serpa (INCRA, 2024), encontramos a família de Valdete do Socorro Marques do Nascimento Rodrigues, sobrinha de Ernando Soares Macedo, atual presidente desta comunidade quilombola (ACQ-Serpa). Valdete nasceu, cresceu e

continua vivendo no Lago de Serpa, seus ancestrais chegaram no Lago de Serpa em torno de 150 anos atrás, ou seja, na segunda metade do século XIX.

A entrevistada relata que, por linha paterna é neta de João Sabino Nascimento e Zulmira Ferreira do Nascimento, e na linha materna tem por avô João Capitolino Marques Macedo, muito conhecido por João Bodó, e avó Raimunda Nascimento Macedo, conhecida como Raimunda Bodó, que era parteira na comunidade. Sua avó, dona Raimunda Bodó, era uma figura fundamental na comunidade, pois assistia às mulheres durante o período da gravidez, ela as acompanhava, fazia remédios caseiros, como chás e massagens. Dava-lhes o apoio necessário em suas casas, quando essas mulheres entravam em trabalho de parto, e no pós-parto. Sendo digno de reconhecimento humanitário e social, esse trabalho, de mulheres como de dona Raimunda Bodó, as quais realizavam, e as que ainda realizam em suas comunidades, mostrando-se uma “tradição oral e prática, tendo o seu saber reconhecido pela comunidade.” (SILVA, DIAS-SCOPEL, SCHWEICKARDT, 2020 p.02) Esta mostrava-se ser uma personagem de fundamental importância nesta comunidade de área rural quilombola, com interações indígenas, especialmente numa época em que o acesso a hospitais era precário e praticamente inexistente.

Dona Valdete é filha de Francisco Ferreira do Nascimento, conhecido na comunidade por Chicão e Maria Madalena Marques de Souza, sendo importante destacar que neste e em outros depoimentos constata-se que, muitos moradores desta comunidade são parentes, resultado dos relacionamentos internos destes núcleos familiares.



Valdete do socorro Marques do Nascimento Rodrigues, ao lago de sua casa, Lago de Serpa, 20/12/2025.

Valdete é casada com Raimundo Nonato da Conceição Rodrigues, natural de Maués, eles têm três filhos, ela o conheceu nas festas dançantes da comunidade do Lago de Serpa, das quais eram muito animadas na época de sua juventude. Seu marido atualmente trabalha com roçagem no terçado, e é ajudante de pedreiro. Além disso, Valdete já trabalhou plantando roça de mandioca, macaxeira e produtos da terra, e complementa a renda familiar com venda de polpa de frutas.

Dona Valdete manifesta por palavras e ações o amor pela comunidade em que nasceu no Lago de Serpa, sempre participando nas atividades da comunidade como reuniões da Associação (ACQ-Serpa), em celebrações e outros momentos comunitários. De modo que também podemos observar isso em sua declaração:

“Eu nasci aqui, os meus pais, se criaram aqui, são filhos da terra, e construíram a família, aí os filhos já construíram a família também, como eu já tenho também minha família e meus tão construindo família deles também. Então, eu tenho amor por essa comunidade, eu não tenho amor de sair daqui não, eu conheci esse jovem aí, ele querendo ir para terra dele, mas eu disse que não, porque os meus pais moravam aqui. Eu poderia sair um dia depois que os meus pais partissem, assim eu falo, mas a minha vontade era sair daqui é pro outro lugar que nunca mais a gente volta né! ... Eh a minha vontade é, eu vou ficar aqui, sei não, mas aqui é um lugar, eu não acho mal não, e uns tempos atrás era até uma coisa meio difícil, mas agora tá muito melhorado, melhorando muito aqui, por aqui você tem tudo, se você plantar você tem tudo, você tem sua fruta, você tem o alimento, nosso rio (lago) que é maravilhoso. Olha fruta, minha mesmo, e hoje eu como, chupo uma laranja, tomo um suco de cupu, um suco de bacaba, olha tem jaca, banana, tem tudo. E se quiser fazer um suco faz, acerola que eu estava falando para o meu marido que eu acho que é da chuva, e eu ganho dinheiro na acerola, ainda levei para vender na cidade. Vendo o quilo de acerola no Frigorífico a R\$4,50 kg, sei que eu ainda ganhei dinheiro, já comi tanta pupunha esse ano, deu, deu, deu, acredita que uma árvore na frente da casa deu dezoito cacho de pupunha. tem árvore de graviola mamão grande levei para Manaus para minha irmã, manga Rosa.” (Valdete Do Socorro Marques do Nascimento, 56 anos Lago de Serpa, 30/11/2025)

Neste relato, dona Valdete expressa sua felicidade em morar no Lago de Serpa, localidade em que sua família permanece por volta de um século e meio. Sendo importante chamar a atenção para o fato dela ser a quarta geração de sua família neste território, ela é uma amostra dos laços familiares constituídos nessa comunidade, pois, ela vem de uma árvore genealógica de Marques de Macedo, Sabino e Nascimento, dos casamentos e uniões estabelecidas neste quilombo.



Valdete do Socorro Marques do Nascimento Rodrigues e sua Família

Dona Valdete também relata que seu pai contava que seu avô João Sabino havia fugido da colônia agroindustrial de Vila de Serpa para esse território antes habitado por indígenas (SIQUEIRA, GONÇALVES, 2024). Em consequência, junto aos outros personagens dos quais alguns são tratados nesta dissertação, que haviam homiziado para o Lago de Serpa, estabeleceram relações familiares, das quais aqui podemos testemunhar.

3.4 - Família de Sabino e suas Interações Familiares

Logo, quando passamos não avistamos a casa de Seu Lourenço que mora com sua família no ramal Osório Fonseca, esta fica adentrando uma área na estrada, camuflada por árvores na frente. Mas minha informante lembrou da casa de seu primo Lourenço e voltamos ao que parecia que não havia casa. Ao entrarmos e caminharmos um pouco por uma área arborizada, chega-se ao quintal da casa de Seu Lourenço e Dona Júlia, que nos receberam amigavelmente pelo fato de ser primo de minha informante (minha mãe) de modo que, marcamos uma visita para a próxima semana no dia 07/12/2025.

Conforme combinado, seu Lourenço e esposa nos aguardavam, para ajudar a compreender melhor os contextos e dinâmicas nas famílias desta unidade social. Por conseguinte, podemos verificar que a família é descendente de Sabinos, que também tem bastante interação entre os núcleos familiares, visto que ao conversar com pessoas da comunidade, não raro são citados os Sabinos. Dentre as entrevistas foi possível dialogar com um dos braços familiares dos Sabinos, Seu Lourenço Sabino Nascimento de 72 anos, e sua esposa Maria Julia Macedo do Nascimento de 64 anos. Seu pai foi Sebastião Sabino do Nascimento, sua mãe foi Maria Madalena de Souza Melo, sendo que sua mãe era irmã de João e Sebastião Gaspar de Souza Melo. Seu avô foi Antônio Sabino Nascimento e a avó Maria Beliza da Conceição.

Da união de Lourenço e Júlia resultou em quatro filhos, os quais são: Roberto Soares do Nascimento, Célio Soares do Nascimento, Eldan Soares do Nascimento e Eusler Soares do Nascimento, todos estes são associados como pertencentes a esta comunidade quilombola. Lourenço e Júlia nasceram no Lago de Serpa e se conhecem desde criança e casaram-se ainda jovens em 1976, já estão com 50 anos de casados. Ao observar mais atentamente constata-se que Dona Júlia, sua esposa, é irmã de Ernando Soares Macedo, nosso já entrevistado e presidente desta comunidade quilombola.



No meio Lourenço Sabino do Nascimento, a direita sua esposa Maria Júlia Macedo do Nascimento e a esquerda sua vizinha.

Para tanto é válido destacar aqui a confluência entre as uniões e os casamentos destas famílias, que se exemplifica nos sobrenomes dos membros destas, como no caso deste tronco familiar, em que encontramos os sobrenomes Sabino, Melo, Macedo, Nascimento e Soares. De maneira que é de interesse apontar para o fato de que nesta família se encontram quatro dos sobrenomes mais antigos desta comunidade, em que muitos são tios e primos de primeiro e segundo grau.

Então seu Lourenço ao contar sobre seu pai, que este falava aos filhos que o seu avô havia trabalhado na Colônia Agroindustrial de Vila de Serpa do Barão de Mauá. Nesse sentido, é notório entre os relatos das famílias e seus membros, que as origens de seus ancestrais se encaixam, completando um quebra cabeça histórico. Tanto é que, seu Lourenço, ao ser indagado há quanto tempo seus antepassados chegaram no Lago de Serpa, este embora não saiba precisar ao certo, ele faz uma estimativa de que já se fazem cerca 150 anos que seu avô chegou neste território. A partir de então, ele passa a nos falar sobre os modos de vida e trabalho em sua juventude e idade adulta e atualmente anciã.

Seu Lourenço Sabino mostra-se bem-humorado e Dona Júlia o acompanha amigavelmente, quando indagado se sua família trabalhou com carvão, ele confirma que tanto seu avô e pai como ele também trabalharam com carvão. Seu Lourenço nos confirma que quem trouxe a prática de fazer carvão no Lago de Serpa foram os negros. Ele e sua esposa contam que também plantavam arroz, malva, guaraná, café, faziam farinha, pé de moleque, goma, farinha de tapioca, caçavam, pescavam, colhiam frutos de castanhas do Pará, andiroba, cumarú, tucumã e produtos que pudessem ser de uso doméstico e comercial. Dona Júlia nos conta uma experiência um tanto jocosa em que narra,

“O João Gaspar tinha malva, aí eu queria saber de trabalhar também, ia com o Cacaia, nós ia com ele, se juntava pra ir lavar malva lá né, mas aí, daí eles pagavam gente para ajudar. Ah, mas depois dessa viagem que eu caí dentro d'água lá, que eu não sabia nadar, que quase eu morria, me butaram já pro sertão pra cá, pra não ir mais pra lá. Iji a dona Raimunda ficava, tá doido é?... riscado de morrer afogada, eu sou responsável. Ela tinha o maior medo da gente se afogar” (Júlia Macedo do Nascimento, 64 anos, Lago de Serpa, 07/12/2025)

Nessa narrativa, que dona Júlia conta rindo como era naquela época em que as famílias trabalhavam nas plantações, as jornadas de trabalho e

suas interações, e aventuras de trabalho no Lago e entre as famílias. Sendo que foi exposto aqui esse relato para que se possa perceber a descontração da vida simples, mas rica em detalhes e momentos descontraídos desta comunidade desde outrora. Sendo importante destacar que são pessoas pacíficas, que transformam as dificuldades da vida em momentos de risos e reflexão

Ao dar continuidade na conversa, Lourenço conta sobre os tipos (elementos usados) e modos de trabalho executados,

“Trabalhei com carvão, todo mundo aqui onde moro fazia, era o pai dela, era o meu pai, também plantei arroz, trabalhava com muita roça, fazia farinha, pé-de-moleque, goma, farinha de tapioca, tinha café para uso. A gente caçava muito, naquele tempo tinha muita caça, paca, tatu, capivara tudo tinha, peixe tinha também. Tinha castanha, andiroba tudo tinha, tudo tinha, trabalhei com cumarú também, quebrei muito cumarú na minha vida, de sacada, aquela de seis latas, rala, cheiroso, aquilo para dor de ouvido é um santo remédio. Tucumã, naquele tempo era saca aquelas sacas de seis latas, era aquelas sacas grande.”
(Lourenço Sabino Nascimento, 72 anos, Lago de Serpa, 07/12/2025)

Logo, é possível vislumbrar que eles tinham o que os antigos diziam “fartura”, ou seja, abundância em trabalhos e alimentos, época memorável que contam com satisfação. Era comum as famílias terem “Casa de Farinha” como descreveu Seu Lourenço: “todo mundo tinha casa de Farinha, era Sabá Gaspar, João Gaspar, era Raimunda Sarmiento, todo mundo fazia farinha”. Na dinâmica da conversa, Lourenço conta que todos na comunidade trabalhavam com carvão, em vista disso, logo se remete ao pensamento sobre o porquê este quilombo é conhecido por “pretos carvoeiros” e “Lago dos pretos” (JÚNIOR, EDAF, 2007).

Então quando indagado sobre como Seu Lourenço adquiriu o terreno em que moram, ele conta que por causa de problemas e desentendimentos entre as famílias Sabino e Macedo, devido às contendas entre os filhos, as famílias passaram a se desentender. Então passou a procurar outro lugar para morar, ele passa a contar como se deu a mudança:

“Isso aqui era um abacaxizal, tudinho plantado, naquele tempo era o Joaquim Alves, me chamou Rapaz vamos lá no abacaxizal?... vamos lá! Cheguei aqui, no abacaxi, aí nós comemo.... passou o tempo eu fui trabalhar com o seu Alencar, aí trabalhando com ele lá, foi o tempo que eu já tinha esses dois filhos, o Célio e o Roberto. aí eu morava perto da Maria lá, aí começaram arengar os meninos lá, aí a Maria bobó era

braba que só, aí foi um dia eu falei rapaz quanto tá? (o terreno) ... falei a arrumação pra ele (da desavença). Ele disse rapaz é o seguinte eu vou ver se eu ajeito um negócio pra ti, aí ele aparece lá em casa, eu morava pra lá da casa da Alice. aí ele rapaz, eu vi aqui eu arranjei um pedaço de terra pra ti. Tu não me paga nada, é teu acabou meu amigo, aí veio aqui me amostrou tudinho onde é. Aí eu paguei pra brocar, aí eu desmanchei um bocado da casa lá, deixei um pedaço, e trouxe o outro pra cobrir, assoalhei, cerquei a frente, e os dois lados. Olha quando eu ia dormir, ela ia fazer fumaça, tá aí ela, quando ela ia dormir, eu ia fazer fumaça de folha, de pau velho, de cupim, era carapanã, olha uma coisa desconforme, olha nós sofremo, tô te falando, nós sofremo. Rapaz foi, foi, foi, até que um dia, eu fui ali onde é o velho Herculano, fomo cortar lá, tinha um loureiro lá, aí eu tirei a madeira para cercar atrás, deu certinho pronto, melhorou lá fora ninguém podia sair, mas dentro ficou bom. Graças a Deus eu me mudei pra cá em 1982 que eu me mudei cá, dia 20 de janeiro, graças a Deus eu tô aqui tô muito bem, graças a Deus!" (Lourenço Nascimento Sabino, 72 anos, Lago de Serpa, 07/12/2025)

Seu Lourenço descreveu que, logo que casou e teve os dois primeiros filhos, morava perto dos Macedo, parentes (pai, mãe e irmãos) de sua esposa, Dona Júlia e, além disso, dos seus parentes, os Sabino e seu irmão Sebastião Sabino Nascimento. Visto que, todos já haviam se casado e tinham filhos, seus filhos que eram meninos começaram a “arengar”, ou seja, a brigar causando desentendimentos entre os parentes como sua Sogra “Maria Bodoa”. Dessa forma, podemos entender que por motivos de boa convivência seu Lourenço procurou morar um pouco mais afastado geograficamente dos parentes, onde atualmente mora no ramal da comunidade Osório Fonseca. Podemos observar também que em situação de boa disponibilidade de terras a mobilidade de moradia é uma solução para atenuar a tensão e os conflitos próprios da dinâmica do parentesco e das relações de vizinhança e afinidade. Neste relato verificamos negociações e arranjos sociais, mobilização de relações, que permitem essas estratégias de deslocamento e mudança na situação territorial da unidade familiar, podendo incluir a entrada provisória da terra em relações mercantis, não formalizadas juridicamente, mas conforme vínculos e compromissos pessoais submetidos a uma normatividade coletivamente pactuada. Todavia, Seu Lourenço não precisou pagar pelo terreno, pois as relações de trabalho, com o Seu Alencar, não eram só econômicas, mas envolviam expectativas e demandas morais de reciprocidade próprias do vínculo de amizade (Mauss, 2003): “Ele disse, rapaz é o seguinte eu vou ver se eu ajeito um negócio pra ti...”, “Tu não me paga nada, é teu, acabou meu amigo, aí veio aqui me amostrou tudinho onde é”. Essas articulações políticas são fundamentais enquanto modelo disponível de resolução de tensões e conflitos localizados e inerentes a territorialidade

específica do grupo. Importa, portanto, compreender as concepções culturalmente específicas de posse e propriedade vigentes na comunidade do Lago do Serpa.

Em continuidade, seu Lourenço continua relatando que, dois dos seus filhos são motoristas e os outros dois são portadores de necessidade especiais, em vista disso, o casal nos fala dos desafios que enfrentaram para criar os filhos, em especial os dois com deficiência. Pois, o seu filho Roberto quando criança teve paralisia infantil e possui sequelas mentais e o outro filho Euder, também devido a sua mãe Dona Júlia ter sido acometida por eclâmpsia no parto, desenvolveu problemas mentais. Os dois filhos ficaram muito doentes e precisam de acompanhamento médico, e por motivos de suas necessidades especiais eles não possuem condições de viverem só ou constituírem suas próprias famílias. Por este motivo, continuam morando com seus pais no mesmo terreno, em uma casa próxima dos seus pais, e estes por também não terem condições de se manterem sozinhos recebem benefício de PcD do INSS.

Na conversa com Seu Lourenço este confirma que os membros de sua família de origem “os Sabinos” tocavam instrumentos musicais, inclusive em cerimônias da Igreja católica da comunidade Sagrado Coração de Jesus no Lago de Serpa e em outros momentos festivos (SIQUEIRA, GONÇALVES, 2024).

“Sou católico, nasci e me criei na católica, nessa tenho fé que não mudo, aqui em casa todo mundo, naquele tempo a gente tinha festa, muita festa, não tinha procissão, já de uns tempo pra cá já apareceu a procissão, festa mais pouco, mas tem também né. Agora é festa da igreja que falam, mas tem de qualquer maneira tem, daqui pra culá tem uma diversão, de uma festa pra brincar, pra dançar qualquer coisa. Quando eu era novo, era festa da sociedade, naquela época que eu era novo assim, tinha festa dançante, dançante, eu cansei de dormi e quando me acordava, o pessoal tava dançando, o Zé Bico, Doca Rates, esse pessoal vinha a remo da cidade tocar de graça aqui, que viam era cantor, era muito animado, é verdade!... só queriam que desse o café. Tinha o finado Tuniel que tocava, João Grande, tudo isso aí tocavam, o meu pai tinha violão, tinha cavaquinho, apoio tudo o meu pai tocava, aqui de primeiro no lago, no Lago só não a família de Melo que, nunca vi nenhum da família de Melo tocar né! Mas a família de Sabino, quais tudo a raça tocava, isso é um costume de tocar instrumento. Um dia desse eu conversando com uma mulher assim, ela disse assim, olha lá no lago tá acabando as pessoas que acompanham lá na igreja, só já tem você que acompanha, digo é, e eu tô saindo, já saí. Não tem mais ninguém acompanhando mais lá, de uns tempos pra cá, só era eu que tava lá, o Chico Hélio saiu, e outros saíram, só ficou eu. Não tem nunca mais eu fui lá, ninguém mais foi lá, de primeiro dava seis violão, seis violão dava, cavaquinho tudinho, não toca mais, nem todo dia de domingo eu posso ir, podia voltar, o violão, cavaquinho, tudo dão

som, tinha pandeiro.” (Lourenço Sabino Nascimento, 72 anos, Lago de Serpa 07/12/2025)

Observa-se que na época de juventude de Lourenço e seus parentes, e não muito distante no tempo, a comunidade que na época era “associação dos moradores do Lago de Serpa” era muito animada. Os mais “antigos”, os idosos contam das festas dançantes, tendo bastante afluência de pessoas de outras localidades, momentos festivos que se estendiam pela noite e madrugada. E como já descrito na Família dos Sabinos, praticamente todos tocam instrumentos musicais, fato muito conhecido tanto nesta comunidade, como no município de Itacoatiara. Tanto é que, Lourenço Sabino Nascimento,

“Descendente dos Sabino (seu pai chamava-se Sebastião Sabino e era filho do patriarca Antônio Sabino), ele próprio assinala como herança familiar, a passar de geração em geração, o tino de seus familiares para duas habilidades notadamente distintas: tocar vários instrumentos musicais e fazer carvão. De fato, no dia em que o entrevistamos, uma banda composta por ele, seus primos e alguns músicos de Itacoatiara tinham acabado de fazer uma contagiante apresentação musical para a alvorada, evento que todos os anos abre a festa de Nossa Senhora Aparecida na frente da comunidade S. C. de Jesus do Lago de Serpa.” (SIQUEIRA, GONÇALVES, 2024 p.86)

Dessa forma, constatamos que o braço tronco familiar de Lourenço Sabino Nascimento e Júlia Macedo do Nascimento mostram-se bons para entender as interações familiares desta comunidade quilombola amazônica, que nasceram, cresceram, tiveram filhos e permanecem neste território. Em continuidade, é direcionada a atenção para mais uma representação familiar deste quilombo, a família Clarindo, embora sejam mais afastados e os que menos fizeram interações é uma das famílias mais antigas.

3.5 - Família dos Clarindos de Cabral, Sobrevivência e Permanência

Valdir Clarindo Cabral, 51 anos, filho de Júlio Farias Cabral e Domitila Clarindo Vilela que após casada tornou-se Domitila Clarindo Cabral, neto de Antônio Clarindo Vilela e Maria Augusta Clarindo Vilela, sendo sua esposa Sebastiana Soares do Nascimento (moram em uma área próxima ao ramal Osório Fonseca próximo ao porto do Lago de Serpa). De modo que, seu Valdir e esposa nasceram e mantêm permanência no Lago de Serpa, estes por sua

vez têm quatro filhos, seus filhos são Valdinéia do Nascimento Cabral, Fabiola do Nascimento Cabral, Valdinei do Nascimento Cabral, Ricardo do Nascimento Cabral. Sendo um tronco familiar dos Clarindos.

Ele também nos relata que seu pai Júlio “criou” treze filhos com o trabalho de fabricação e venda de carvão em uma época em que todas as famílias do Lago de Serpa se ocupavam nesse ofício,

“Antigamente as coisas era de encontro, hoje já se torna mais difícil, porque o meu pai criou foi treze filhos, só no negócio de carvão, era difícil, mas o pouco que pegava se tornava muito. Hoje no quilombo só tem eu e a Tereza, de irmão mesmo no (Lago de Serpa) só tá eu a Tereza, a Cléia e o Vicente ali. Mas quilombo é só eu e a Tereza e os nossos filhos. Nós morava lá no lago onde a Tereza mora, nós fazia caieira em cima da terra, nós torava os paus tudinho, arrumava em cima da terra, várias caieiras, agora caieira é difícil, carvão é mais de forno agora.” (Valdir Clarindo Cabral, 51 anos, Lago de Serpa, 20/12/2025)

Nesse relato seu Valdir declara que seu pai criou todos os treze filhos com fabricação e venda de carvão, e que nessa época era melhor, ou mais fácil, quando ele alude que “o pouco se tornava muito”. Ele também menciona que, dos treze irmãos Clarindos de Cabral, apenas dois, ele e sua irmã Tereza e suas respectivas famílias são autodeclarados quilombolas.



Valdir Clarindo Cabral, 51 anos, à direita, e Felipe filho de sua sobrinha, Lago de Serpa, 20/12/2025.

Pois, de acordo com Siqueira e Gonçalves, os antropólogos responsáveis pela produção do (RA) Relatório Antropológico desta unidade de estudo.

“Tereza Clarindo Cabral mora na mesma área em que seu avô materno, Antônio Clarindo, um homem preto das antigas famílias que permaneceu no lago até seu falecimento. Os pais de Tereza chamam-se Júlio Cabral e Domitila Clarindo. Segundo os moradores, Júlio era indígena pertencente à etnia mura. Quando se casaram, Júlio e Domitila foram viver na cabeceira do igarapé Jaraqui Grande, também situado no Lago de Serpa, que era terreno de Manoel Prudêncio, avô paterno de Tereza.” (SIQUEIRA, GONÇALVES, 2024 p.439)

Segundo os relatos acima, Dona Tereza, descendente de Antônio Clarindo, continua morando no mesmo local no Lago de Serpa onde seus ascendentes moravam. E de acordo Siqueira e Gonçalves, peritos nas questões antropológicas desta comunidade quilombola, apontam para o fato de que Dona Tereza tem enfrentado “um processo judicial que objetivava expulsar ela e toda sua família da área deixada por seus antepassados. Tal processo foi impetrado em nome dos familiares de Francisco Fiúza.” (Siqueira, Gonçalves, 2024 p.39). O que causou a Dona Tereza muita angústia, pois os Fiuza alegam uma suposta compra do terreno nos anos 1970, uma área que é ocupada por sua família há gerações, causando-lhe constrangimentos e infortúnios, visto que eles chegaram a levá-la até a delegacia e cartório de maneira forçada.

Ao considerar as informações acima, compreende-se que os conflitos fundiários relacionados às terras do Lago de Serpa são frequentes, visto que, constantemente este território é motivo de cobiça. Lamentavelmente sempre tem “alguém esperto” querendo um pedaço de terra e usufruir das belezas do local.

Ao conversarmos com seu Valdir, ele fala sobre a água do lago que já não é mais limpa como antes, devido a tanto tráfego de rabetas e outros veículos aquáticos como Jet Ski, e possivelmente outros fatores humanos que causam poluição da água. Muito diferente de anos anteriores em que a água do lago era apenas coada com um pano limpo e colocada em potes e bilhas grandes de água que mantinham a água fria naturalmente. E assim podia-se beber dessa água sem riscos de contaminação, o que até nos inícios dos anos 1990 era um hábito comum entre as famílias desta comunidade.

Logo, entre as muitas situações que permeiam sua família, seu Valdir cita a necessidade de melhores condições de “trabalho para todos”, em especial se referindo aos membros de sua casa. Visto que apenas sua esposa Dona Sebastiana possui trabalho “certo”, ou seja, contratada pela prefeitura municipal de Itacoatiara, como “zeladora” da pequena escola Municipal Engenheiro

Casseano Secundo, existente no território desta comunidade. No entanto, ele anteriormente exercia o ofício de ajudante de pedreiro e atualmente seus filhos similarmente realizam trabalhos de ajudante de pedreiro, o que ajuda na renda familiar.

No entanto, no decorrer da entrevista Seu Valdir nos conta de seus problemas de saúde na coluna, como hérnia de disco e bico de papagaio, o que lhe faz precisar tomar medicação constante. Lamentavelmente, devido a inópia para se conseguir tratamento médico especializado (ortopedista) e as dificuldades para o restabelecimento de sua saúde, Seu Valdir não consegue mais trabalhar como antes.

Ao conversar com Seu Valdir, ele se apercebe também da necessidade de uma escola com melhores condições que atenda a demanda educativa da comunidade quilombola (SCJ). De modo que segundo ele faz-se importante que os representantes da comunidade deem atenção às questões da escola, o qual expressa:

“A escola tem pouco já alunos, falta os nossos representantes meter a cara para exigir um colégio melhor pra ir. Se tivesse uma escola boa os filhos da comunidade estudava aqui mesmo, ainda mais hoje que a gente fica preocupado quando vai pra cidade do jeito que tá hoje a situação, aí deixa a gente preocupado. Acho que é isso que falta ter uma escola bem equipada aqui, para a comunidade.” (Valdir Clarindo Cabral, 51 anos, Lago de Serpa, 20/12/2025)

Em conformidade com suas afirmativas, constata-se que, no turno diurno, a Escola Municipal Casseano Secundo possui apenas duas salas de aula e atende apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental, no sistema de multisseriado, o que prejudica o aprendizado. Por isso, lamentavelmente muitos pais, ainda que correndo riscos de segurança para seus filhos, ainda crianças, preferem enviá-los em um ônibus escolar para estudar em outras escolas na zona urbana do município de Itacoatiara.

Isto posto, verifica-se que embora essas condições sejam uma realidade atual na escola da comunidade, observa-se que há demanda na localidade de alunos, tanto de crianças como de jovens, além de espaço físico suficiente para reforma, e ou construção de uma nova Escola compatível ao contexto da comunidade. De modo que, fica nítida a carência de uma escola adequada, junto a uma proposta educacional que atenda às necessidades dos moradores deste território quilombola. Ao alinhar uma proposta que possa aduzir, ao desenvolvimento de uma práxis educacional na qual “a sociobiodiversidade pode

atravessar todo o currículo, em diálogo com os saberes e práticas locais.” (SOARES e et al., 2025 p.241)

Por tanto, pelo aqui exposto nota-se que os núcleos familiares da Associação Comunitária Quilombola do Lago de Serpa, são descendentes de ex- escravos e “africanos livres” trazidos à Amazônia, num contexto singular como no caso deste unidade observada, à Vila de Serpa e posteriormente, a Colônia agroindustrial da Companhia de Navegação e Comercio do Amazonas, e assim adentrando as terras do Lago de Serpa. Em um período de atendimento a questões internacionais, de exploração da borracha, entre outros possíveis recursos da região, com objetivos de “defender, colonizar e consolidar o império na fronteira do Amazonas” (RIBEIRO, 2012, DOS SANTOS, 2022 p.01). Num contexto de interesses não apenas regional, mas sim, especialmente internacional, ao se considerar que,

“Desde 1839, com a descoberta do processo de vulcanização, a demanda internacional pela borracha vinha crescendo, e sua importância econômica e estratégica para os países industrializados se evidenciava. A região amazônica, praticamente esquecida pelo governo como que desperta, tomando decisões imprevistas: criar no Norte uma Companhia de Navegação para Amazônia” (RIBEIRO, 2012 p.32)

Sendo que tal interesse na região Norte promoveu uma efetiva colonização na Amazônia, o que trouxe o desenvolvimento estratégico deste território, e como já tratado aqui entre os colonos estrangeiros, se encontravam os africanos que eram ainda escravos, e ou, “livres”. Dos quais, acham-se os que chegaram à Vila de Serpa no século XIX, e os que por fuga, ou mesmo após a falência da Colônia da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, tinham como a melhor opção se refugiarem nas terras do Lago Serpa. Resultando na interação com os indígenas já presentes na região e alguns outros personagens, que no período áureo de exploração da borracha na Amazônia migraram para este território (SIQUEIRA, GONÇALVES, 2024)

Deste modo, compreende-se a existência de processo complexo, dinâmico e demográfico que abrange esse território, pelo qual se manifesta as relações interétnicas em que o desdobramento de “uma multiplicidade de processos cujo efeito transforma a identidade individual e grupal e modifica os outros fatores demográficos que prevalecem na situação” (POUTIGNAT, 1998,

p.204). Dessa forma, depreende-se que, o contexto histórico, social e cultural que constitui a existência do quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa possui múltiplos fatores. Dos quais, optou-se aqui, por focar nas “trajetórias dos núcleos familiares” para entender os processos étnicos, mediante ao percurso histórico e social deste quilombo amazônico.

Considerações Finais

Segundo Barth, a etnicidade de um grupo étnico é resultante da atribuição exercida pelos próprios indivíduos, que se reconhecem como pertencentes ao grupo étnico, social e cultural, refletindo nos modos de vida e costumes por estes praticados (BARTH, 1998). Para tanto, a presente dissertação é o resultado do trabalho de pesquisa de mestrado vinculada ao curso de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Havendo pesquisa e leitura bibliográfica intensa sobre a temática quilombola, esta é agregada a observação participante na comunidade, ao participar de reuniões e eventos comunitários, conversas informais, entrevistas orientadas, coletas de narrativas em especial dos mais velhos (SORIANO, 2004 p.145-153).

A análise empírica se desenvolveu por meio de observação e conexão de dados históricos registrados em literatura acadêmica e histórica sobre a temática, no encaixe com os depoimentos dos sujeitos e objeto de pesquisa (MARTINEAU, 2021). Ao observar “a uma territorialidade específica entendo que os agentes sociais elaboram representações do território histórico destacadas no processo histórico e nas narrativas do grupo social.” (ALMEIDA; (Orgs), 2010 p.212). Nos dois últimos anos realizei visitas a famílias da comunidade, empenhando-me na elucidação de como se deu a origem deste quilombo (SCJ) no Lago de Serpa, entender os motivos envolvidos no conflito fundiário existente no território. Desta forma,

“Como objetivo o das ciências sociais é pensar a realidade social e compreendê-la profundamente, é fundamental lançar mão de mecanismos técnicos que permitam tal análise. Não se pode pensar a realidade social, interpretá-la ou sugerir qualquer alteração a não ser por meio de conceitos. Weber nos adverte que os conceitos não são cópias da realidade, mas são eles que nos permitem ordenar a realidade do pensamento de modo válido. (TOMAZETTE, 2008 p.16)

Para tanto, nesta análise utiliza-se de bibliografia especializada que acessa conceitos e categorias sociais, de modo que, as relações discursivas, os conceitos, objeto e sujeito de estudo possam ser acessados e abordados no discurso. As quais, “determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los,

analisá-los, classificá-los, explicá-los etc.” (FOUCAULT, 2008 p.51). Na compreensão dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, como no caso quilombos, identidade étnica e territorialidade (O'DWYER, 2002). Fazendo uso de métodos de pesquisa na desconstrução e reconstrução do objeto de pesquisa, no entendimento de que,

“A construção do objeto da pesquisa sociológica passa pelas operações de desconstrução e reconstrução. Desconstrução do objeto tal qual ele se apresenta no sistema de representações comuns e sua reconstrução a partir da teoria sociológica que vai permitir ao pesquisador formular suas hipóteses, estabelecer variáveis e indicadores tendo em vista a sua verificação.” (LANG, 2001 p.35)

Nesse sentido, esta pesquisadora que vos escreve pode expressar que passou pelo processo de desconstrução e reconstrução do objeto de estudo, para que fosse possível assimilar as dimensões do objeto e sujeitos aqui estudados. Em vista disso, é relevante salientar que o objeto de pesquisa não se esgotou, mas pelo contrário mostra-se dinâmico e abundante em perspectivas para posteriores pesquisas. Neste momento, confesso admiração e deslumbre no quão valioso é o território amazônico, que tem recebido inúmeros personagens, como os negros africanos, ex-escravizados que nesta região também formaram quilombos, que contribuíram e continuam ativamente fazendo história e resistindo.

Por tanto, ao dedicar-me no estudo profundo dos Processos Identitários do Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa do Município de Itacoatiara no Amazonas, com foco nas trajetórias dos núcleos familiares e seus desdobramentos, foi possível compreender o quanto essas famílias são importantes para a preservação deste território. Pois estas unidades familiares são guardiãs destas terras, se preocupam, zelam e protegem o Lago de Serpa, de pretensos invasores que intentam usurpar os recursos naturais e humanos deste território. Para tanto, dedico este trabalho de pesquisa a essas famílias que já por gerações, permanecem nesta localidade, estas que resistem como guardiãs do território do Lago de Serpa.

Em vista disso, os trabalhos de pesquisa sobre a temática de comunidades afrodescendentes na região amazônica, em especial no estado Amazonas, são de real importância ao desvelar a presença negra na Amazônia.

Pois, segundo Ribeiro e De Almeida no “o Amazonas também é preto” (RIBEIRO; DE ALMEIDA, 2025 p.299), de modo que,

“O reconhecimento de comunidades afrodescendentes no Estado no Amazonas é um processo de profundo impacto para o entendimento da formação sociocultural amazônica, pois, reconhecer a relevância da cultura negra na região contribui para que os próprios povos amazônicos assim como demais grupos e sociedades conheçam uma história que ainda não era evidenciada entre as que compõem a trajetória da complexa região amazônica. O estudo da cultura negra na região é de suma importância para o conhecimento da Amazônia multiétnica que contemporaneamente é conhecida e evidenciada, mas ainda estudada com poucos olhares para a contribuição negra.” (GOMES, 2021 p.117)

Segundo Gomes, o reconhecimento das comunidades afrodescendentes no Estados do Amazonas, mostra-se relevante sendo necessário mais estudos profundos sobre esse tema. Nesse sentido, como resultado da contínua busca de conhecimento sobre este objeto de estudo, compreende-se que essa investigação se mostrou relevante no processo elucidativo de compreensão da formação e constituição da identidade étnica do quilombo (SCJ) do lago de Serpa. Para tanto, foi realizada uma análise semântica do processo de ressemantização do conceito **Quilombo** e sua aplicabilidade (BARDIN, 2016). Enfatizando a relevância da experiência consciente e intencionalidade dos indivíduos, na busca da interpretação, no entendimento do mundo e vida desses personagens, ao considerar os aspectos específicos desta comunidade. Na assimilação da estrutura fenomenológica da realidade social, analisando a experiência consciente dos sujeitos (SCHÜTZ, 2018).

Por tanto, esta pesquisa e dissertação aqui apresentada colaboraram para a construção do conhecimento científico, e por conseguinte habilitando a adequada interpretação das informações coletadas, constituintes da história e memória locais, envolvidos nos aspectos formativos deste quilombo afro amazonense. Dessa forma, concluo que esta pesquisa é oportuna, no preenchimento de lacunas históricas e sociais, digna de complementar as páginas da história, cultura e memória amazônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Tenner Inauhiny. Nascidos no grêmio da sociedade? Negros, índios e tapuias no mundo do trabalho na província do Amazonas (1850-1889). *Revista TransVersos*, v. 1, n. 1, p. 97-113, 2014.

AGANI, Lébiní Bossêdé Honorine; ALMEIDA, Sílvia Sousa. Acarajé como símbolo de resistência cultural: narrativas sobre o modo de saber fazer e servir. **RELACultRevista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 11, n. 1, 2025.

ANJOS, Eliene et al. As demandas das associações comunitárias que contribuem para o desenvolvimento rural. **Colóquio-revista do desenvolvimento regional**, v. 15, n. 2, p. 59-76, 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: Frechal: terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN – PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs)...[et al]. Territórios quilombolas e conflitos: Projeto Nova Cartografia Social da Social Amazônia / UEA Edições, Manaus, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Territórios Quilombolas e Conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. 349 p. (Cadernos de Debates Nova Cartografia Social, v. 01, n. 02). ISBN 978-85-7883-147-9.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed. Manaus: PPGSCA–UFAM, 2008. 192 p. ISBN 97885-7401-402-9.

ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno de (Orgs) [et al] Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições. Manaus, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. Territórios quilombolas e conflitos. Cep, v. 69, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos e novas etnias. Manaus: UEA Edições, 2011. 196 p.

ANJOS, R. S. A. dos. Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. Questão social no novo milênio. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004.

ARCO, DEL et al. Reflexões sobre construção de fronteiras sociais e étnicas: levantamentos etnográficos e estudos de caso no contexto regional do Baixo Amazonas, Santarém-PA. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, Registro das Correspondências da Secretaria da província do Amazonas para o Ministério do Império. Manuscrito (Cópia), 1855. N. 36, 27 de abril de 1860.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Relação nominal dos africanos livres constantes na província do Amazonas (Manuscrito), 27 de julho de 1864, Série Justiça, IJ6 469.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. Raça: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, pp. 315350. ISBN 978-85-232-1225 4. Available from SciELO Books, 2008.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas**. São Paulo: Editora Itatiaia, 1980.

AVÉ-LELLAMENT, Robert. Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859: Primeiro Volume. Traduzido por Eduardo de Lima Castro. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro. 1961.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. Revista Katálisis, v. 25, n. 2, p. 212-221, 2022.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARTH, Fredrik; STREIFF-FENART, Jocelyne; POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade. Unesp, 1998

BATES, Henry Bates. O NATURALISTA NO RIO AMAZONAS. tradução: Prof. Dr. Candido de Mello Leitão. Vol. V. Companhia editora nacional. São Paulo, 1944.

BAZE, Abraihim. **Escravidão - O Amazonas e a Maçonaria Edificaram a História**. Manaus: Editora travessia, 2001.

BENCHIMOL, SAMUEL. Amazônia – Formação social e cultural. 4ª edição. Manaus: Editora Valer, 2021.

BEDESCHI, Luciana. Cidadania quilombola. 2008.

BERGAMASCHI, Igor Felipe; NASCIMENTO, Alexandre. O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS. **Revista de Comunicação Científica**, v. 5, n. 18, p. 85-96, 2025.
 BINDÁ LEITE, Cynthia Maria. Quilombo de Itacoatiara-Am.: Um estudo de caso na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo (2017-2021). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2021.

BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro. Álbum do Amazonas (Indicador Ilustrado). Manaus: Courrier & Billiter, 1910, p.334.

BRAGA, Dilma Barros. **A (re)produção do espaço urbano: os bairros Iraci e Prainha-Itacoatiara-AM**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 68.

BRITO, Roberta Kelly Lima. Trabalho e Imigração no Amazonas Provincial: trajetórias dos núcleos coloniais da Companhia de Navegação e Comércio (1854-1857). 2012.

BRITO, Roberta Kelly Lima de. Vapores de Mauá: a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871). Manaus, 2018.

CALDEIRA, Jorge. MAUÁ: Empresário do Império: Companhia de Letras – São Paulo. 1995.

CAMPOS, Daniel Ferreira. Percepções ambientais sobre a madeira: usos e significados no polo madeireiro de Itacoatiara-AM. 2013.

CLEMENTINO, Manoel Marcos de Moura. **REVISTA ETNIAS: educação e cultura Afro-Amazônica**. Organizado por Manoel de Moura Clementino (Marcos Moura). Parintins: Gráfica e Editora João XXIII, 2021.

CLEMENTE, Fabiane Aparecida Santos; INHUMA, Yana Gomes.? NA SI QUILOMBO: FRAGMENTOS HISTÓRICOS DO “QUILOMBO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO LAGO DO SERPA” DE ITACOATIARA AMAZONAS... In: Anais do Colóquio Latino-americano sobre Insurgências Decoloniais, Psicologia e os Povos Tradicionais. Anais...Sobral (CE) Faculdade Luciano Feijão, 2021. Disponível em:[https://www.even3.com.br/anais/colóquiopovostradicionais/361568-NA-SI-\[QUILOMBO--FRAGMENTOS-HISTORICOS-DO-QUILOMBO-SAGRADO-CORACAO-DE-JESUS-DO-LAGO-DO-SERPA-DE-ITACOATIARA-AMA](https://www.even3.com.br/anais/colóquiopovostradicionais/361568-NA-SI-[QUILOMBO--FRAGMENTOS-HISTORICOS-DO-QUILOMBO-SAGRADO-CORACAO-DE-JESUS-DO-LAGO-DO-SERPA-DE-ITACOATIARA-AMA). Acesso em: 15/06/2025.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Escravos nos Anúncios**: compra, venda e aluguel de cativos em Manaus, 2014.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. Por todos os cantos da cidade: escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884). 2016.

COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de. Negros do Norte de Minas: Direitos, Conflitos, Exclusão e Criminalização de Quilombos. Belo Horizonte: Autêntica / CEDEFES, 2008.

CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2004.

COSTA BRITO, Ênio José. O primeiro grande movimento social brasileiro: a campanha abolicionista (1868-1888). **Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 15, n. 47, p. 1056-1073, 2017.

DA SILVA, Simone Rezende; DO NASCIMENTO, Lisangela Kati. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos Cedem (Cessada)**, v. 3, n. 1, p. 24-28, 2012.

DA SILVA JUNIOR, Juarez Clementino. PRESENÇA NEGRA NO ESTADO DO AMAZONAS: a contribuição dos arquivos do TJAM. LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades, v. 4, n. 2, p. 409-427, 2020.

DO NASCIMENTO, Júlia. Personagens esquecidos: a presença negra nos relatos de viagem na Amazônia oitocentista. 2012.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. In: Durkheim – Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DURKHEIM, Émile. **A ciência social e a ação**. Tradução de Inês Duarte Ferreira.: DIFEL – Difusão Editorial S.A., São Paulo, 1975.

FABRICIO, Matheus Di Felippo; SP, Centro Universitário Adventista. O impacto da lei 851 de 04 de setembro de 1850: Lei eusébio de queiroz e a consequência para alforrias em províncias de são paulo, minas gerais e rio grande do sul. E-Civitas, v. 14, n. 1, p. 99-139, 2021.

FERREIRA, FCM; BANANEIRA, M. M. Sistema de Produção de Carvão Vegetal em uma área rural no Lago de Serpa, Município de Itacoatiara. **CD DE RESUMOS**, 2008.

FOUCAULT, Michel, As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos)

FOUCAULT, Michel 1926-1984. Arqueologia do Saber. Tradução Luíz Felipe Baeta Neves. 7ª edição Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2008.

GAUDIO, Eduarda Souza. Resenha do livro “O que é racismo estrutural?” de Silvio Almeida. Humanidades & Inovação, v. 6, n. 4, p. 213-217, 2019.

GOMES, Jéssica Dayse Matos; Costa, Renilda Aparecida. Negros no Amazonas: constituição de identidade étnico-racial e ação afirmativa. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 13, n. Ed. Especi, p. 103-119, 2021.

GOMES, Flávio. “No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. **História Unisinos**, v. 10, n. 3, p. 281-292, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Preconceito racial: modos, temas e tempos. Cortez Editora, 2017.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro. Revista do Departamento de História, v. 6, p. 15-45, 1988.

GRINBERG, Keila. Escravidão e cidadania no Brasil. Educação e Relações Raciais, p. 135, 2016.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. Comércio de almas & Política Externa - A diretriz Atlântico – Africana da diplomacia imperial brasileira 1822-1856. Londrina, 2011.

GOMES, Jéssica Dayse Matos. Mocambos na Amazônia: História e identidade étnicoracial do Arari, Parintins/Amazonas. 2017.

HAZEU, Marcel Theodoor; GONÇALVES, Marcela Vecchione; DA COSTA, Solange Maria Gayoso. Mobilidade do capital e estratégias de acumulação capitalista na Amazônia e Cerrado brasileiros. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 433-455, 2020.

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/concluido-o-relatorio-tecnico-decomunidade-quilombola-em-itacoatiara-am>, Acesso em 09/03/2026

<https://www.geledes.org.br/descendentes-de-escravos-no-amazonas-conseguem-titulo-de-remanescentes-de-quilombo/>

<https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/> **O Brasil Quilombola | IBGE**. acesso em 11/03/2026.

<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=1301902&tema=3>. **Panorama do Censo 2022**. acesso em 11/03/2026

JOHN, Vinicius. Versões e controvérsias sobre a criação de duas áreas protegidas no Amazonas. 2018.

JÚNIOR, EDAF. Quilombos na Amazônia: um esboço preliminar do estudo de “Comunidades de Pretos” no Complexo Madeira. **I Encontro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas; II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens**, 2007.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 8-23, 2005.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo, org. Desafios da pesquisa em Ciências. CERU. São Paulo, 2001

LEAL, Davi Avelino. Apresentação-Fronteiras étnicas e conflitos sociais no Rio Madeira. **Revista Canoa do Tempo**, v. 13, p. 1-4, 2021.

LISBOA, K. M. F. S.; SANTOS, T. S. de S. Educação Etnicorracial e o Carimbó :

Identidade e Resistência na Amazônia . Revista Científica FESA, [S. l.], v. 3, n. 13, p. 140–159, 2025. DOI: 10.56069/2676-0428.2024.561. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/561>. Acesso em: 5 abr. 2026.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus, 1978.

MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2017.

MARTINEAU, Harriet. Como observar: morais e costumes; tradução Fernanda Henrique Cupertino Alcântara. 1ª ed. Governador Valadares, 2021.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003

MELO. Patrícia Alves (organizadora). O fim do silêncio: presença negra na Amazônia – 2. ed.– Curitiba: CRV, 2021. 272 p. (Coleção PPGH, v. 5)

MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada. Os africanos e as relações de trabalho na, 2005.

MORICONI, Lucimara Valdambrini. Pertencimento e identidade. **Campinas, SP:[sn]**, 2014.

MWEWA, Muleka; VAZ, Alexandre Fernandez. Educação do corpo em manifestação cultural afro-brasileira: o jogo de capoeira no contexto da

indústria cultural. In: **VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. 2004.

NASCIMENTO FIGUEIREDO, Aguinaldo. História do Amazonas. Manaus: 22.Ed. Editora Valer, 2011.

O'DWYER, Eliane Cantuário, organizadora. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Co-edição: Associação Brasileira de Antropologia. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. A kipá e o cocar: a rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara. 2019.

OLIVEIRA, Patricia Torme de; MATA, Betânia de Assis Reis. A (a) identidade (s) em comunidades remanescentes de quilombos e mocambos no estado do Amazonas. XVII enecult. Salvador, 2021.

OLIVEIRA, Anátalia Daiane de; et al. Capitalismo, território e conflitos: a resistência dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. **PerCursos**, v. 19, n. 40, p. 186-220, 2018.

PAUGAM, Serge. Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada. **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 128-160, 2017.

PEREIRA, Laura Belém. Quilombolas no Amazonas (Brasil): histórias de lutas e reconhecimento. **Revista Educação e Humanidades**, v. 4, n. 2, p. 330-345, 2023.

PERES, Sidnei. Antropologia dos laudos é uma ciência que perturba? Atuação profissional e debate público sobre terras indígenas no Brasil. **Revista Trama de la Asociación Uruguaya de Antropología Social y Cultural**. 12, 2021: p. 45-54.

PRELAZIA DE ITACOATIARA: Certidão de Batismo do adulto PAULO, Africano Livre, batizado solenemente pelo Padre Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque, tendo como padrinho, Manoel José de Oliveira. Vila de Serpa: Cúria Prelática, livro nº. 04, folha 17-v nº de ordem 124, 20 de junho de 1857.

PRICE, Richard. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. *Afro-Ásia*, n. 23, p. 0, 1999.

POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Philippe Poutignat ,Jocelyne Streiff-Fenart; tradução Elcio Fernandes. Fundação Editora da UNESP. São Paulo, 1998.

[Processos centenários do TJAM envolvendo “africanos livres” vão receber o selo “Memória do Mundo”, da Unesco - TJAM](#) ACESSO: em 11 de jan.de 2025.

QUEIROZ, Cesar Augusto B. (org.). **Historiografia amazonense em perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A Amazônia e a “utopia autoritária”: Integração, ocupação e exploração ontem e hoje. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 48, n. 1, 2022.

QUINTANEIRO, Tania et al. Émile Durkheim. **QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, MLO; OLIVEIRA, MG Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG**, 1995.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. Uma colônia chamada Itacoatiara. Início do bairro da Colônia. Valer, 2012

RIBEIRO, Edicleuza Costa; DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. O AMAZONAS TAMBÉM É PRETO: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A EMERGÊNCIA DOS QUILOMBOS NO ESTADO DO AMAZONAS. **Conexões**, v. 13, n. 2, p. 288-303. Belém, 2025.

RODRIGUES, Bruno de Oliveira. A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO QUILOMBOLA: CONFIGURAÇÃO MECANISMOS DA PRODUÇÃO DO SENTIDO JURÍDICO. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP <https://periodicos.unifap.br/pracs/> ISSN 1984-4352 | Macapá, v.17, n.2, p.121-154, 2024.

ROSA, Vinícius Alves da. A Comunidade do Barranco de São Benedito em Manaus: Processos para o reconhecimento do território quilombola. Manaus 2018.

SANTOS, Maria Jose; VIEIRA, Jaci Guilherme. Barão de Mauá e os interesses nacionais e internacionais nas terras da fronteira da Amazônia na segunda metade do século XIX. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, v. 14, n. 1, p. 61-75, 2022.

SCHÜTZ, Alfred, 1899-1959. A construção significativa do mundo social: uma introdução à sociologia compreensiva; tradução de Tomas da Costa. Petrópolis, RJ; Vozes, 2018.

SENA, Adriana Cantuária de Oliveira et al. Ações afirmativas e educação Quilombola: uma reflexão crítica sobre a invisibilidade da educação infantil. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 8, p. e16957-e16957, 2025.

SILVA, Francisco Gomes da. Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara. Gráfica Ziló, 2018.

SILVA, Sandra Cavalcante; DIAS-SCOPEL, Raquel; SCHWEICKARDT, Júlio. Gestação e parto em uma comunidade rural amazônica: reflexões sobre o papel da parteira tradicional. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190030, 2020.

SILVA NETO, Nirson Medeiros. Justiça restaurativa e (m) conflitos étnico-raciais: estudo em torno de um quilombo na Amazônia brasileira. Editora Dialética, 2022.

SOARES, Rai; ALVES, Hayda; MONTEIRO, Jéssica et al. (org.) Educação escolar quilombola: perspectivas antirracistas e práticas emancipatórias: guia pedagógico nº 3. Quissamã: Revista África e Africanidades, 2025. 244p.

SOUZA, Márcio. História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Editora Record, 201

SILVA, Francisco Gomes da. Pedro Gomes Meu Pai, um memorial de família. Gráfica Lorena Ltda., Manaus, 2006.

SILVA, Francisco Gomes da, 1945. Fundação de Itacoatiara (1º Volume da Trilogia Itacoatiara 330 Anos) Editora Cultural da Amazônia Ltda. Manaus, 2013.

SILVA, Francisco Gomes da. Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara. Gráfica Ziló. Manaus, 2018.

SILVA JUNIOR, Juarez Clementino da. PRESENÇA NEGRA NO ESTADO DO AMAZONAS: a contribuição dos arquivos do TJAM. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, v. 4, n. 2, p. 409-427, 2020.

SIQUEIRA, João; GONÇALVES, Maria Ronízia Pereira. *Relatório antropológico da Comunidade Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa*. Manaus: s.n., 2024.

SPÍNDOLA, Henriqueta Barbosa. Itacoatiara – seus bairros, sua história, sua vida. Itacoatiara: Silvane,

SORIANO, Rojas Raúl. Manual de pesquisa social. Tradução de Ricardo Resenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Valer. Manaus, 2009.

SOUZA, Márcio. História da Amazônia: período pré-colombiano aos desafios do século XXI. 4ª edição. – Rio de Janeiro: Record, 2023.

TRINDADE, Gildemar Da Paixão; DOS SANTOS, Gilberto Vieira. HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E OS QUILOMBOS: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA COMO PARTE DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA. **Revista Saberes da Amazônia**, v. 8, n. 14, 2023.

TOMAZETTE, Marlon. A contribuição metodológica de Max Weber para a pesquisa em ciências sociais. **Universitas Jus (encerrada)**, v. 1, 2008.

WEDDERBURN, Carlos Moore. O racismo através da história: da antiguidade à modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Pesquisa acadêmica. Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: pt.wikipedia.org. Acesso em: 20 fev. 2026.

ANEXOS:**TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE FALA E IMAGEM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ**

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 11 de outubro de 2025, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 11 de outubro de 2025.

Assinatura do(a) Autorizante:

Assinatura do(a) Pesquisador(a):



Documento assinado digitalmente

SILVANO L. MORAES

Data: 20/07/2025 21:40:27-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 20 de dezembro de 2025, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 20 de dezembro de 2025.

Assinatura do(a) Autorizante: Silvia Meilo Moraes

Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____



Documento assinado digitalmente
SILVIA MEILO MORAES
 Data: 20/07/2026 21:47:47-0300
 Verifique em <https://silkdr.16.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 09 de março de 2025, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 09 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
FRANCISCO DOMES DA SILVA
 Data: 18/07/2025 12:51:49-0300
 Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Assinatura do(a) Autorizante: _____

Documento assinado digitalmente
SILVIA MELO MORAES
 Data: 25/07/2025 21:47:47-0300
 Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

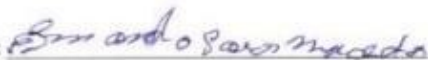
Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 15 de novembro de 2025, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 15 de novembro de 2025.

Assinatura do(a) Autorizante: 

Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____



Documento assinado digitalmente

SILVIA MELO MORAES

Data: 20/07/2026 21:53:56-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 25 de outubro de 2025, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 25 de outubro de 2025.

Assinatura do(a) Autorizante: Silvia Meilo Moraes

Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____

gov.br Documento assinado digitalmente
SILVIA MEILO MORAES
 Data: 20/07/2026 21:53:56-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 22 de dezembro de 2025, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 22 de dezembro de 2025.

Assinatura do(a) Autorizante: Maria do Rosário de M. Moraes

Assinatura do(a) Pesquisador(a):  **SILVIA MELO MORAES**
Documento assinado digitalmente
 Data: 23/01/2026 21:58:43-0300
 Verifique em <https://validar.jt.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 07 de dezembro de 2025, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 07 de dezembro de 2025.

Assinatura do(a) Autorizante: *Maria Juliana Maciel do Nascimento*

Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____



Documento assinado digitalmente

SILVIA MELO MORAES

Data: 20/11/2025 22:58:43 -0300

Verifique em <https://validar.jti.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 07 de dezembro de 2025, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 07 de dezembro de 2025.

Assinatura do(a) Autorizante: *João Carlos Sabino Norberto*

Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____



Documento assinado digitalmente

SILVANA LOPES MORAES

Data: 20/01/2025 22:01:40 -0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 30 de novembro de 2025, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 30 de novembro de 2025.

Assinatura do(a) Autorizante: *Alphete do Socorro m. de Vasconcelos Rodrigues*

Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____



Documento assinado digitalmente
SILVANOLO MORAES
 Data: 20/01/2025 22:01:40 -0100
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 25 de março de 2026, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 25 de março de 2026.

Assinatura do(a) Autorizante: _____

Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____



Documento assinado digitalmente

SÉLIA MELO MORAES

Data: 20/07/2026 22:04:08-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia -
PPGSCA



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Autorizo a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, suas Unidades, pesquisadores e colaboradores, a utilizarem a minha imagem, voz e nome em todo e qualquer material produzido, entre vídeos, fotografias, áudios e demais registros, capturados em 30 de março de 2026, durante a realização de entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

A presente autorização é concedida a título gratuito, definitivo e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo o território nacional e no exterior, em todas as formas de divulgação, especialmente em:

- Publicações acadêmicas impressas e digitais;
- Apresentações em congressos, seminários e eventos científicos;
- Repositórios institucionais e plataformas de ensino/pesquisa;
- Registros audiovisuais vinculados à pesquisa.

Declaro que a presente autorização é firmada de livre e espontânea vontade, sem qualquer ônus para a Universidade Federal do Amazonas, não sendo devido qualquer tipo de remuneração ou ressarcimento.

Itacoatiara, 30 de março de 2026.

Assinatura do(a) Autorizante: Murilaine Oliveira Ribeiro

Assinatura do(a) Pesquisador(a): _____



Documento assinado digitalmente

SILVIA MELO MORAES

Data: 20/07/2026 22:04:06 -0300

Verifique em <https://validar.jti.gov.br>



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
SCRN 702/703 – Bloco B, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.720-620
Telefone: (61) 3424-0100 - <http://www.palmares.gov.br>

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

2ª VIA

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção n.º 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação n.º 01420.009341/2014-76 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO LAGO DE SERPA**, localizada no município de Itacoatiara/AM, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 16, Registro n.º 2.172, fl.191, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, fl. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Valéria C. G. Monteiro**, Diretora Substituta do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí.

O referido é verdade e dou fé.

Marco Antonio Evangelista da Silva
Presidente
Fundação Cultural Palmares



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Cunha G. Monteiro, Diretor(a), Substituto(a)**, em 23/05/2022, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



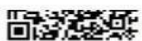
Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Evangelista, Presidente, Substituto**, em 15/07/2022, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.palmares.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o

Certidão de Autodefinição - 2ª Via COPAB 0179838

SEI 01420.009341/2014-76 / pg. 1



código verificador **0179838** e o código CRC **5957D2D6**.

DOCUMENTO DE AUTODEFINIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO LAGO DE SERPA)

08/08/2019

Receita Federal do Brasil

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.343.327/0001-85 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 02/08/2017	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA QUILOMBOLA DO SAGRADO CORACAO DE JESUS DO LAGO DE SERPA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV AM 010, COMUNIDADE SAGRADO CORACAO DE JESUS, LAGO SERPA		NÚMERO SN	COMPLEMENTO KM 09
CEP 69.100-970	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO ITACOATIARA	UF AM
ENDEREÇO ELETRÔNICO ESCRITORIOCONTA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (92) 3521-1235	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/08/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/08/2019 às 11:02:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

(Documento do CNPJ da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR-MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS (SR/15-AM)
SERVIÇO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS (SR-AM/Q)



RELAÇÃO DE OCUPANTES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO LAGO DE SERPA

Nº	Titular 01	CPF 01	Titular 02	CPF 02
1	Adolfo Melo do Nascimento	021.139.412-28	-	-
2	Adriana dos Santos de Melo	808.812.462-04	Acácio dos Santos Castro	441.705.212-34
3	Adriele de Castro de Melo	028.684.792-27	Igor Rodrigues da Silva	016.421.552-25
4	Alan Soares do Nascimento	027.329.592-60	-	-
5	Alba Celia Barros de Macedo	407.062.062-15	Luiz Castro da Silva	337.579.762-15
6	Aldryr Marcks Freitas de Souza	037.098.482-02	-	-
7	Alexsander Nascimento da Silva	023.085.442-79	Edvana Matos da Fonseca	002.100.432-37
8	Ana Célia da Conceição Dias do Nascimento	344.002.812-72	Valcimar Negreiros da Silva	405.649.322-72
9	Anderlane Nascimento de Oliveira	028.319.242-94	-	-
10	Andria do Nascimento Viera	010.280.072-30	-	-
11	Antimara Cruz da Encarnação	774.375.192-91	Paulo Roberto Gonçalves de Melo	597.517.462-72
12	Camila da Silva Leal	028.836.702-26	Jonys Pereira Leal	797.366.882-91
13	Carlaine Batista dos Anjos	016.066.102-10	André Cabral Gonçalves	018.382.492-06
14	Carlos Eduardo Santana da Silva	028.859.672-26	-	-
15	Carlos Jose Barros de Macedo	404.372.052-15	-	-
16	Celia Regina Barros de Macedo	342.487.652-68	Mario Pedro Castro da Silva	240.538.132-04
17	Celio Roberto Soares do Nascimento	676.207.792-72	-	-
18	César Emanuel Melo do Nascimento	034.235.592-92	-	-
19	Christiane Gonçalves da Silva	055.363.232-96	-	-
20	Claudio Gabriel Santana da Silva	028.859.812-10	-	-
21	Cleucijane dos Santos de Melo	521.882.482-87	Maria Dalila dos Santos Castro	813.396.582-91
22	Creuza Cabral Marques	030.256.462-41	-	-
23	Daiany Cabral de Melo	031.219.632-60	-	-
24	Daniela Barbosa	020.897.312-57	Edenilton dos Santos de Melo	892.224.152-72
25	Darlíam Pereira Rolim	011.685.752-81	-	-
26	Darlíam Castro de Melo	028.603.062-42	-	-
27	Deislane Rolim Marques	021.996.472-69	-	-
28	Deucizete Pessoa dos Remédios	777.708.542-53	José Wanderley Fernandes de Aguiar	436.172.552-72
29	Edilene Marques do Nascimento Gadelha	015.708.242-31	-	-
30	Edileno Gomes Leal	014.654.992-96	-	-
31	Edna Barros de Macêdo	615.797.262-91	Mario Jorge Souza Santana	405.577.152-53
32	Edson dos Santos	077.916.402-44	-	-
33	Eli Raimunda Soares de Melo	028.296.152-63	-	-
34	Elieilson da Silva Macedo	067.771.022-48	-	-
35	Elieiza da Silva Macêdo	702.360.402-27	-	-
36	Eliete Barros de Macedo	615.802.792-87	Luciano Soares de Souza	703.282.202-99
37	Elissandro dos Santos de Melo	003.987.492-30	Cristina Cruz de Menezes	021.775.002-81
38	Elivalda Barros de Macedo de Souza	905.918.012-72	Elson Jesus de Souza	521.191.572-00
39	Elivanda de Macedo Magalhães	867.673.132-20	Altair Magalhães Araújo	710.969.492-53
40	Erica Regina da Silva Braga	703.300.662-42	-	-
41	Erick Patrick Macedo da Silva	030.398.172-56	-	-
42	Ermado Jose Barros de Macedo	662.302.252-04	-	-
43	Ermado Soares Macedo	111.745.872-53	-	-
44	Esmael Ferreira de Souza	006.551.702-43	-	-
45	Fabiola do Nascimento Cabral	703.465.622-36	-	-
46	Fernanda de Macedo Chaves	033.135.542-61	-	-
47	Franciel Lima Ribeiro	016.467.752-60	-	-
48	Francilene Soares de Melo	028.296.292-13	-	-
49	Francisca Rolim Marques	239.846.602-78	-	-
50	Francisco de Assis Soares de Macedo	202.160.332-68	-	-
51	Gedeao Macedo Santana	703.470.122-99	-	-
52	Geovana Cristina Rodrigues da Silva	041.374.582-19	Mathias Geraldo da Silva	785.373.712-20
53	Helena Clarindo Cabral	952.523.122-49	-	-
54	Hortencia Costa de Melo	027.941.052-21	Pedro Coelho do Nascimento	019.998.282-16
55	Ingrides Suellem Melo Lucas	021.579.052-94	Menaiber Oliveira Lucena	-
56	Iolanda Palmeira Campos do Nascimento	202.630.582-04	Antônio Rubens do Nascimento	071.764.063-91
57	Irlan Soares do Nascimento	703.464.012-24	-	-
58	Jakeline de Souza Santana	418.279.292-00	-	-
59	Janete dos Santos de Melo	817.487.792-49	Cesário José Coelho do Nascimento	520.681.022-34
60	Jedeani de Macedo Santana	703.470.202-08	Frank Roberto dos Santos Moreira	703.318.452-29
61	Jefferson Jose Lima Ribeiro	934.789.682-91	Marlucia Oliveira Ribeiro	002.850.712-62
62	Jeiderson Jaiderson Lima Ribeiro	007.429.432-67	-	-
63	Jéssica de Souza Oliveira	022.434.192-89	Evaldo George Maciel dos Santos	273.305.592-53
64	Jessica Gonçalves da Silva	020.111.292-22	-	-
65	João Paulo Ferreira Trovão	001.844.682-56	-	-
66	Joel Pereira Rolim	079.229.502-17	-	-
67	Joelson Macedo Santana	703.470.102-45	-	-
68	Jonei Freitas Santana	042.873.932-60	Sharlene Cardoso Evangelista	035.063.032-10
69	Jonicy Pereira Rolim	829.899.152-49	-	-
70	Jorge Gonçalves de Melo Junio	987.667.832-91	-	-
71	Jorge Santana Costa	031.387.522-76	Camila Azevedo de Oliveira	067.828.932-82

72	Jose Raimundo Maia Ribeiro	050.001.302-00	Wilma Lima Ribeiro	111.779.852-68
73	Laynara Nascimento Terço	016.185.242-40	Asafe Willian Borges da Silva	061.767.432-90
74	Leandro do Nascimento Vieira	002.836.802-96	-	-
75	Liclene Soares do Nascimento	798.697.002-25	Francismar dos Santos de Melo	643.594.412-15
76	Liliane do Nascimento Vieira	014.347.592-45	-	-
77	Lindson da Silva Braga	073.474.702-00	-	-
78	Luciana dos Santos de Melo	892.224.232-91	-	-
79	Luciana Melo Moraes Gama	008.962.022-40	Aldeir Saraiva Gama	996.303.542-68
80	Luciana Soares do Nascimento	856.600.432-91	Madison Maia Trovão	592.936.912-72
81	Luciene do Nascimento de Melo	028.631.132-16	-	-
82	Luiz Carlos de Macedo da Silva	017.131.042-02	Derlane Marques Rocha de Macedo	009.252.752-39
83	Luziete Maria de Souza Santana	895.194.262-72	-	-
84	Magaly Pereira Rolim	939.262.512-04	-	-
85	Mara Lucia Barros Monteiro	005.395.732-64	Franciano Lima Monteiro	942.421.192-91
86	Marcelino Nascimento Terço	016.185.312-98	-	-
87	Marta Auzier de Moraes	704.811.572-63	Elieú da Silva Macedo	038.211.182-61
88	Maria da Conceição Oliveira Fraga	599.837.792-34	-	-
89	Maria da Luz do Nascimento Raposo	182.666.222-72	-	-
90	Maria das Graças dos Santos de Melo	792.826.442-00	Sebastião Gonçalves de Melo	274.842.972-91
91	Maria de Jesus Vieira Marinho	965.298.812-04	Humberto Clarindo Cabral	239.273.302-30
92	Maria de Lourdes Cardoso do Nascimento	099.575.882-49	Francisco Helio Dias do Nascimento	182.580.772-87
93	Maria do Rosário de Melo Moraes	435.628.412-72	-	-
94	Maria do Socorro Soares Nascimento	016.291.042-80	-	-
95	Maria Eliana do Nascimento Vieira	583.636.022-72	Normando Martins Vieira	161.534.562-00
96	Maria Jadiane Ribeiro de Souza	823.530.692-15	Junior César Silva de Souza	599.329.452-34
97	Maria Júlia Macedo do Nascimento	579.008.982-72	Laurenço Sabino do Nascimento	118.904.952-04
98	Maria Leidiane Soares do Nascimento	022.207.552-07	-	-
99	Maria Luiza Braga da Silva	010.611.872-25	Aldemir Ribeiro Alves	336.043.472-20
100	Maricella Ruth Macedo da Silva	061.233.972-65	-	-
101	Marileni Vasconcelos Barbosa	019.448.012-78	Anderson de Melo Castro	019.939.282-00
102	Marinete Vasconcelos Barbosa	829.901.402-63	Jonison Soares Mutimo	776.892.402-91
103	Mário Sérgio de Souza Santana	579.058.002-53	-	-
104	Mireles Campos de Oliveira	026.657.722-99	-	-
105	Moises Soares do Nascimento	028.296.642-05	Francelane Farias Viana	817.876.002-97
106	Nadson Nascimento da Silva	008.160.402-57	-	-
107	Natalia Ruth Macedo da Silva	058.568.402-24	-	-
108	Neima Cristina Farias de Ramos	445.895.492-04	Elton Viana de Ramos	383.706.462-04
109	Neiva Vasconcelos Barbosa	010.812.062-76	Frank Brito Corval	742.533.012-15
110	Nelcicleia Vasconcelos Barbosa Campelo	863.145.302-10	Edson Gomes Campelo	637.267.182-49
111	Nelis Costa Lima Santana	027.566.912-24	Mario Jose de Souza Santana	677.750.632-20
112	Nunila Pereira da Silva	065.281.472-72	-	-
113	Oricelia da Silva Macedo	048.482.982-37	Debora Vieira Lira	926.604.602-72
114	Ozete Cunha de Melo	119.962.932-49	Maria de Jesus Cunha Costa	229.694.382-91
115	Pamela Estefhane Santana da Silva	028.859.542-48	-	-
116	Paula Jaqueline Encarnação de Melo	028.376.292-60	-	-
117	Paulo Clélio Dias do Nascimento	570.283.622-72	Maria Aparecida Pereira de Araujo	182.637.042-00
118	Raimundo João Rolim Leal	135.817.752-04	Marcia Pereira Rolim	512.681.752-34
119	Raimundo Vilena Marques	037.614.022-44	-	-
120	Raucimara Gonçalves Pantoja Braga	824.449.192-20	Evandro Braga da Silva	346.323.872-15
121	Regina Vilena Marques	037.531.162-97	-	-
122	Renata Marques Vilena	027.707.712-56	-	-
123	Ritche Melo Lucas	015.130.932-90	Elaine Nunes da Silva Lucas	976.014.622-34
124	Rodrigo Costa de Melo	027.941.242-85	-	-
125	Rosa Maria Siqueira de Macedo	284.040.842-20	-	-
126	Rosana Cabral Marques	062.436.442-94	Elton de Souza Silva	014.779.872-82
127	Rosana Pinto Rodrigues	768.712.662-91	Juciclei Pereira Rodrigues	346.300.232-91
128	Ruan da Silva Ramos	062.377.162-46	-	-
129	Sebastiana Soares do Nascimento	782.823.492-91	Valdir Clarindo Cabral	624.451.622-20
130	Sebastiao Melo do Nascimento	117.699.820-00	-	-
131	Silvana Melo Moraes	938.010.092-20	-	-
132	Silvia Melo Moraes	522.819.812-15	-	-
133	Sirange Soares de Souza	003.448.242-33	Samuel Gentil da Silva	677.882.622-34
134	Sônia da Cunha Melo	345.697.742-53	Hidelbrando Mota Lucas Filho	317.513.262-68
135	Tereza Clarindo Cabral	529.976.502-91	-	-
136	Thiago Cardoso do Nascimento	949.720.872-34	Fátima Cristina Carvalho Leal da Silva	011.858.952-05
137	Thoiago Cardoso do Nascimento	002.302.692-81	Polyana Gomes Barros	019.871.142-56
138	Valdete do Socorro Marques do Nascimento Rodrigues	807.862.512-04	Raimundo Nonato da Conceicao Rodrigues	031.338.892-06
139	Valdiane Castro da Silva	923.600.092-49	-	-
140	Valdineia Nascimento Cabral	034.156.612-88	-	-
141	Vera Lucia Barros de Macedo	630.287.782-20	-	-
142	Victoria Pinto Rodrigues	041.374.792-16	-	-
143	Waldemarinha da Silva Macedo	760.518.032-20	Edson Barros de Macedo	572.490.912-04
144	Walter Nogueira da Silva	011.667.632-93	-	-
145	Wheliton Victor da Silva Braga	073.475.222-93	Stephanie Dolzane Nunes	072.044.832-86
146	Leandro de Souza Ferreira	553.437.672-49	-	-
147	Leonardo Macedo de Souza	553.437.322-91	-	-
148	Elian Vasconcelos Barbosa Campelo	051.344.302-92	-	-
149	Raimundo José Marques do Nascimento	201.693.292-91	-	-

(Relação dos ocupantes do Território Quilombola Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa)



Projeto ITANS	Julio César Pereira	Distrito Federal	Brasília
Maracatu Nação Cambinda Estrela	Centro Cultural Cambinda Estrela	Pernambuco	Recife
Cultura da Baixada nas Estradas Brasileiras	Celia Maria Nunes Canterbede	Maranhão	Central do Maranhão
Tributo aos Negros em Central do Maranhão	Associação de Cultura Popular e Recreação de Central Maranhão -ACPRCEMA	Maranhão	Central do Maranhão
Mesa de Ogãs Louisa de Ikedis	Centro Espírita Caridade Eterna	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Fazendo moda, acabando com o preconceito nas escolas	Maria das Graças Almada Viana	Distrito Federal	Brasília
Brique Macumba Solidária	Leila Regina Lopes	Distrito Federal	Brasília
Terreiro de Umbanda	Instituto Aruande	Bahia	Juara
5º Iêe Viva Meu Mestre: A Ancestralidade Transmida pela Oralidade e a Roda da Capoeira	Rivaldo Xavier da Cruz	Mato Grosso	Cuiabá
Da África para o Brasil: Ensinando a arte de dar vida ao barro	Quiteria Bispo dos Santos	Alagoas	Lagoa da Canoa
Projeto Ginguerê	Associação Beneficente Cultural Educacional e Religiosa São João Batista	Alagoas	Maceió
Orquestra de Tambores de Alagoas	Associação Cultural Tambores de Alagoas	Alagoas	Maceió
Nossa Terra Cultural	Associação de Cultura Popular Mestre Pedro Teixeira da Chi-Preta	Alagoas	Chi-Preta
Ensinando a arte de transformar um pedaço de madeira em uma obra de arte	Antonio Alves Santos	Alagoas	Lagoa da Canoa
Afrodiversidade: Em Busca da Identidade Cultural Afro-Brasileira	Jonathan Santos Silva	Alagoas	Arapiraca
Centro Cultural Permanente Barracão D'Angola	Instituto Cabruca de Estudos da Capoeira Angola e Tradições Folclóricas Brasileiras	Bahia	Uruçuca
"O negro em destaque - As representações do negro na literatura e a construção positiva das identidades"	Helen Vátoria Nascimento dos Santos	Bahia	Salvador
VII Feira de Cultura Afro-Brasileira do Iguaçu	Adinil Batista De Souza	Bahia	Cachoeira
Casa do Alaká	Irakles Maria Santos	Bahia	Salvador
Iniciativa Cultural de Comunidade Quilombola	Gilmara dos Santos Magalhães	Bahia	Mahandá
Ilê Amadê	Riane Barbosa do Nascimento	Bahia	Cachoeira
I Festival de Cultura Quilombola das Comunidades de Livramento de Nossa Senhora - BA	Associação do Desenvolvimento Comunitário, Cultural, Educacional e Social do Quilombo de Rocinha e R	Bahia	Livramento de Nossa Senhora
Agadvi de Ogu, Um Toque que Chama os Deuses	Sociedade Camaraleasca Filhos do Korin Efan	Bahia	Salvador
"Se Liga Nos Encontros"	Associação Cultural Banana Reggae	Bahia	Salvador
III Seminário Respeite Nosso Resgardo	Fred Igor Santiago Ferreira	Bahia	São Félix
Circuito de Cinema Itinerante Gira e Ginga: Mostra audiovisual sobre capoeira e capoeiristas	Grupo de Capoeira Jogo de Dentro	Bahia	Livramento de Nossa Senhora
Tambores e Ritos do Quilombo - Banda AfroAlagôis	Associação dos Remanescentes de Quilombo do Alto Alegre e Adjacências	Ceará	Horizonte
Práticas Culturais do Terreiro Ilê Axé Olufon Ocultista - preservação da memória e saberes ancestrais de matriz africana do Terreiro Tenda de Oxalá no Quilombo Matum Boi-Monção, Maranhão	Associação Cultural Tenda de Oxalá do Povoado Mata Boi	Maranhão	Monção
A Valoração do Homem Negro Através das Suas Manifestações Culturais: O Tambor de Cruzada e o Bumba-Meu-Boi	Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias - MA	Maranhão	Caxias
Axe Direitos Humanos	Associação de Umbanda e Candomblé de Codo e Região	Maranhão	Codo
Paraná em Ação	João Paulo de Araújo Pereira	Paraná	João Pessoa
Contos de Iia	Ricardo Ruz Freire	Pernambuco	Olinda
Festival de Culturas Afros no Sertão do São Francisco	Wellington Amorim da Silva	Pernambuco	Salgueiro
Ao Som do Pífano	Admir José da Silva	Pernambuco	Arcoverde
IV Festival Coco de Nós: Quilombo Groove	Associação Urucanga- Ponto de Cultura Orquestra Sertão	Pernambuco	Olinda
Balé Afro Mãe Molé - Aula Espetáculo: cultura, dança e cidadania	Angelica Lins da Paz	Pernambuco	Teresina
Projeto Black OV	Organização Ponto de Equilíbrio	Pará	Concórdia do Pará
Projeto Mucenza	Antonio Sidney de Oliveira Figueiredo	Pará	Belém
Mitos e Lendas da Amazônia	Cia. de Danças Folclóricas Trilhas da Amazônia - Fabio de Almeida Ferreira	Pará	Belém
Projeto Bloco Fême	Associação de Afro Desenvolvimento Casa Preta	Pará	Caracara
African Brazilianness - Plurality and Diversity - Afro-Brasileiridade, Pluralidade e Diversidade	Instituição de Tradições e Cultura Afro-Brasileira São Judas Tadeu	Espírito Santo	Vila Velha
Capoeira, Artesanato e Dança Na Comunidade de Coqueiral e Adjacências	Associação Nacional de Desenvolvimento a Arte Cultural de Capoeira Quilombo do Queimado	Espírito Santo	Santa Leopoldina
Fortalecimento do Banda de Congo Unidos do Retiro	André Ricardo Ceato Jacques	Minas Gerais	Belo Horizonte
Grupo Olécula Tamborada de Minas	Associação Afro-Brasileira Casa do Tesouro Terreiro Ele Axe Issura	Minas Gerais	São João del Rei
Ponto de Memória Batiques	José Rodrigues Pereira	Minas Gerais	Belo Horizonte
"A Fruteira de Pai João e Mãe Augusta" - Música na Comunidade Quilombola de São João	Obras Sociais Nossa Senhora do Morro	Minas Gerais	Belo Horizonte
Quilombo do Papagaio - Três Semanas de PAZ e CIDADANIA	Instituto Famigui	Minas Gerais	Monics Claros
Os Tambores do Rosário e o Baque Virado	Caminhos da Serra Ambiente, Educação e Cidadania	Minas Gerais	Diamantina
I Festival Ecologia de Saberes do Paranaíba (Vivências na comunidade tradicional do Capibó)	Associação de Promoção Infantil Social e Comunitária - APRISCO	Minas Gerais	Vigem da Lapa
Grupo de Artes da Comunidade Cultural Novo	Centro Espírita Egebe Ilê Iva Omdave Axe Obalave	Rio de Janeiro	São Gonçalo
Presente de Iemanjá	Heraldo Sanches de Araújo	Rio de Janeiro	Nova Iguaçu
Pigmeu e Saia, dentro das Comunidades e Templos de Religiosidade Afro-brasileira	Márcio Antonio Jamurto Batista	Rio de Janeiro	Nova Iguaçu
Cia. Completa Mente Solto	Sereia Azul Produções Artísticas e Eventos Ltda	Rio de Janeiro	Maricá
Feira de Visibilidade da Herança Africana	Associação Cultural Capoeira Cidadã	Rio de Janeiro	Niterói
Centro Cultural Capoeira Cidadã	Arte da Possibilidade	Rio de Janeiro	Niterói
Din.Down.Down - Capoeira Especial	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas	Rio de Janeiro	Niterói
CPA Afro Cultural	Ilêa Fulmina Delgado Ferraz Alves	Rio de Janeiro	Niterói
V Mostra Internacional de Arte da Mulher Negra - Infante-juvenil	Campus Avançado	Rio de Janeiro	Niterói
Quilombo Quilombo - cotidiano e cultura	Ilma da Silva Rocha Gonçalves	Rio de Janeiro	Niterói
I Circuito da Cultura Afro-Brasileira (Projeto Recrundo Raizes)	Elias Rufino Sebrino	Rio de Janeiro	Niterói
Ilêon - Ancestralidade e Memória	Jazete Bustamante dos Santos (Jana Guionnd)	Rio de Janeiro	Niterói
Programa Usando a Língua - A criatividade di@ Falante Brasileiro	Raisa Francisco de Almeida	Rio de Janeiro	Niterói
Entre Tempos e Sabores: Os Saberes Ancestrais da Cozinha Quilombola	Fábio Pereira Batista	Rio de Janeiro	Niterói
PAZ-CI - Polo de Desenvolvimento Cultural do Andaraí (Cham. Cua. de Dança e Grupo Andaraí)	Associação Cultural Cruzeiro do Sul	São Paulo	Rio Claro
Parteiros de Tamba - Renascimento das técnicas tradicionais na produção de tambores	Thiago Marcelo Mendes	São Paulo	São Paulo
Encontros de Artes Afro-brasileiras 2015	Remy Jordan dos Santos	São Paulo	São Paulo
Da Terra surge o Amor	Dalma Regina da Silva Sousa	São Paulo	São Paulo
O Dia em que Tulo Descobriu a África	Associação Vaga Lume	São Paulo	São Paulo
Bibliotecas Vaga Lume em Comunidades Quilombolas	Filom Aparecido de Oliveira	São Paulo	São Paulo
Festival da Casa - Aniversário da Casa do Hip Hop de Diadema	Leonardo Justino dos Santos	São Paulo	São Paulo
Centro Cultural Kilombo Oko-Ile Ti Olorum	João Maurício de Almeida	São Paulo	São Paulo
Capoeira - Uma linguagem da vida	Thays Sant'anna Quadros	São Paulo	São Paulo
Gueto pro Gueto - Sistema de Som	Edna Rosa Telles De Souza	São Paulo	São Paulo
Geracico 4 em 1 Sete Tempos Nos Somos Benjamin de Oliveira	Rafael Franci	São Paulo	São Paulo
Capoeira: Barões, Dandê e Floresta - Segunda Edição	Muriel Shuante dos Santos	Rio Grande do Sul	Tramandaí
Capoeira, Ritos, Ritos e Sons do Ketu e Bantu	Eduardo Bonis do Nascimento	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Licença Poética do Sopapo	Sirley da Silva Amaro	Rio Grande do Sul	Pelotas
Confronto do Fuxico Resgatando Africanidades: a oralidade da Mestre Grô Sirley Amaro	Cláudio Teixeira Costa	Rio Grande do Sul	Alvorada
Fuxico de Terreiro	Noeli Teresinha Souza da Silva	Rio Grande do Sul	Carazinho
Projeto VINZA (Viva a Natureza em Harmonia) - Sustentabilidade Socioambiental	Instituto Cultural Atrapalava	Minas Gerais	Belo Horizonte
Abraçapalava: sons que contam histórias	Clube Camaraleasco Mixto Seu Malaquias	Pernambuco	Recife
"Intercâmbio cultural e troca de experiências entre as Salvaguardas do Frevo Pernambucano e do Samba Carioca"			

PORTARIA Nº 139, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 16 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de Autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILLOMBO:

COMUNIDADE DE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO LAGO DE SERPA, localizadas no município de Itacotiara/AM, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.172, fl.191 - Processo nº 01420.009341/2014-76.

COMUNIDADE DE CORREGO DOS IUS, localizadas no município de Acauá/CE, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.173, fl.192- Processo nº 01420.006793/2014-04.

COMUNIDADE DE CUMBE, localizadas no município de Aracati/CE, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.174, fl.193 - Processo nº 01420.014216/2014-88.

COMUNIDADE DE BATOQUE, localizadas no município de Pacujá/CE, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.175, fl.194 - Processo nº 01420.001527/2010-53.

COMUNIDADE DE BOA VISTA, localizadas no município de Fronteira dos Vales/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.176, fl.195 - Processo nº 01420.002707/2012-14.

COMUNIDADE DE OS NUNES, localizadas no município de Fronteira dos Vales/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.177, fl.196 - Processo nº 01420.005459/2014-25.

COMUNIDADE DE VENTANIA, localizadas no município de Fronteira dos Vales/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.178, fl.197 - Processo nº 01420.005461/2014-02.

COMUNIDADE DE SÃO BENEDITO, localizadas no município de Cametá/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.179, fl.198 - Processo nº 01420.013572/2013-01.

COMUNIDADE DE IGARAPÉ MARUPAUBA, localizadas no município de Tome-Açu/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.180, fl.199 - Processo nº 01420.008358/2014-14.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012014121000019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(Diário Oficial do INCRA de Certificação da Autodefinição como comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa como Remanescente de Quilombo, 09/12/2014)

Censo 2022 - Comunidade Quilombola do lago de Serpa – IBGGE



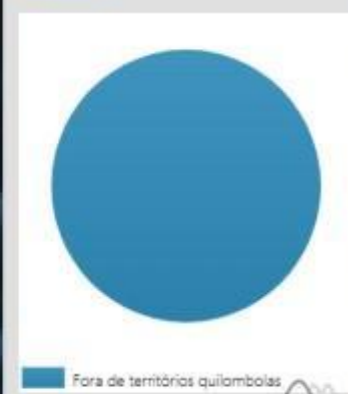
Índice de envelhecimento



População em territórios quilombolas oficialmente delimitados



Quilombolas por localização do domicílio



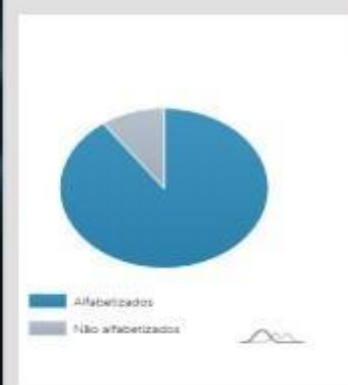
Domicílios em territórios quilombolas oficialmente delimitados



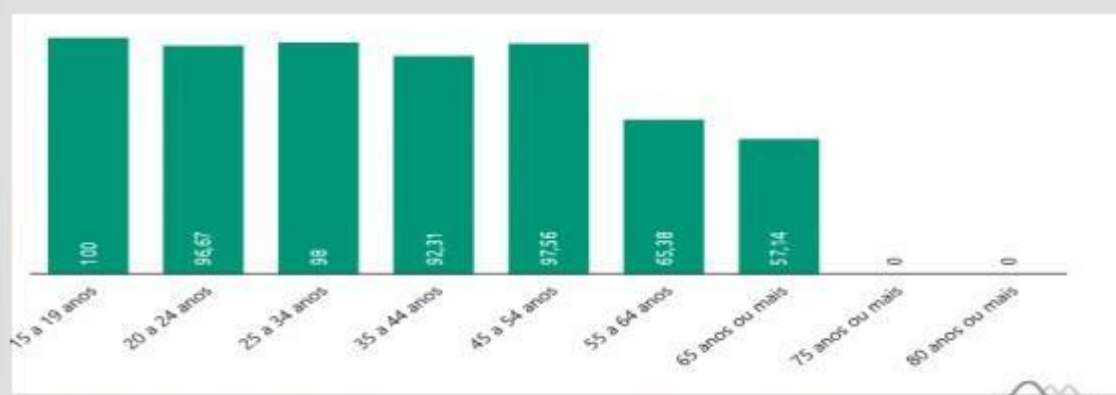
Moradores por domicílio em territórios quilombolas oficialmente delimitados



Alfabetização de quilombolas



Alfabetização de quilombolas por grupo de idade



Tipos de domicílio com moradores quilombolas



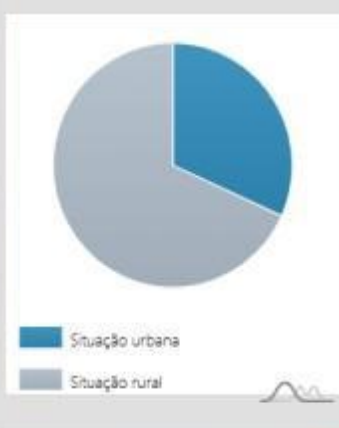
Características dos domicílios com moradores quilombolas



Registro de nascimento de quilombolas



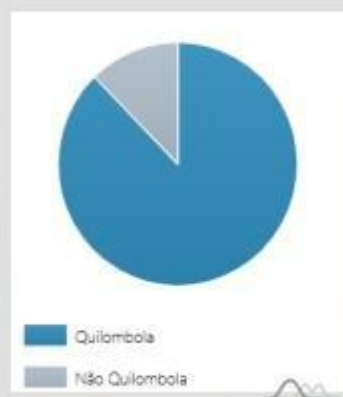
População quilombola por situação do domicílio



Características dos domicílios com moradores quilombolas por situação urbana ou rural



Pertencimento étnico do responsável em domicílios com moradores quilombolas



Localidades quilombolas neste município

Lago De Serpa

Poranga II

Sagrado Coração De Jesus
Do Lago De Serpa